



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



Adriel Eleris Ramos

Ensinando História Local: a representação da identidade em Santa Izabel do
Pará na égide da educação patrimonial.

Ananindeua-PA
2025

Adriel Eleris Ramos

**Ensinando História Local: a representação da identidade em Santa Izabel do
Pará na égide da educação patrimonial.**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História, Programa de Pós-graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Pará, Campus de Ananindeua, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Ensino de História.

Linha de pesquisa: Saberes Históricos em diferentes espaços de memória

Orientador: Prof. Dr. Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves

Banca examinadora:

Prof. Dr. José do Espírito Santo Dias Júnior.

Prof. Dr. Rafael Rogério Nascimento dos Santos.

Ananindeua-PA
2025



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO DISCENTE

ADRIEL ELERIS RAMOS

A Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação, presidida pelo orientador Prof. Dr. Tulio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves e constituída pelos examinadores Prof. Dr. José do Espírito Santo Dias Júnior e Prof. Dr. Rafael Rogério Nascimento dos Santos reuniu-se no dia 20 de maio de 2025, às 15:00 horas, para avaliar a Defesa de Dissertação do mestrando **ADRIEL ELERIS RAMOS** com projeto intitulado: Ensinando História Local: A representação da identidade em Santa Izabel do Pará na égide da Educação Patrimonial. Após explanação do discente e sua arguição pela Banca Examinadora, o referido projeto de qualificação foi avaliado e desta apreciação concluiu-se que o mesmo **atendeu** aos critérios necessários a sua aprovação, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso. Informamos ainda que a defesa ocorreu de forma remota, através de videoconferência na Plataforma Google Meet.

Prof. Dr. Tulio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves
Orientador

Prof. Dr. José do Espírito Santo Dias Júnior
Membro da Banca / PPGEH /UFPA

Prof. Dr. Rafael Rogério Nascimento dos Santos
Membro Externo da Banca / UNIFESSPA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

R175e Ramos, Adriel Eleris.
Ensinando História Local : A representação da identidade em
Santa Izabel do Pará na égide da educação patrimonial. / Adriel
Eleris Ramos. — 2025.
162 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos
Chaves

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Ananindeua, Mestrado Profissional em
Ensino de História, Ananindeua, 2025.

1. Ensino de História. 2. Consciência Histórica. 3. História
local. 4. Identidade. 5. Educação patrimonial. I. Título.

CDD 370.9811

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a meu Deus, por me proporcionar a oportunidade de trilhar o caminho deste grandioso programa de pós-graduação em nível de mestrado, que à muito, por mim foi desejado.

À meus pais, Vicente e Maria, que sempre me incentivaram a seguir os caminhos da educação, em especial à minha mãe que segue o magistério a mais de 40 anos.

À minha esposa, Jessica Braga, pela paciência diante de minha ansiedade acrescida durante o processo de realização do mestrado, bem como pela minha ausência de pensamentos e em momentos de lazer absteridos.

Ao Profº Drº Túlio Augusto Chaves, meu orientador, pelo compartilhar de conhecimentos, por suas orientações, pela paciência e pela confiança em mim dispensada desde o início do trabalho.

À Universidade Federal do Pará, que me condicionou crescimento profissional desde o breve período na Especialização em Ensino de História até a conclusão do Mestrado em Ensino de História.

Ao PROFHISTÓRIA, pela oportunidade de cursar uma pós-graduação em nível de mestrado, desejo de muitos, e que permite levar educação continuada a muitos profissionais da educação básica.

Aos magníficos Professores do PROFHISTÓRIA, Drº Adilson Brito, Drº Francivaldo Nunes, Drº Cleodir Moraes, Drª Sidiana da Consolação, Drº Carlos Leandro e Drº Karl Arenz, pelas colossais contribuições dispostas em suas respectivas disciplinas.

À minha diretora Nair Farias e à minha coordenadora Claudete da EMEF Antônio Lemos, que abriram as portas para a realização do meu projeto na escola, jamais medinho esforços para sua realização, sendo importantes instigadoras da produção de conhecimento, além da participação ativa e da autonomia para o desenvolvimento do projeto.

Agradeço a banca examinadora desta dissertação. Ao professor Drº. Rafael Rogério Santos pela leitura, contribuições e reflexões, na qualificação. Sua presença foi muito importante pra mim, especialmente por ter contribuído de forma ativa durante minha graduação em 2014 e que agora retorna em momento crucial como participante da banca de qualificação

e de defesa da dissertação. E por fim ao professor Dr.º José do Espírito Santo Júnior, que na qualificação foi assertivo em suas considerações.

Aos Professores da disciplina “História da educação na Amazônia” Erinaldo Cavalcanti e Alberto Damasceno, do programa de mestrado em Gestão e currículo da escola básica da UFPA, quando cursei a disciplina como eletiva do programa e foi aceito de forma tardia, sendo incluído na turma de forma tão carinhosa, além de toda a turma deste programa que me acolheu e muito contribuiu nas discussões daquele segundo semestre de 2023.

Aos companheiros, Raquel Alves, Ytallo Franco, Smile Golobovante, José Junior, pela troca de conhecimentos e orientações para proceder durante alguns processos.

Aos companheiros da turma de mestrado, pelas trocas de ideias e parcerias ainda que por vias distantes e meios digitais, sempre a ajuda recíproca foi verdadeira, como sempre digo: não poderia haver uma turma melhor!

Aos meus queridos alunos do 9º ano A, turma centrada, que realizou diversas tarefas sem nenhuma oposição ou dificuldades, dando um ar de desafio cumprido ao fim da pesquisa. Sem eles nada seria possível!

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o término deste desafio, gratidão!

“Entrega o teu caminho ao Senhor, confia Nele e o
mais Ele fará”

Salmos 37, 5

RESUMO

A presente dissertação tomou como norte a formação de uma identidade de estudantes em Santa Izabel do Pará a partir da educação patrimonial. Para isto, foi necessário entender como a História local tem sido ensinada nos anos iniciais do Ensino fundamental das escolas de Santa Izabel do Pará, para então perceber razões de carências apresentadas diante destes temas, nos anos finais desta etapa. Posteriormente elaborei uma proposta didática alternativa que buscou adentrar nas tecnologias de informação e que culminou em um Website intitulado “Ensinando História local no patrimônio” com o intuito de possibilitar um melhor suporte no ensino de História escolar local tanto nos anos iniciais como finais do ensino fundamental, além de servir como fonte de pesquisa para discentes do município. Neste sentido, buscamos, a partir das falas em entrevistas com professores dos anos iniciais, estabelecer comparações entre as respostas destes sujeitos com as falas de estudantes dos anos finais do ensino fundamental, identificadas em questionários, ponderando diferenças, contradições ou igualdades entre as distintas narrativas. O *Lócus* da pesquisa é a Escola Municipal de ensino fundamental Antônio Lemos, uma unidade da Secretaria Municipal de Educação de Santa Izabel do Pará – SEMED, localizada do centro de cidade e o projeto se desenvolveu a partir de uma turma de 9º ano. Neste projeto, buscamos na educação patrimonial, o suporte necessário para trazer parte da História da cidade que liga-se diretamente ao tema da aula, presente no currículo municipal e que deu suporte ao trabalho local “A Belle Époque na Amazônia”. Elencamos o monumento Colégio Estadual Antônio Lemos – CEAL, antigo Orphelinato Antônio Lemos, patrimônio tombado pela SECULT/ DPHAC em 1982, como forma de promover a criticidade do aluno ao analisar lugares de memória para a desconstrução de uma visão elitizada e que reforça um discurso promovido pela memória coletiva sobre uma suposta “cidade do já teve”. Este exercício culminou na construção de uma identidade do estudante e a consequente orientação no tempo e no seu espaço, além de promover uma reformulação do pensamento histórico social.

Palavras-chave: Ensino de História, Consciência Histórica, História local, Identidade, Educação patrimonial.

ABSTRACT

This dissertation took as its guide the formation of an identity of students in Santa Izabel do Pará based on heritage education. For this, it was necessary to understand how local History has been taught in the initial years of elementary education in schools in Santa Izabel do Pará, in order to then understand reasons for the deficiencies presented in these themes, in the final years of this stage. Later, I developed an alternative didactic proposal that sought to explore information technologies and culminated in a website entitled “Teaching Local History in Heritage” with the aim of providing better support in teaching local school History in both the initial and final years of elementary school, in addition to serving as a source of research for students in the municipality. In this sense, we seek, based on the statements in interviews with teachers from the initial years, to establish comparisons between the responses of these subjects with the statements of students in the final years of elementary school, identified in questionnaires, considering differences, contradictions or equalities between the different narratives. The locus of the research is the Municipal Elementary School Antônio Lemos, a unit of the Municipal Department of Education of Santa Izabel do Pará – SEMED, located in the city center and the project was developed from a 9th grade class. In this project, we sought in heritage education the necessary support to bring part of the city's History that is directly linked to the theme of the class, present in the municipal curriculum and which supported the local work “The Belle Époque in Amazônia”. We list the monument State College Antônio Lemos – CEAL, formerly Orphelinato Antônio Lemos, a heritage site listed by SECULT/DPHAC in 1982, as a way of promoting student criticality when analyzing places of memory to deconstruct an elitist vision and which reinforces a discourse promoted by collective memory about a supposed “city that already had”. This exercise culminated in the construction of a student identity and the consequent orientation in time and space, in addition to promoting a reformulation of social historical thinking.

Keywords: History Teaching, Historical Awareness, Local History, Identity, heritage education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fachada do prédio provisório para funcionamento da EMEF Antônio Lemos.....	63
Figura 2 - Trecho da antiga estrada de ferro.....	97
Figura 3 - Retiro de Moema.....	99
Figura 4 - O Viaduto Antônio Lemos, na Vila Santa Izabel, no dia de sua inauguração.....	99
Figura 5 - Edifício do Orphelinato Antônio Lemos em construção em 1905.....	102
Figura 6 - Novo edifício do Orphanato Municipal em construção na Villa Isabel – Fachada.....	104
Figura 7 - O Colégio Estadual Antônio Lemos, antigo Orphelinato Antônio Lemos.....	106
Figura 8 - Início do circuito da visitaçao no portão central do Colégio Estadual Antônio Lemos.....	109
Figura 9 - Escadaria de entrada do Colégio Estadual Antônio Lemos.....	111
Figura 10 - fachada frontal do Colégio Estadual Antônio Lemos.....	111
Figura 11 - Corredor frontal da escola, cercado por colunas.....	113
Figura 12 - Local da primeira capela do edifício, depois a clausura das freiras.....	114
Figura 13 - Local da primeira capela do edifício, depois a clausura das freiras antiga imagem.....	115
Figura 14 - Escadaria de acesso ao segundo andar.....	116
Figura 15 - Antigo dormitório das internas do Orphelinato.....	117
Figura 16 - Estatuetas de Nossa Senhora de Lourdes e Menina Bernadett.....	118
Figura 17 - A gruta de Nossa Senhora de Lourdes.....	119
Figura 18 - Detalhes nas grades dos prédios faz alusão as folhas de seringueiras e as iniciais “AL” de Antônio Lemos.....	120
Figura 19 - Discente Andressa e sua equipe entrevistando a coordenadora Claudete Brito.....	124

Figura 20 - Discentes Natália, Mayk e Isaac da equipe 1 entrevistando a professora Glebizande Brito.....	125
Figura 21 - página inicial do site.....	134
Figura 22 - “Página inicial”.....	135
Figura 23 - “Menu Sobre”.....	136
Figura 24 - Categoria “História local”.....	137
Figura 25 - Categoria “Educação patrimonial”.....	138
Figura 26 - Categoria “Ensino de História”.....	140
Figura 27 - O menu “Produções acadêmicas”.....	141
Figura 28 - Espaço para interação das publicações (barra de comentários).....	142
Figura 29 - Panfleto para a divulgação do website.....	143
Figura 30 - Discentes do 9º ano fazem entrega e colagem de panfletos com divulgação do site.....	144
Figura 31 - Discentes Richard e Felipe do 9º ano fazem colagem de panfletos com divulgação do site.....	144
Figura 32 - Chegada de nossa caravana ao Centro Cultural Silvio Nascimento.....	145
Figura 33 - Discentes Heva e Natália do 9º ano fazem a entrega de panfletos com divulgação do site na biblioteca municipal.....	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lista de bairros habitados pelos estudantes do 9º ano A.....	66
Tabela 2 – Lista de alunos que moraram em outra cidade.....	67
Tabela 3 – Lista dos professores dos anos iniciais entrevistados.....	78
Tabela 4 – Divisão das equipes para a realização de entrevistas.....	122
Tabela 5 – Relação de pessoas entrevistadas.....	123
Tabela 6 – Percepção dos estudantes após entrevista: Identidade na cidade a partir do monumento Antônio Lemos.....	126
Tabela 7 - Percepção dos estudantes após entrevista: A memória de pessoas mais velhas para a construção de uma identidade.....	127
Tabela 8 – Percepção dos estudantes após entrevista: educação no passado e no presente.....	128
Tabela 9 – Percepção dos estudantes após entrevista: a visão dos entrevistados sobre o monumento.....	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de respostas à pergunta: Você vislumbra oportunidades para seu futuro em Santa Izabel do Pará?.....	69
Gráfico 2 – Percentual de respostas à pergunta: Você considera Santa Izabel um bom lugar para se viver?.....	70
Gráfico 3 – Percentual de respostas à pergunta: Se possível, prefere permanecer ou mudar-se de Santa Izabel?.....	70
Gráfico 4 – Percentual de respostas à pergunta: Orgulha-se de ser cidadão izabelense?.....	71
Gráfico 5 – Percentual de respostas à pergunta: Você já estudou a História de Santa Izabel do Pará antes?.....	72
Gráfico 6 – Percentual de respostas à pergunta: Conhece a formação do município de Santa Izabel do Pará?.....	73
Gráfico 7 – Percentual de respostas à pergunta: Você sabia que antes da formação do município, Santa Izabel do Pará era uma vila pertencente a Belém?.....	74
Gráfico 8 - Percentual de respostas à pergunta: Algumas construções históricas foram erguidas antes de Santa Izabel do Pará ser um município, durante o período da “Belle époque”, conhece algumas destas?.....	75
Gráfico 9 – Percentual de respostas à pergunta: Você sabe quem foi Antônio Lemos, nome de sua escola?.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS

SECULT – Secretaria de Cultura.

DPHAC – Departamento de Patrimônio artístico e cultural.

SEDUC – Secretaria Estadual de Educação.

CEAL – Colégio Estadual Antônio Lemos.

SEMED – Secretaria Municipal de Educação.

EMEFAL – Escola Municipal de Ensino fundamental Antônio Lemos.

BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais.

COVID – Corona Vírus.

TDIC – Tecnologias digitais de informação e comunicação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. HISTÓRIA LOCAL E CURRÍCULO EM SANTA IZABEL DO PARÁ – DESAFIOS E PERSPECTIVAS A LUZ DA BNCC	19
1.1 O professor-pesquisador, as inquietações e o currículo de História em Santa Izabel do Pará.....	20
1.1.1 O professor-pesquisador e a percepção de uma memória inconveniente em Santa Izabel do Pará.....	23
1.1.2 A História local e o currículo de História de Santa Izabel do Pará.....	29
1.2 Aspectos teóricos: Memória, História local e consciência histórica.....	33
1.2.1 Memória.....	33
1.2.2 História local.....	36
1.2.3 Consciência histórica.....	40
1.3 História local e BNCC: desafios para o ensino de História nos anos finais do ensino fundamental.....	45
2. CONHECIMENTO HISTÓRICO LOCAL EM SANTA IZABEL DO PARÁ: COMO SE ENSINA E COMO SE APRENDE?	52
2.1 Um breve Histórico do ensino de História no Brasil e os desdobramentos na História local.....	53
2.2 O locus da pesquisa: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Lemos e a turma do 9º ano A (2024).....	62
2.3 O conhecimento histórico local de estudantes da Escola Municipal Antônio Lemos.....	67
2.4 A prática docente: o ensino de História local nos anos iniciais do ensino fundamental em Santa Izabel do Pará.....	77
3. A DIMENSÃO PROPOSITIVA: O FORTALECIMENTO DA INDENTIDADE EM SANTA IZABEL DO PARÁ A PARTIR DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM UM RECURSO DAS TIDC	86
3.1 O tema da aula proposto: A Belle Épóque amazônica e sua influência na formação de Santa Izabel do Pará.....	87
3.1.1 A Belle Épóque amazônica: a outra face da desigualdade social.....	88
3.1.2 Um mito de origem: Heranças da Belle Épóque em Santa Izabel do Pará.....	94
3.1.2 Orphelinato Antônio Lemos: breve histórico.....	100
3.2 Erguendo fontes para a elaboração de um Website com a turma do 9º ano A.....	106
3.2.1 Ensino de História local e educação patrimonial: confrontando o monumento/ documento para ampliar olhares dos educandos.....	106
3.2.2 Os alunos entrevistam: erguendo fontes orais sobre o monumento e a cidade.....	121
3.3 O website “Ensinando História local no patrimônio”: a culminância do projeto em uma ferramenta de tecnologia da informação no Ensino de História local.....	130
3.3.1 A estrutura do site: Menus e categorias.....	133
3.3.2 Início.....	135
3.3.3 O Menu “Sobre”.....	136
3.3.4 Categoria “História Local”.....	137
3.3.5 Categoria “Educação patrimonial”.....	138
3.3.6 Categoria: “Ensino de História”.....	139
3.3.7 O menu “Produções acadêmicas”.....	141

3.3.8 Ampliando a dimensão: a divulgação do website.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	148
APÊNDICE A.....	153
APÊNDICE B.....	154
APÊNDICE C.....	155
APÊNDICE D.....	156
APÊNDICE E.....	157
APÊNDICE F.....	161

INTRODUÇÃO

A cidade de Santa Izabel do Pará possui um rico acervo Histórico em termos patrimoniais, tanto materiais como imateriais, sendo uma cidade pertencente a mesorregião metropolitana de Belém, foi emancipada em 1934 quando deixa sua categoria de vila de Belém e torna-se cidade independente. Guarda consigo vastas riquezas históricas como prédios antigos, escolas centenárias e inúmeros pontos turísticos.

No entanto, existe um desapego pela História local e uma memória coletiva inconveniente entre os estudantes da Escola Municipal Antônio Lemos, percebida em falas informais no dia a dia de estudantes com relação a cidade de Santa Izabel do Pará, como um reflexo que é também percebido no meio social. Esta percepção resulta em uma quebra da identidade e um forte sentimento de frustração diante da ideia de uma “cidade do já teve”, que é uma memória estabelecida principalmente por fatores econômicos não correspondidos pela cidade.

Diante deste cenário, no plano da educação ergue-se um currículo de História que não aborda conteúdos relacionados a História local nos anos finais do ensino fundamental, mas que prioriza a clássica divisão quadripartite, que não aproxima a vida cotidiana do estudante aos saberes históricos.

O ensino de História local, que detém o poder de formação e valorização da identidade local do estudante encontra entre as alíneas da BNCC, a prioridade em ser trabalhado nos anos iniciais do ensino fundamental, o que a o currículo da Secretaria Municipal de Educação, naturalmente segue.

Partindo deste pressuposto, levanta-se uma questão norteadora: por que os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola municipal da cidade de Santa Izabel do Pará não demonstram conhecimento, nem interesse à respeito da História do município? Tal questionamento mencionado, revelam a necessidade iminente de construir conhecimento histórico local que resulte na formação da identidade do estudante.

Outras questões se fazem necessárias: como tem sido trabalhada a história local nas salas de aula dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas municipais de Santa Izabel do Pará? Os alunos tem interesse em estudar temas sobre a história local? Quais as contribuições possíveis da educação patrimonial para a construção destes saberes? Como a BNCC tem aberto possibilidades de ensino de História local nos anos finais do ensino fundamental?

As inquietações nascidas no chão da sala de aula e que parecem ser herança também do meio social nos permite compreender uma urgência de transformação e reafirmação de identidade. Este trabalho nasce dessa necessidade e o que propõe-se aqui, é portanto, uma aula de “Belle époque”, (conteúdo vigente no currículo da cidade, bem como na estrutura da Base Nacional Comum Curricular – BNCC) de modo a incorporar a história local elencando as relações sociais existente no mesmo período (1910-1930) em solo mais próximo do alunado participante desta pesquisa.

Elenca-se como ferramenta, a educação patrimonial que desempenhará papel fundamental no projeto, através de estudos do monumento protagonista da pesquisa: a Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Lemos, que é um prédio construído no período da bela época paraense.

É necessário antes de tudo, diferenciar as duas escolas que fizeram parte do projeto, pois ambas possuem a mesma nomenclatura “Antônio Lemos”. Sendo elas: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Lemos – EMEFAL, é o chão do projeto que busca desenvolver com alunos do 9º ano do ensino fundamental maior, uma identidade fortalecida e o Colégio Estadual Antônio Lemos – CEAL que é o antigo Orphelinato Antônio Lemos, objeto principal de nossos estudos.

Esta dissertação dividiu-se em 3 capítulos que envolvem a relação da História local, educação patrimonial e o uso das Tecnologias digitais de informação e comunicação – TDIC na construção de uma dimensão propositiva para colaborar com professores e estudantes para o ensino de História local em Santa Izabel do Pará.

No Capítulo 01 *História local e currículo em Santa Izabel do Pará – desafios e perspectivas a luz da BNCC*, apresentamos as experiências do professor pesquisador que o levaram ao problema da pesquisa, que surgem de inquietações escolares, sociais e curriculares. Apresentamos as principais bases teóricas e as aberturas da BNCC para a realização de nossa aula de História local.

No capítulo 02 *Conhecimento histórico local em Santa Izabel do Pará: como se ensina e como se aprende?* Apontamos resultados que um questionário realizado em uma turma de 9º ano pôde nos proporcionar, além de ponderar analiticamente diálogos construídos com professoras dos anos iniciais do ensino fundamental a partir de entrevistas sobre os processos de construção de conhecimento histórico local.

O Capítulo 03 *A dimensão propositiva: o fortalecimento da identidade em Santa Isabel do Pará a partir da Educação patrimonial e de um recurso das TIDC's* é o espaço da dissertação destinado a demonstrar o processo de construção e a dimensão propositiva que é o website “Ensinando História local no patrimônio” que torna públicas todas as atividades realizadas pelo professor-pesquisador do ensino de História e seus alunos da turma 9º ano A da EMEF Antônio Lemos.

Esta dissertação buscou aporte teórico nos seguintes autores: Le Goff (1990), Halbwachs (1990), Pollak (1992) nos orientam diante dos conceitos de memória e memória coletiva. Para nos ajudar a tratar das nuances da História local, buscamos referência em Cavalcanti (2018), Bittencourt (2004), Ossana (1994), Rocha (2015), Caimi (2021), Schmidt e Cainelli (2009), enquanto o conceito de consciência histórica tem como referência Cerri (2011) e Rüsen (2001).

Aos erguermos a pesquisa em volta do tema central da aula de História, “Belle Époque amazônica” foram indispensáveis os autores Gonçalves (2022), Souza (2002), Damasceno e Vieira (2023), Rocque (1973), Soares (2008), Figueiredo (2012), França (2016) e Pantoja (2022). No âmbito da Belle époque izabelense, os autores locais que nos auxiliaram na construção desta dissertação foram Araújo (1981), Ferreira (1984), Souza (2012) e Paz (2012).

No tratamento de entrevistas a partir da história oral, Santhiago e Magalhães (2015) nos orientaram, ao adentrar no âmbito da História do ensino de História e a formação de um ensino de História local, recorri à Caimi (2021), Bergmann (1991), (Sobreira, 2013), (Schmidt, 2012). (Bittencourt, 2005) e (Freire, 1996). Quanto ao domínio de se trabalhar com a educação patrimonial, fui diretamente beneficiado com Horta, Grumberg e Monteiro (1999) e Tolentino (2016).

1. HISTÓRIA LOCAL E CURRÍCULO EM SANTA IZABEL DO PARÁ – DESAFIOS E PERSPECTIVAS A LUZ DA BNCC

Este primeiro capítulo propõe uma discussão sobre a relevância, os desafios e as possibilidades abertas pela BNCC em relação ao ensino de História local nos anos finais do ensino fundamental, diante de um currículo municipal vigente da Secretaria Municipal de Santa Izabel do Pará que mostra-se carente ou mesmo inerte sobre estes temas, visto que, segue as orientações do atual documento em dá ênfase a tais temas nos anos iniciais.

Para esta primeira parte da dissertação, erguem-se alguns questionamos: como se tem abordado a História do município de Santa Izabel no meio social e no escolar? Qual a importância do ensino de História local no ensino fundamental? Quais os aspectos teóricos definem e regem a pesquisa? O que a BNCC sugere sobre a História local?

Os objetivos deste capítulo são: apontar as experiências escolares vivenciadas pelo professor-pesquisador que propuseram o problema; demonstrar resultados de um primeiro questionário feito com os estudantes de uma turma de 9º ano, que corroborou com o problema inicial e possibilita medir as carências de orientação no tempo histórico de sua cidade; fundamentar teoricamente a importância de ensinar História local; definir uma vertente de consciência histórica como objetivo final da aula; trazer apontamentos teóricos que nortearam a pesquisa.

Metodologicamente, este capítulo se dividiu em três partes, a primeira é um breve levantamento de memórias do professor-pesquisador a respeito do problema elencado, destacando os momentos que percebi a urgente necessidade de trabalhar história local em Santa Izabel do Pará, seguimos com resultados de um breve questionário feito em uma turma de 9º ano e finalizamos com um contraste com o currículo municipal dos anos finais do ensino fundamental e suas dificuldades em inserir os temas locais, para isto, discute-se as dimensões do currículo prescrito, real e oculto, entendendo o distanciamento que ele tem do ensino de História local.

Na segunda parte deste capítulo, apontam-se aspectos teóricos dos conceitos de Memória, História local e consciência histórica. Discute-se a estreita relação da História local como parte integrante na formação da consciência histórica e o conseqüente fortalecimento da identidade do estudante. Nesta parte, buscamos entrelaçar os conceitos de memória e memória coletiva, a fim de entender o que pode levar a definição de Santa Izabel como “cidade do já teve” traçando uma breve relação entre esta memória representada no patrimônio que foi o

protagonista desta pesquisa. Elenca-se ainda, a importância da História local e busca-se como objetivo um objetivo fundamental entender qual tipo de consciência história se pretende alcançar para a aprendizagem histórica do estudante, como um norte de nosso trabalho.

Na terceira parte do capítulo um, buscamos o aporte legal que nos permite a realização do trabalho, partimos de uma inevitável comparação da Base Nacional Comum Curricular e os Parâmetros Nacionais Curriculares, por fim encontramos as possibilidades, aberturas, bem como as dificuldades do ensino de História local frente a BNCC e uma breve discussão sobre o documento é necessária para estabelecer onde a História local pode ser inserida em nosso projeto.

1.1 O professor-pesquisador, as inquietações e o currículo de História em Santa Izabel do Pará.

Ao adentrar o serviço público ainda em 2018, como professor temporário da Secretaria Municipal de Santa Izabel do Pará, lotado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Doracy Leal, percebi uma grande quantidade de alunos que pediam transferência, era grande a movimentação destes estudantes com destino a Santa Catarina. Recordo-me de uma de minhas alunas de 9º ano, que ao se despedir em meados do ano letivo, se referiu a Santa Izabel com certa decepção “estou indo, pois não tive oportunidade aqui”, era uma jovem mãe solteira que precisava buscar oportunidades de trabalho para dar uma vida melhor ao seu filho.

Em 2019, agora lotado na Escola Municipal de Ensino fundamental Antônio Lemos, um ano antes da pandemia da COVID-19, no pós aniversário da cidade (07 de janeiro) por volta do final do primeiro mês do ano, indaguei meus alunos de uma turma de 8º ano e em outra de 9º ano: “O que vocês conhecem sobre a História da formação do município ao qual vocês pertencem?” Com olhares duvidosos e sussurros, em meio ao silêncio quase absoluto, uma aluna do 9º ano respondeu: “não sei muito sobre, só sei que o nome da cidade se refere a uma santa de Portugal” esta foi a única resposta que recebi, naquele momento surgia a percepção de que o ensino de História local se fazia necessário para a formação daqueles adolescentes.

Em novembro de 2020, no retorno às aulas pós pandemia, uma fala curiosa me foi dita por um estudante. Na ocasião, no mês de novembro de 2020, eu fazia uma roda de conversa com uma turma de 9º ano em que promovia um diálogo sobre os projetos futuros, envolvendo trabalho, faculdade ou ainda empreendedorismo, estabelecidos para os próximos anos após a

conclusão do ensino fundamental e médio, ao chegar na oportunidade do rapaz, ele proferiu: “Não vejo futuro em Santa Izabel, se tudo der certo, vou pra Santa Catarina, se não, vou trabalhar na Frango americano”, de imediato, me preocupei em desfazer a visão de preconceito que surgia com relação ao trabalho digno que a tal empresa proporcionava, além de destacar que eles poderiam ser muito mais se assim o quisessem, dando ênfase a importância de se cursar o nível superior, tentativas falhas, a maioria dos estudantes concordava com o rapaz e salientavam ainda mais, dizendo ser verdade o que ele havia dito.

Com o passar dos anos, desde 2020, continuei com esta “tradição” de questionar as turmas de 9º ano sobre suas pretensões futuras, na melhor das intenções, e muito embora tenhamos alguns alunos que detenham forte sentimento pela cidade e que demonstrem laços afetivos e vontade em permanecer na cidade, é quase unanimidade, a busca por novas oportunidades em outros lugares, tornando cada vez mais legível um desapego pela identidade, provocada pela falta de oportunidades.

Não somente isto, cabe destacar que falas mais ásperas ouvidas no cotidiano da sala de aula sugerem para um desprezo ou chacota a respeito de Santa Izabel do Pará, que inclusive transformam o termo “cidade do já teve” em mero eufemismo.

Pois bem, a primeira intenção para a tarefa de professor-pesquisador a mim incumbida enquanto responsável por este trabalho, foi mergulhar nas águas da História local, pois é uma vertente que liga-se diretamente ao maior objetivo que o projeto buscou: a criação de possibilidades da construção de uma consciência histórica em conjunto com os estudantes, frente ao desafio da formação de uma identidade izabelense fortalecida neles.

A fim de certificar minhas observações iniciais, apontadas anteriormente neste breve relato de sala de aula, ao conquistar uma vaga no Mestrado Profissional em ensino de História na seleção para a turma de 2023, abriu-se a necessidade de efetivar minha inquietação, para estabelecer a certeza de que não era apenas um olhar particular meu, enquanto professor-pesquisador. Para tanto, no dia 19 de junho de 2023 (neste momento era professor de Estudos Amazônicos) apliquei um questionário com auxílio da ferramenta “Google forms” em uma turma de 9º ano da Escola Municipal Antônio Lemos, tendo neste momento, 25 alunos presentes.

Era um questionário muito breve, que buscou respostas igualmente sucintas, para ter um diagnóstico mais elaborado, tanto para produzir o pré-projeto que culminaria nesta

dissertação, como para estabelecer a forma que a turma entendia a História, o ensino de História e a História local. As perguntas e as respostas foram as seguintes:

Pergunta 01 – “Para você, qual a importância de se estudar História?”

As respostas para esta pergunta foram as mais variadas, tais como “História é importante para saber como as pessoas viviam no passado”; “História é minha matéria preferida e é muito importante para saber sobre nossos antepassados”. Dentre as 24 respostas 23 diziam considerar importante a História para sua vida, porém uma me chamou bastante atenção: “Acho que a História não acrescenta em nada na minha vida”, reafirmando de Elza Nadai (1993, p. 143) e novamente me questionar algumas das mesmas indagações feitas por ela: “terão os estudantes superado a ideia de que a história como é ensinada é realmente odiosa? E os professores partido para a organização de outras práticas pedagógicas mais significativas?”

É de se espantar que mesmo após tantos anos do texto publicado por Nada (década de 1990) ainda tenhamos este tipo de resposta do estudante hodierno, perante sua aproximação, aptidão ou mesmo respeito pela prática historiadora da sala de aula, expondo a necessidade da atualização do professor de história para a elaboração de distintas metodologias.

Pergunta 02 – “O que você entende por História Local?”

Mais uma vez as respostas foram em geral, decepcionantes: “Nada!”; “Algo tipo que se estuda de um lugar?”; “que local seria esse?” evidenciando a urgente necessidade de iniciar o projeto trabalhando, primordialmente, o conceito básico de História local.

Pergunta 03 – “Você considera importante estudar a História da sua cidade?”

A partir dele, obtive muitas respostas interessantes, sendo todas as 24 respostas ressaltaram considerar muito importante conhecer mais sobre a História de Santa Izabel do Pará e uma resposta merece destaque: “Acho que deveria ser o princípio dos nossos estudos, chega a ser vergonhoso não conhecer nada sobre a História de nossa cidade.” Destaca-se aqui, um princípio fundamental do ensino de História hodierno: aproximar o meio que o aluno vivencia em sua cidade de origem aos estudos históricos que são trabalhados em sala de aula.

Neste momento, o professor torna-se agente facilitador da formação da consciência histórica que o estudante traz para dentro da sala de aula, orientando o modo de pensar historicamente, pois tratando-se da História local, percebe-se a partir da fala da estudante, uma necessidade de mobilizar conhecimentos, parte da tarefa empírica do professor, enfatizando o possível confronto da memória coletiva presente na cidade. Para tanto, é necessário desvincular-

se da ideia da transposição didática, inserir-se no campo da mediação e alcançar uma consciência histórica que reafirme a identidade.

Pergunta 04 – “O que você entende por patrimônio material?”

Dentre as respostas para esta pergunta, somente 4 responderam de modo relativamente correto, como: “algo que precisa ser preservado para a humanidade” ou “algo tipo o Círio de Nazaré” outros dois alunos, pontuaram o conceito de patrimônio que remete-se a ideia de posses ou terrenos, os demais disseram não saber absolutamente nada do que se trata (mais um conceito a ser trabalhado ao iniciar o projeto). A partir deste questionamento, percebi que falta ampliar a familiaridade com o conceito de “patrimônio” a ser empregado nesta pesquisa, visto que, ao mudar o termo da que foi a quinta pergunta, a maioria da turma conseguiu responder com bastante facilidade.

Pergunta 05 – “Você conhece algum monumento histórico em sua cidade?”

Dentre as respostas, estão o “Colégio Estadual Antônio Lemos” e o “Colégio Silvío Nascimento” este último por ter sido recentemente restaurado pela gestão municipal e reinaugurado como centro cultural. Todavia, ao serem perguntados a respeito das histórias que circundam o atual colégio centenário (CEAL) que pretendo enfatizar para minha pesquisa, apenas uma aluna respondeu: “Sei que era um colégio de freiras”, o restante da turma não soube responder.

A partir de observações feitas ao longo de uma breve experiência como professor na cidade de Santa Izabel do Pará, para além do questionário demonstrado acima, podemos elencar o que foi a inquietação e uma preocupação com relação a identidade dos estudantes e erguer o problema de nossa pesquisa.

Porém, diante desta percepção que surge em terreno de sala de aula, pude perceber ainda, agora enquanto pesquisador-morador, é que o desapego e o enfraquecimento do sentimento de pertencimento dos izabelenses surge no âmbito social e em consequência influencia a esfera escolar, como um tipo de memória coletiva¹.

1.1.1 O professor-pesquisador e a percepção de uma memória inconveniente em Santa Izabel do Pará.

¹ Ver mais em HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

Santa Izabel do Pará, é uma cidade que “compõe a região metropolitana de Belém, localizada a 44,8km da capital paraense. Esta região que compõe a antiga ‘Zona Bragantina’ passou por duas categorias antes de ser município, sendo uma vila, uma subprefeitura e por fim conquista sua emancipação advinda por meio decreto nº1.110 de 08/12/1933, instaurado no dia 07 de janeiro de 1934.” (Souza, 2012).

Atualmente, possui dois distritos: Americano e Caraparu. A população estimada é de 73.019 pessoas e detém uma economia baseada em “extrativismo mineral e vegetal (não madeireiro) construção civil, indústrias, comércio, agropecuária como a criação de bois, búfalos, porcos, cavalos, aves, coelhos, abelhas e peixes; agricultura de subsistência e comercial (...)” (Souza, 2012, p. 159).

Nesta pequena porção que faz parte da imensa Amazônia, o professor-pesquisador percebeu que a inquietação encontrada anteriormente na sala de aula está presente antes de tudo no meio social da cidade, no que claramente apresenta-se como uma perpetuação da memória coletiva que trata Santa Izabel como “a cidade do já teve”, termo este que decidi tratar como “memória inconveniente” visto que é um uso indevido e desrespeitoso para tratar do município.

Portanto, para além das experiências vividas em sala de aula, ao longo de quase 7 anos de trabalhos escolares realizados na cidade, me ocorreu que esta percepção que se apresenta no meio escolar, advém do meio social, pois está presente em falas informais de moradores e vizinhos o que representa um tipo de memória passada entre as várias gerações e que identifiquei a pelo menos 5 anos atrás. Esta interessante ideia sobre a cidade de Santa Izabel do Pará me permitiu concluir que, na realidade vozes conflituosas tem outorgado à cidade, uma alcunha no mínimo controversa.

Cite-se a exemplo algumas falas que reforçam o discurso da “cidade do já teve”, pois bem: “aqui é a cidade onde nada chega, é onde tudo já teve”²; “O progresso sai de Belém, passa por Ananindeua e Marituba, mas quando chega em Santa Izabel, ele pula para Castanhal”³ são falas comuns de se ouvir no dia a dia da cidade e as ouvi repetidas vezes de diferentes sujeitos.

A primeira fala é de um vizinho, antigo morador da cidade, aposentou-se na empresa de transporte coletivo “Izabelense Transportes” e é indignado pelas antigas empresas que

² Esta fala foi retirada de uma conversa informal com meu vizinho como forma de lembranças que apontam para a ideia da “cidade do já teve”

³ Cabe destacar, que esta segunda fala recorde-me unicamente em minha memória, a achei tão interessante que nunca a retirei do inconsciente, naquele momento eu ainda residia em Castanhal (minha cidade natal).

vieram a falência, incluindo a que trabalhou por toda a vida. A segunda fala é de um colega da época de graduação, que foi proferida por volta do ano de 2013, em debate sobre “A república velha” que levou a instiga-lo a algumas falas calorosas a respeito de sua cidade natal, por ser morador da Vila de Americano, nesta época eu era morador da cidade de Castanhal e ainda não tinha contato com Santa Izabel do Pará.

A distância temporal entre as duas falas relaciona uma permanência na memória coletiva da cidade, tendo em vista as posições distintas dos “personagens” que as proferiram. Se fizermos uma comparação com a fala do estudante apontada na seção anterior, identificaremos uma reprodução (senão uma repetição) dessas falas informais que proporcionaram a minha inquietação para este trabalho, e concorda com Silva (1998, p. 388) quando afirma que “O historiador local em princípio enraizou-se numa terra determinada, exerce ou exerceu aí determinada profissão, apercebeu-se de determinadas características e problemas e é daí que parte o trabalho de reconstituição histórica.”

É salutar destacar que esta alcunha (cidade do já teve) não pode ser generalizada nem mesmo naturalizada como verdade incontestável, mas que é comum ouvi-lo por diversas gerações de moradores da cidade, que parecem estabelecer uma memória coletiva negativa sobre o município, é necessário enfatizar também, que este termo me parece estar diretamente ligado a uma espécie de mito de origem, que tem raízes na gestação e nascimento de uma cidade intrinsecamente ligada à Belle époque amazônica.

Ao buscarmos na História das origens da cidade de Santa Izabel do Pará, talvez percamos de vista o objetivo desta dissertação que tem foco no ensino de História, mas se faz necessário entender a importância que a Belle époque tem para a formação do município⁴, pois o sentimento de euforia popular de uma cidade que surge no momento de grande prosperidade da região, fez mitificar a ideia de uma cidade que seria desenhada aos modelos de sua capital e que era desenhada nos mesmos padrões da missão de embelezamento, principalmente do Intendente Antônio Lemos.

Vale entender, portanto, que a cidade em suas origens que datam de fins do século XIX e XX encontrou sérios problemas para se desenvolver e enfrentou momentos de crise que só foram superados pelas riquezas proporcionadas pelo “boom” da borracha na Amazônia, Ferreira (1984, p. 222) é bastante enfático ao afirmar que “certo está, que se não fosse a Estrada de ferro

⁴ O tema Belle époque e suas influências na formação de Santa Izabel do Pará, terá maior ênfase no capítulo 3 desta dissertação.

de Bragança seria impraticável o povoamento da região insalubre” atribuindo à obra produzida em meados da Belle époque amazônica, graças aos recursos financeiros advindos deste período, o total mérito pelo progresso e desenvolvimento da região da qual Santa Izabel pertence, isto é, a região bragantina.

Este discurso de um grandioso progresso, provocado pelas riquezas produzidas na Belle Époque amazônica, que permeia cidades próximas a Belém e Manaus, principais focos do “embelezamento” parece ter instaurado uma mentalidade que se aproxima de um sentimento de “viuvez” de pequenas vilas que tem berço em meio ao ápice do progresso e tendem a reproduzi-lo como verdade incontestável de que determinadas cidades, como é o caso de Santa Izabel do Pará, nasceram “em berço de ouro” e por diversos fatores não corresponderam ao progresso esperado em seu desenvolvimento ao longo do século XX.

Estes discursos, reproduzidos em larga escala ao longo de um século, erguem um debate sobre o “mito de origem” ou uma memória que se aplica a um conceito de decadência, em uma cidade que parece ter estabelecido a partir de lembranças, uma falsa concepção de progresso iminente que parte do período da Belle époque amazônica, mas que ocasionou mera lembrança presente nos monumentos que refletem o que a cidade “já foi” conforme reproduzido em um discurso coletivo que esboça grande decepção. Estas lembranças são comuns em áreas que formam a mesorregião metropolitana de Belém, como é o caso de Santa Izabel do Pará, que outrora foi uma vila pertencente a capital e recebeu resquícios da Belle époque.

A própria capital, Belém, também compartilha deste sentimento que é nutrido até os dias atuais, como uma certa saudade ou nostalgia que insiste em recordar dos “bons velhos tempos” daquilo que se conheceu como a bela época amazônica e que via de regra só foi proporcionada pela produção gomífera, principal economia da região entre o fim do século XIX e início do XX. De qualquer forma, este período parece ter outorgado a Belém e a suas cidades vizinhas, uma errônea ideia de “cidades do já teve” como se o paraíso houvesse acoplado na região Amazônica e as mazelas sociais nem sequer existissem naquele momento.

Esta perspectiva estabelece que a região viveu seu apogeu econômico, educacional e de grande estética arquitetônica e paisagística durante a primeira fase da borracha e após este ciclo, é como se as cidades não tenham reencontrado o “caminho do progresso” como uma decadência estabelecida pelos próprios moradores que tem perpetuado esta memória pelas gerações ao longo do século XX.

Este fator talvez seja melhor esclarecido ao nos depararmos com os simbolismos trazidos por patrimônios construídos naquele momento, gigantescas obras como o Teatro da Paz, o Palácio Antônio Lemos, o Orphelinato Antônio Lemos, o Mercado de ferro Ver-o-Peso, estabelecem e recordam aquilo que se chama de “cidade que já foi” ou “a cidade do já teve”.

O professor Historiador Túlio Augusto Chaves, em sua tese de doutorado, exemplifica perfeitamente este sentimento em Belém, ao descrever o simbolismo que percorre o reservatório de água Paes de Carvalho, que por muito tempo esteve sem função, abandonado e sem a utilização ao qual foi concebido, tornou-se alvo de chacota da população:

O reservatório era um símbolo, mas não só de um passado de glórias e riquezas; era também marca de sua decadência econômica. Um reservatório de bela forma arquitetônica, mas sem função prática, se coadunava com a imagem de decadência que em muito representava a cidade. Sua presença na paisagem, enferrujado e sem função, era uma lembrança ao mesmo tempo do que o dinheiro da borracha pôde trazer e do que o presente não podia. Além da lembrança dos tempo áureos da borracha, restava à população conviver com a falta de água tanto na periferia quanto no centro da cidade. (Chaves, 2016, p.85)

Esta exemplificação que permuta na comparação entre a “era de ouro” da borracha e a decadência do presente de Belém, aplica-se sem demais delongas ao mesmo contexto histórico de Santa Izabel do Pará, quando percebemos a mesma comparação ao monumento pertencente a cidade que foi erguido no mesmo período, o Orphelinato Antônio Lemos, com suas paredes gastas, instalações precárias, forros manchados por infiltrações, segundo andar interditado por ser demasiado perigoso, a população alega o descaso pelo poder público por ter sido abandonado a décadas, também tornou-se alvo de chacota sendo chamado de “patrimônio literalmente tombado”, mesmo porque, no prédio do monumento em si, já não funciona o Colégio, mais sim nos anexos posteriormente construídos.

O simbolismo que este prédio carrega é colossal para a cidade, pois impõe uma ideia de riqueza e prosperidade que Santa Izabel supostamente viveu, momento em que se podia construir um monumento deste porte e que o presente sequer pôde conservar, levando a um sentimento de decadência econômica na cidade, esta decadência é simbólica na própria estrutura decadente do prédio.

Este sentimento de decadência⁵ é ligado a crença em um tempo “invertido” que estabelece uma “procura da regeneração” onde aponta-se para uma “crença numa idade de Ouro primitiva e no enfraquecimento contínuo do mundo, ou de uma civilização, assiste-se a um fenômeno de inversão” (Le Goff, p. 377).

Na especificidade da cidade de Santa Izabel do Pará, esta “idade de ouro” pode ser considerada, o período da Belle Époque, quando proporciona-se o nascimento da pequena vila e a posterior ascensão enquanto cidade. Momento este que promoveu a vinda da estrada de ferro, construção de praças, o Orphelinato paraense, o primeiro viaduto e um retiro luxuoso que pertencia ao Intendente Antônio Lemos. Além de acelerar a vinda de moradores para a cidade em virtude do acesso facilitado pela estrada, o simbolismo que a permeia entre os izabelenses é o que “trilhos do progresso”.

Já o enfraquecimento da “civilização” pode ser representado na incapacidade do presente em repetir os feitos da tal “era de ouro” e acarreta na falácia da “cidade do já teve” que decorre da própria população presa a um passado equivocadamente criado e repassado entre as várias gerações.

A ideia da “cidade do já teve” imposta a Santa Izabel do Pará, está ligada primordialmente ao critério econômico, logo o conceito de decadência que se aplica a ela insere-se ao fato de não ter se desenvolvido como foi esperado, influenciando até mesmo comparações com as cidades vizinhas que alcançaram um “progresso” desproporcional ao do município de Santa Izabel do Pará.

As comparações ligadas as questões econômicas, abrangem desde as oportunidades de trabalho, os baixos investimentos em infraestrutura, saúde, turismo e até atração de capital externo (grande fator de debates políticos na cidade), chegam também ao declínio demográfico à medida que se percebe a saída exacerbada de pessoas rumando a uma nova oportunidade em outros estados brasileiros.

É necessário desmistificar essa ideia e reconstruir de alguma forma a identidade izabelense, para tanto, a reformulação de uma visão do monumento que estudei com meus alunos, que partiu da visão dos problemas e desigualdades sociais que o circundam ao longo de

⁵ A ideia de decadência discutida por Le Goff (1990) a partir de Burke (1976) apresenta seis critérios, ou formas de declínio, a saber: 1) Cósmica, a velhice do mundo; 2) Moral, declínio dos costumes; 3) Religiosa, decadência da igreja; 4) Política, desaparecimento dos Estados e impérios; 5) Cultural, da língua, das letras, das artes e das ciências (sobretudo após a renascença); 6) Econômica, que discute os fatores econômicos para o declínio dos Estados e civilizações.

sua construção, foi ponto de partida primordial para o desaparecimento de uma identidade escrava de uma suposta bela época que se estabeleceu na cidade.

1.1.2 A História local e o currículo de História de Santa Izabel do Pará.

Frente a questão do desaparecimento da cidade por parte dos estudantes, e ainda de uma memória coletiva que parece ter chegado ao meio escolar, ergue-se um currículo que não contempla a História local nos anos finais do ensino fundamental na componente curricular de História, mas que pondera alguns temas desta vertente em Estudos amazônicos, que apesar de apresentar alguns pontos importantes, o faz de forma sucinta, são eles: localização e formação do município de Santa Izabel; a formação sócio histórica do município: povos indígenas, africanos, nordestinos e japoneses e o ambiente natural de Santa Izabel⁶. Estes temas são trabalhados no 8º ano durante o 2º semestre e por aí se encerram.

A partir de tudo que foi apresentado, como as falas informais, as experiências em sala de aula e do breve questionário, uma conclusão inebriante se desenrola sobre a cidade: “não se tem orgulho de ser izabelense” e isto me preocupa! Porém, frente a um currículo carente de História local, como um professor de História deve proceder para vencer estes discursos e possibilitar um fortalecimento na identidade dos estudantes?

Pois bem, cabe considerar antes de tudo, alguns fatores que ajudam a explicar a ausência de aulas de História local nos anos finais do ensino fundamental: 1) pelo fato do currículo de História municipal não exigir estes temas nesta etapa; 2) a curta carga horária de História nos anos finais do ensino fundamental; 3) A BNCC⁷ dar ênfase a estes temas nos anos iniciais do ensino fundamental; 4) O mero desinteresse do professor de História por estes temas.

Muito embora as temáticas que envolvem a História local apontem para a aproximação dos estudantes com seu meio social, produção da identidade e valorização de seus vínculos memoriais que partem da memória tanto individual como coletiva, uma problemática ainda está presente na relação prática entre a tarefa empírica do professor e da prescrição do currículo para os anos finais do ensino fundamental, sendo portanto, fundamental perguntar: onde está a História local nos currículos municipais? O professor mais tradicional, que busca concluir seu conteúdo à risca, e não abre mão dos padrões estabelecidos do currículo prescrito, vai encontrar

⁶ Estes conteúdos foram retirados do organizador curricular de Estudos Amazônicos da Secretaria Municipal de Educação de Santa Izabel do Pará

⁷ Sobre a BNCC e o ensino de História local, trataremos a discussão à tona na seção 1.3 deste capítulo

sérios desafios na missão de inserir a história local no cotidiano da sala de aula, isto se não acabar por ignorá-la.

Estes problemas ainda envolvem o curto espaço de tempo entre as aulas ou ainda a escassez de material didático que possa guiar estas aulas de História com o cunho local. Para tanto, é necessário destacar a forma curricular que nos apropriamos para que a aula proposta neste trabalho fosse possível, e buscamos traçar alguns desafios comuns a todo professor que se impõe o desafio de ensinar História local.

A problemática do currículo, liga-se diretamente às suas transformações, principais responsáveis pelas constantes mudanças na forma de se ensinar a história escolar. Estas mudanças pertinentes, por sua vez, são movidas por interesses políticos que modificam-se a cada novo governo e depende de sua estrutura ideológica, e na especificidade do campo da História, Christian Laville (1999, p. 130) nos orienta:

É interessante notar quanto interesse, quanta vigilância e quantas intervenções o ensino de história suscita nos mais altos níveis. A história é certamente a única disciplina escolar que recebe intervenções diretas dos altos dirigentes e a consideração ativa dos parlamentos. Isso mostra quão importante é ela para o poder.

Este interesse, denunciado por Laville (1999) expõe o disfarce que permeia todo documento que exerça função de orientar o ensino de História, visto que “o currículo é resultado de uma seleção em determinado campo do conhecimento e tem uma intencionalidade política explícita ou implícita, de tal modo que a cada configuração curricular corresponde uma determinada concepção antropológica do que é o ser humano e de como se forma a sua identidade.” (Mendez, 2020, p. 111). Desta forma, é correto afirmar que o currículo sempre se adequará as mudanças de poder político, dando ênfase aos interesses. Ao estabelecer uma divisão formal do currículo, Circe Bittencourt (2011, p. 104) nos orienta:

atualmente, a ideia de currículo é concebida em todas as suas dimensões, distinguindo-se o currículo formal (ou pré-ativo ou normativo) criado pelo poder estatal, o currículo real (ou interativo), correspondente ao que efetivamente é realizado na sala de aula por professores e alunos, e o currículo oculto, constituído por ações que impõem normas e comportamentos vividos nas escolas, mas sem registros oficiais, tais como discriminações étnicas e sexuais, valorização do individualismo, ausência ou valorização do trabalho coletivo, etc. (Bittencourt, 2011, p. 104)

Além disso, destacamos que entre a prescrição curricular (currículo formal) e a vivência em sala de aula (currículo real) existe um hiato no qual podemos perceber, justamente, a margem de ação dos professores e estudantes no processo de ensino-aprendizagem. (Mendez, 2020, p. 112) este hiato, consiste no que Bittencourt (2011) citou anteriormente como o currículo oculto.

Porém, esta pesquisa buscou se desenvolver a luz do currículo real, isto porque, os currículos prescritos, produzidos à luz da Base Nacional Comum Curricular – BNCC não abordam de forma direta a História local nos anos finais do ensino fundamental, logo, para o andamento do projeto, precisei adequar um tema que fizesse a analogia necessária com a História local.

Para efeitos de alcance de objetivos iniciais desta pesquisa, precisamos fazer uma breve referência às teorias do currículo baseadas em Tomaz Tadeu Silva (1999)⁸ e somente então perceber onde a História local tem se encaixado nos atuais currículos de História dos anos finais do ensino fundamental, pois conforme ele, dentre as teorias do currículo estão: a teoria Tradicional, as teorias críticas e pós-críticas. Elas representam uma possível evolução no ensino de História, que elevaram a disciplina de um caráter decorativo para um degrau de formação do senso crítico diante da sociedade que cerca o sujeito.

A teoria tradicional valoriza a eficiência, a organização, busca transmitir conteúdos, enfatiza o ensino e tem por eixo norteador a ciência de que educar é atingir objetivos, ela é muito relacionada às tendências pedagógicas liberais, tradicional e tecnicista. Na teoria crítica, educar é favorecer a emancipação, enfatizar a ideologia, questionar o capitalismo, valorizar a resistência e faz uma crítica à transmissão de conteúdo, como sendo mera reprodução social.

As teorias pós-críticas por sua vez, enfatizam a identidade, a transmissão de conteúdo envolve saber/poder, representa os subalternizados (classe, gênero e etnia), valoriza o multiculturalismo e supõe que educar é respeitar a alteridade, veremos mais adiante, que a teoria tradicional tem retornado aos poucos pela Base Nacional Comum Curricular, e isto pode representar mais um problema para o trabalho com a História local.

Além destas grandes dificuldades de se ensinar a História local presentes no currículo, carregado de influências ideológicas, cabe ainda pontuar como outros dois fatores delimitadores do efetivo ensino de História local. Primeiro, a curta carga horária do componente curricular de

⁸ Ver mais em SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica editora, 1999.

História, estando entre as menores do ensino fundamental, sendo 3 horas/aulas semanais nos 6º anos, 2 horas/aulas semanais nos 7º anos, 3 horas/aulas semanais nos 8º anos e 2 horas/aulas semanais nos 9º anos.

Segundo, a insistente divisão quadripartite: História antiga, História medieval, História moderna e História contemporânea, presente em qualquer organizador curricular do país, destacando uma permanência no ensino de História no Brasil, como uma herança do currículo humanístico, dividido pelos grandes marcos definidores da História profana, conforme Bittencourt (2009, p.78): “tempo antigo, com especial acento sobre gregos e romanos; idade média com oposição ao tempo moderno; a idade moderna e, por fim, a criação em 1850, de uma História contemporânea.”

No 6º ano do ensino fundamental, o professor trabalha Datação secular, pré-História e História Antiga, geralmente conseguindo encerrar estes temas com o prazo no seu limite. No 7º ano do ensino fundamental, se apresenta a História medieval, História moderna e se introduz a História do Brasil, a partir do descobrimento, neste caso, a curta carga horária torna a tarefa mais complexa de ser realizada pelo professor. No 8º ano, o docente precisa seguir com a História moderna e a História do Brasil com o tempo mais avantajado, e por fim, e este prefiro não me ater, vem o 9º ano com a sua estapafúrdia carga horária frente a temas extensos da História contemporânea e do Brasil república. Diante disto, como um professor de História consegue inserir a História local se o tempo urge até mesmo para os temas que o currículo prescreve?

É necessário mas muito raro, que o professor detenha conhecimento local para partir desta dimensão até chegar ao contexto global e isto, é uma realidade quase inexistente. Unindo-se estes fatores, chegamos a um certo caos no ensino de História da educação básica, que une o curto tempo que se tem para trabalhar os grandes períodos da História e as impossibilidades de aproximação do meio social do aluno.

Esta prioridade dada a temas da História geral e da História do Brasil que se resume a História de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro é conflituosa com a necessidade dos ensinamentos locais. Ergue-se uma questão fundamental: onde encontrar espaço para o ensino da História local nas aulas de História com tão pouco tempo? Dar-se aí, a necessidade de ensinar a História local (a partir do currículo real) introduzindo-a em analogias com os estudos da História geral (prescritos no currículo formal).

1.2 Aspectos teóricos: Memória, História local e consciência histórica.

1.2.1 Memória.

A análise das falas sociais mencionadas na seção anterior, nos permite compreender mais a respeito da memória da cidade de Santa Izabel do Pará. Esta memória “por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o homem, atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana” (Le Goff, 1990).

Estas memórias que foram formadas na cidade de Santa Izabel do Pará, ao longo do tempo, tem se estabelecido entre a sociedade izabelense, que apontam para ligações afetivas, mas que são acompanhadas por um sentimento de frustração, diante de uma cidade que supostamente não seguiu o desenvolvimento de suas congêneres, mas que recebeu certos investimentos inesperados que propuseram um imaginário popular de um suposto momento de “auge do progresso” que é repassado de geração a geração e estabelece a cidade aprisionada a um momento que nunca representou nada além de certo interesse político em distanciar o “popular” ou “indesejado” do centro da capital.

Conforme, Le Goff (2007) “a memória acaba por estabelecer um ‘vínculo’ entre as gerações humanas e o ‘tempo histórico que as acompanha’. Este vínculo que se torna afetivo, possibilita que essa população passe a se enxergar como ‘sujeitos da história’, que possuem direitos e deveres para com a sua localidade” e conseqüentemente formam um senso crítico natural da população em relação a sua cidade.

Isto também é demonstrado quando os estudantes passam a se identificar como izabelenses, sejam insatisfeitos ou não, em muitas de suas respostas pontuadas em nosso primeiro questionário, eles apontam para o que se aproxima deste “vínculo” estabelecido por Le Goff.

À eles é conferido um papel fundamental enquanto sujeitos participantes da História de sua cidade, quando começam a questionar o processo de formação do município, seja por narrativas das gerações mais velhas ou mesmo por simples observação, se atentarmos para os comentários anteriormente citados no questionário realizado em 2023, percebe-se que eles desenvolvem o senso crítico de forma natural, vindo por influência e o vínculo entre o tempo histórico inevitavelmente é formado.

Quando isto acontece, elenca-se o que chamamos de memória coletiva, isto é “propriamente dita, é o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. O resultado deste trabalho é uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que são conteúdo da memória coletiva.” (Schmidt e Mahfoud, p. 291, 1993).

Conforme Halbwachs (1990), sociólogo que muito se conectou à História em seus estudos e é o precursor na idealização de uma forma de memória que é composta por um determinado grupo ou comunidade, um tipo de memória que “é composta pelos fatos lembrados em comunhão com o grupo e sobrevive enquanto houver pessoas que a mantenham” elencando como pontos principais a perpetuação de tradições ou discursos estabelecidos em determinado local.

A inevitável influência das velhas gerações presentes nos discursos sociais, que representam uma forma equivocada sobre as formas aplicadas a cidade, e posteriormente reproduzidos no chão da sala de aula, também nos permite perceber esta mudança na forma de memória, a que é perpetuada e que “para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras” (Halbwachs, 1990).

Pollak (1992) adverte “na discussão sobre memória deve-se pensar em todas as situações, ou seja, se a lembrança é individual ou coletiva, se está ligada a interesses, se a perspectiva é social – pensa-se como uma proposta de manutenção de grupo, precisa de um ponto de referência, precisam estar ligados.”

Partindo das orientações de Pollak, entendemos que existe um tipo de memória coletiva presente na cidade que optei por chamar de “inconveniente” cabe a ela ainda, uma possível ligação a interesses políticos que a perpetuam, isto é, de perspectivas sociais que se desdobram em constantes murmúrios de uma população insatisfeita com o nível de crescimento econômico. Os interesses políticos podem estar presentes desde as representações que vangloriam as construções históricas da cidade, com a exaltação de um monumento erguido em dado período, até a atualidade com as constantes propagandas políticas que visam denegrir suas oposições e estabelecem um reforço ao discurso de uma cidade que “já teve”.

Outrossim, a “proposta de manutenção de grupo” é considerada neste trabalho. Isto porque, apesar de identificar uma permanência de uma memória coletiva que parece ser repassada entre as várias gerações, não se busca reforça-la, mas sim, reorientar no entorno da sala de aula e a conseqüente criação do “website” que possa ser propagado ao meio social como

forma de desprender-nos desta memória inconveniente. A manutenção ocorrerá à medida que a identidade possa ser reafirmada e as ideias de dependência de uma dada “bela época” possam ser refutadas.

No que concerne ao “ponto de referência” a proposta para que possamos realizar este processo de desconstrução do discurso e reafirmação da identidade é justamente a aproximação de um ponto de partida “O colégio Estadual Antônio Lemos” enquanto monumento/documento, patrimônio izabelense, erguido na Belle Époque amazônica, como forma de aproximação do estudante com a realidade social estabelecida no período, que contempla o organizador curricular de História “Belle Époque amazônica” de modo a fazê-los perceber que o embelezamento propagado e a ideia de auge do progresso passam muito distantes dos reais interesses na construção do prédio.

Pollak (1992) reitera ainda que “a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade” demonstrando que a memória tem grande força na relação entre o fortalecimento sentimental de pertencimento quando ao ser repassada de geração a geração, afinal “em termos dinâmicos a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo, na medida em que necessita de uma comunidade afetiva, forjada no ‘entreter-se internamente com as pessoas’ característicos nos grupos de referência” (Schmidt e Mahfoud, p. 289, 1993).

No entanto, se a memória sofrer com um processo errôneo de interpretação e for mal alicerçada coletivamente, ela poderia agir de forma contrária, trazendo como resultado o enfraquecimento do vínculo identitário? Os discursos produzidos no meio social e reproduzidos no chão da escola denunciam perfeitamente isto, percebe-se que o que é dito e reclamado entre o povo izabelense, também assim é feito entre os estudantes, evidenciando uma “memória herdada”.

Santa Izabel do Pará, torna-se exemplo claro de uma cidade que tem sua memória alicerçada em uma ideia equivocada, e é a partir deste momento que temos a intervenção do historiador-professor, no que tange principalmente a afirmação da identidade do estudante, pois é partindo da sala de aula que as grandes mudanças podem se materializar no meio social.

“É necessário, portanto, que o ensino de História seja valorizado e que os professores dessa disciplina conscientizem-se de sua responsabilidade social perante os alunos,

preocupando-se em ajuda-los a compreender e – esperamos – a melhorar o mundo em que vivem” (Pinsky, 2016, p.22).

Porém, como podemos realizar tarefa tão árdua? Partindo da ideia de mundo do estudante a uma dimensão local, é necessário que o professor se aproprie das ferramentas e vertentes das quais dispõe, para além de compreender a importância de levar em consideração, antes de mais nada, o meio que o aluno faz parte, fator crucial para a inserção da História local nas aulas que serão necessárias para a realização do nosso trabalho.

Três pontos são teóricos fundamentais para tal empreitada, exposta em nosso trabalho, o primeiro, estabelecer um conceito da História local, o segundo, entender a importância dela para a formação do estudante diante da sociedade que o cerca diariamente e por fim estabelecer um tipo de consciência histórica que pretendemos ajudar a formar nos alunos que participarem de nossa aula, esperando que estes sujeitos sejam reprodutores de pensamentos e discursos reformulados sobre a sociedade de Santa Izabel do Pará.

E ao professor de História, o que cabe a ele? Pois bem, cabe a missão que se desdobra como a principal meta deste trabalho, que é auxiliar na construção de práticas educativas na linha de pensamento histórico deste aluno, para a orientação formal de uma consciência histórica que em Rüsen (2001, p. 57), é a “suma das operações mentais com as quais os homens interpretam a sua experiência de evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de tal forma que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.”

1.2.2 História local.

Por muito tempo, o ensino de História foi visto como uma reprodução de conhecimentos idealizados pelo professor, que “transmitia” o conteúdo enquanto agente dominante da relação ensino-aprendizagem. Nesta perspectiva, o conhecimento histórico era reproduzido a partir da transposição didática e partia de uma dimensão muito distante dos estudantes, priorizando o ensino de história geral e sua tradicional divisão eurocêntrica de quatro períodos históricos.

Esta tradicional forma de se ensinar história não permitia uma abordagem de ensino tão próxima ou tão local como a que a atual concede. Além disto, por muito tempo o ensino de história foi visto pelas margens do cunho decorativo e percebida como uma disciplina de

repetição, o professor desempenhava o papel de transmissor de conhecimento ao estudante e este deveria apenas sentar e aprender o que lhe era imposto, no entanto

em tempos recentes, historiadores, pesquisadores do ensino e professores têm defendido uma história diferente, uma história cujo papel consiste em orientar os sujeitos a pensarem historicamente, a constituírem uma consciência histórica, a reconhecerem as diferentes experiências históricas das sociedades e, a partir desse entendimento, compreender as situações reais da sua vida cotidiana e do seu tempo. (Caimi, 2018, p. 59).

Neste sentido, “o emprego de novas linguagens envolve também uma reconfiguração da relação entre professor e estudante, na qual o aluno não é visto como alguém passivo, mas como um sujeito que participa ativamente no processo de ensino e aprendizagem” (Rocha, 2015, p. 34).

No entanto, esta modalidade de ensino ainda tende a não ser priorizada, principalmente pelas vertentes que são tradicionalmente propostas pelas mudanças curriculares ao longo da História do ensino de História. Estas vertentes, em sua maioria, tendem a partilhar em dados momentos da ênfase ao ensino que aproxima os estudantes de sua dimensão local, e em outros não, apontando para o distanciamento dos estudos locais. Este distanciamento tem se acentuado com a promulgação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC⁹ principalmente no que concerne aos anos finais do ensino fundamental.

Antes de adentrarmos o caminho da História local, é preciso que se entenda que o próprio termo “local” é carregado de múltiplos significados, tendo que ser definido para que possamos traçar as possibilidades de ensino de História com os alunos de uma perspectiva específica a fim de delimitar os objetivos que se pretendem alcançar durante o processo de ensino-aprendizagem que envolve esta vertente. Cavalcanti (2018, p. 285) nos traz uma interessante percepção sobre a História local:

O Congresso Nacional, do ponto de vista físico, é um prédio local, mas as relações que lá se praticam, sua importância e seu reconhecimento político o tornam nacional. Por esse ângulo de percepção, podemos questionar, por exemplo, que a Queda da Bastilha, ocorrida na França em 14 de julho de 1789, foi um acontecimento local, pois ocorreu no bairro de Saint-Antoine, no município de Paris. Entretanto, sua dimensão política, construída de forma relacional e heterogênea, sem determinismos a priori, sem prognósticos estabelecidos, tornou possível que seus desdobramentos ultrapassassem os limites do bairro, da cidade e do país.

⁹ As aberturas, desafios e possibilidades do ensino de História local serão apontadas na última seção deste capítulo.

A percepção do Historiador e professor Erinaldo Cavalcanti sobre a História local, é um ponto de partida excelente para que possamos primeiramente entender o que de fato é esta vertente. Do ponto de vista do autor, pode-se considerar que toda História é local, visto que, todos os acontecimentos históricos definem-se em determinado local.

Pontos determinantes, como ele nos afirma, são as proporções políticas e sociais que alguns acontecimentos em particular alcançam, colocando alguns acontecimentos históricos no patamar da “história geral”, ou seja, aquelas que são estudadas em várias partes do mundo, como ele próprio aponta ao exemplificar com a eventual “Queda da Bastilha” (história conhecida no mundo inteiro por sua importância social e influência política) que teve vários desdobramentos e influências ao redor do mundo, mas que parte de um bairro francês (História local).

Uma outra concepção de História local, que nos ajuda a estabelecer esta vertente, parte de Circe Bittencourt (2004, p. 168) quando nos orienta que:

A história local geralmente se liga a história do cotidiano ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelece relações entre os grupos sociais de condições diversas que participaram de entrecruzamentos de histórias, tanto no presente como no passado.

Ao conceituar a História local, a autora estabelece uma particularidade desta abordagem, que é a participação das pessoas comuns nesta história vista como pequena, ou seja a micro história, “os estudos da história local devem tentar buscar no recorte micro os sinais e as relações da totalidade social, rastreando-se por outro lado, os indícios das particularidades – os homens e as mulheres de carne e osso. A história do Brasil se constitui, assim, por uma dimensão nacional, local e regional” (Bittencourt, 2008, p. 203).

Mas aponta uma preocupação que se deve ter para não reproduzir a história dos grandes personagens, personalidades de autoridades do local, de modo a não excluir os pequenos grupos que compõe a história local de fato, pois deve-se concordar, as histórias dos “grandes feitos” dos ditos “grandes homens” como dos prefeitos, governadores ou intendentes, é uma repetida história idealizada nos discursos oficiais que cansamos de ouvir. Para tanto ela orienta que “é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas” (Bittencourt, 2009, p.169).

E é exatamente este cuidado que pretendi, ao relacionar a História local a um patrimônio da cidade. Os discursos que são produzidos, reproduzidos e sempre repetidos a respeito do patrimônio, busca sempre exaltar a beleza que o envolve, as administrações por qual passou, o estilo artístico pelo qual foi construído, o heroísmo e exaltação ao intendente que o fez surgir, além da propagação de um grande sentimento de “empatia” que o intendente tinha com as órfãs que estudaram no colégio. A partir deste projeto, busco mudar o discurso e dar voz a “gente comum” suas experiências, suas histórias e sua relação com o monumento em questão.

É necessário agora, entender a importância que a História local tem na formação da consciência histórica do estudante e como ela pode contribuir para a formação ou reafirmação da identidade. Novas temáticas apontam para a importância da inserção de temas locais ao conteúdo que se estabelece como geral e para entendê-la, passemos portanto ao ponto que abarca as possibilidades de aprendizagem que ela estabelece e cria para o ensino de História. A professora e historiadora Circe Bittencourt, ressalta que:

“a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer – igualmente por situar os problemas significativos da história do presente” (Bittencourt, 2009, p.168).

Dada esta importância, Ossana (1994)

elencas ainda as vantagens que a História Local, enquanto estratégia de ensino, pode trazer para o aprendizado histórico, dentre os quais destaca-se: a) a possibilidade de inserção do estudante no seu mundo conhecido, localizando a si mesmo e ao seu ambiente próximo na História, b) a possibilidade de atitudes investigativas a partir das realidades cotidianas, atendendo aos anseios pessoais, c) o trabalho com escalas menores que contribui para uma melhor compreensão das rupturas e continuidades, d) o favorecimento das discussões acerca de histórias menos homogêneas e mais plurais, sem silenciar as especificidades.

Seguindo estas observações que enfatizam a importância de ensinar história local, colocadas por Ossana e Bittencourt, podemos perceber que ela é responsável por aproximar o aluno de seu cotidiano natural, entender tudo aquilo que conhece e criar ou fortalecer o vínculo identitário, a medida que ele entende os significados que o cerca, aproxima a investigação, instiga a formação da consciência histórica, conforme o campo da pesquisa dos alunos está próximo de si, podendo estar na sua própria residência ou bairro e aguça o conhecimento geral

daquilo que se foi e do que permanece, já que a escala, como aponta o autor, é menor e familiar ao aluno. Sobre a importância da História local para os estudantes, Schmidt e Cainelli (2009), reforçam, que há:

possibilidade de inserir o aluno na comunidade da qual é parte, criando a historicidade e a identidade dele; despertar atitudes investigativas, com base no cotidiano do aluno, ajudando-o ainda a refletir sobre a realidade que o cerca e seus diferentes níveis, econômico, político, social e cultural; o espaço menor possibilita ao aluno a visão de continuidade e diferenças com as evidências de mudanças, conflitos e permanências e; a história local pode instrumentalizar o aluno para uma história da pluralidade, onde todos os sujeitos da história tenham voz.

Estas vantagens, apontadas pelos autores acima, permitem ainda nos questionar porque iniciar os estudos da História, pelos adventos mais distantes sem antes localizar o estudante a partir de sua própria História, ou seja, aquela mais próxima daquilo que o cerca em seu dia a dia? Como o professor pode mobilizar seus saberes para aproximar histórias tão distantes da realidade do aluno?

Alguns historiadores afirmavam que esta vertente, que abrange um espaço mais próximo não poderia ser objeto de estudo, por ser “demasiadamente familiar para ser imparcial” (Caimi, 2018, p. 59), no entanto, com os objetivos traçados corretamente, percebe-se que o levantamento de fontes pela aproximação do cotidiano do estudante, tende a fugir dos discursos já definidos e confirmam outras formas de pensamento, muitas vezes a partir da oralidade e da experiência dos mais antigos moradores da determinada localidade.

1.2.3 Consciência histórica.

Consciência Histórica é a expressão utilizada contemporaneamente para designar a consciência que todo agente racional humano adquire e constrói, ao refletir sobre sua vida concreta e sobre sua posição no processo temporal da existência. Ela inclui dois elementos constitutivos: o da identidade pessoal e o da compreensão do conjunto social a que pertence situados no tempo (Martins, p. 9, 2010).

A vertente teórica da consciência histórica é estabelecida como uma condição natural que surge a partir da necessidade de orientação que todo ser humano, independente de raça, cultura, religião ou ideologia sente. Esta condição mental, chega as raízes da psicologia e

propõe uma forma de pensamento histórico que surge como modelo de encontrar-se enquanto sujeito histórico que precisa situar-se em sua sociedade dando razão a sua existência.

No entanto, as formas históricas que são percebidas e apropriadas pelos seres humanos podem se estabelecer de maneira errônea, gerando as identidades não razoáveis, e é a partir da formação do senso crítico presente entre as metas das aulas de história hodiernas que o estudante pode aperfeiçoar seu pensamento histórico que já tem suas nuances estabelecidas pela identidade que é formada por influências familiares e agentes sociais.

Esta possibilidade de aperfeiçoamento das formas de “pensar historicamente” do aluno liga-se as características da consciência histórica, Jörn Rüsen destaca que ela também pode ser analisada “como um conjunto coerente de operações mentais que definem a peculiaridade do pensamento histórico e a função que ele exerce na cultura humana” (Rüsen, 2010, p. 37).

Cerri (2011, p. 30) ao compreendê-la como fenômeno humano, complementa que “antes de ser algo ensinado ou pesquisado, a historicidade é a própria condição da existência humana, é algo que nos constitui enquanto espécie”, observando que “a consciência histórica não está restrita a um período da história, a regiões do planeta, a classes sociais ou a indivíduos mais ou menos preparados para a reflexão histórica ou social geral (Cerri, 2011, p. 28).”

Em prática, “a consciência histórica será algo que ocorre quando a informação inerte, progressivamente interiorizada, torna-se parte da ferramenta mental do sujeito e é utilizada, com alguma consciência, como orientação do cotidiano.” (Rüsen, 2019, p. 16). Ela ocorre quando o ser humano sente a necessidade de orientar-se historicamente, daquilo que Rüsen vem a chamar de Interesses, isto é, carências de orientação no tempo, um dos cinco fatores que não são condicionados, simplesmente fazem parte da formação do ser humano enquanto sujeito histórico.

Neste sentido, o ponto de partida do processo de conscientização histórica são as *Ideias* (Rüsen, 2001) – perspectivas orientadoras da experiência do passado – e posteriormente pelo fator *Métodos* – regras da pesquisa empírica – onde as orientações, seja pela pesquisa ou pelos estudos da História, irão finalmente situar o indivíduo no tempo histórico, cabe aqui destacar a fase que a pesquisa chega nestas etapas, sendo talvez a mais importante, pois após a identificação das carências de orientação, é que teremos a possibilidade de elencar recursos e possibilidades metodológicos para orientar os estudantes do 9º ano A, participantes de nosso projeto.

A consciência histórica, torna-se o principal objetivo da aula de História, à medida que o professor mobiliza recursos e condiciona o ambiente para que ocorra a efetiva aprendizagem histórica, que se dá quando o aluno desenvolve a habilidade de “pensar historicamente” que por sua vez, é a “capacidade de beneficiar-se das características do raciocínio da ciência histórica para pensar a vida prática” (Cerri, 2011, p.61).

Para tanto, é necessário se entender primeiramente, como o professor pode construir em conjunto com os estudantes esta consciência histórica, que tipos de consciência podem se formar nas aulas, como ela pode ser “reorientada” na formação da identidade e como através dos processos de narrativas, fomentar a aprendizagem histórica pelo meio social, isto é, o cotidiano ao qual os alunos pertencem, tendo como aliada principal a História local.

Pois bem, achei conveniente observar os tipos de consciência histórica, para somente então entender quais delas se encaixam adequadamente no objetivo que pretendemos alcançar em nossa pesquisa. Em seguida, entender os processos de pensamento e de formação estruturadores de consciência, que poderão guiar nossos estudantes, que trazem consigo resquícios de uma memória negativa na cidade de Santa Izabel do Pará.

Rüsen (1992), elenca quatro tipos de consciência histórica: a tradicional (origem e repetição de um modelo cultural e de vida na mudança temporal); exemplar (Variedades de casos representativos de regras gerais de conduta ou sistemas de valor); crítica (desvios problematizadores dos modelos culturais e de vida atuais); e genética (Transformações dos modelos culturais e de vida alheios em outros próprios e aceitáveis).

A aula que é o objetivo final deste trabalho apoia-se, nas tipologias crítica e genética, isto por que “o pensamento histórico-crítico aclara o caminho para a constituição da identidade pela força da negação (...) desafia a moral apresentando o contrário” (Rüsen, 2010, p. 67), o que representa uma clara confrontação com os discursos políticos e as formas de poder que contém os monumentos.

No tipo genético “a memória histórica prefere representar a experiência da realidade passada como acontecimentos mutáveis, nos quais as formas de vida e de cultura distantes evoluem em configurações ‘modernas’ mais positivas” (Rüsen, 2010, p. 69), pondo-a em evidência como “ferramenta metodológica para investigação comparativa” (Rüsen, 2010, p. 71) o que é necessário para este estudo que se debruça sobre a memória de outras épocas que se refletem em problemas atuais.

Ao apresentar resultados de um projeto “Recriando histórias” que tinha por objetivo pedir aos alunos que encontrassem documentos, cartas e outras formas de possíveis fontes históricas, perdidas em suas casas, Schmidt e Garcia (2005, p. 303) sugerem uma nova tipologia de consciência histórica: a crítico-genética, explicam:

(...) crítica porque os alunos e professores puderam comparar situações relacionadas a determinados acontecimentos históricos a partir de referências temporais individuais e coletivas (1992); genética porque eles se apropriaram das informações recriando-as na dimensão das diferenças, das mudanças e das permanências.

Restringindo-se ao âmbito de nosso projeto, os objetivos traçados podem ser facilmente comparados, pois a formação de uma consciência crítica evidencia-se uma vez que as habilidades de comparação entre os acontecimentos históricos da cidade, mostram-se a partir da memória coletiva, que se proliferou ao longo dos anos, pode ser quebrada a partir da confrontação com o patrimônio. A genética, por sua vez, também torna-se objetivo fundamental pois ela desenvolve a capacidade de análise das mudanças e permanências sociais que permeiam Santa Izabel do Pará, isto sempre a partir da observação do monumento como forma de pensamento mutável, diferindo-se da memória que foi estabelecida.

As pesquisadoras complementam “esta perspectiva crítico-genética se aproxima do que o educador brasileiro Paulo Freire define como a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica” (Schmidt e Garcia, 2005, p. 304) sendo primordial mudar o discurso historicamente estabelecido pelos grandes personagens, difundido incansavelmente pelos centros culturais da cidade, a fim de perceber os interesses políticos e sociais que envolvem a construção do monumento escolhido para nosso projeto.

Ao desvincular-nos dos ideários de beleza e grandiosidade que permeiam a gestão de um intendente da “Belle Époque” que construiu o monumento mencionado, criaremos a possibilidade dos alunos repensarem o monumento como forma de propagação de desigualdades sociais da época, proporcionando uma desvinculação com as memórias que sugerem um período de prosperidade e “orientando” uma forma crítica de perceber que a cidade continua seus passos de progresso, agora, distantes da bela época.

Define-se, portanto, uma nova perspectiva orientadora da consciência histórica que pretende ser alcançada ao trabalhar com os alunos, o pensamento crítico para confrontar a fonte “monumento” e a metodologia do tipo genético para entender as mudanças e permanências tornam-se importantes bússolas em nossa tarefa, que mostra-se ser árdua, visto que, “esta

articulação entre a história vivida e a história percebida é uma das mais difíceis tarefas na relação ensino-aprendizagem da história” (Schmidt e Garcia, 2005, p. 307).

Todo o caminho percorrido pelo professor e aluno devem leva-los ao aprendizado histórico, porém que caminho a trilhar deve ser este? Pois bem, no terreno da sala de aula da escola básica ocorre a passagem da ciência histórica (na percepção de carências de orientação no tempo) para o conhecimento histórico escolar, mediada didaticamente por um profissional do ensino de história, como forma de conteúdo previsto em determinado currículo a partir da tarefa empírica. “Com isso a didática da História se volta aqueles processos mentais ou atividades de consciência sobre os quais se funda a referência do aprendizado histórico (...) Nesses processos e atos ocorre o aprendizado histórico” (Rüsen, 2010, p. 42). Schörken (1972) acentuou, sobretudo, a “produção de identidade, lealdade, simpatia”.

Em suma, o aprendizado histórico ocorre “somente a partir de experiências de ações relevantes do presente. Essas carências de orientação são transformadas então em perspectivas (questionadoras) com respeito ao passado, que apreendem o potencial experiencial da memória histórica” (Rüsen, 2019, p. 44). No entanto, Rüsen (2010) expõe como meio fulcral as mediações do ensino advindas da narrativa histórica, que “pode ser vista e descrita como essa operação mental constitutiva” (Rüsen, 2019, p. 43) e complementa:

A narrativa histórica pode então, em princípio, ser vista como aprendizado quando, com ela, as competências forem adquiridas através de uma função produtiva do sujeito, com as quais a história será apontada como fator de orientação cultural na vida prática humana. (Rüsen, 2010, p. 43)

Partindo desta perspectiva, podemos entender que a narrativa pode se dar de diferentes maneiras, desde as tradicionais aulas que partem do princípio da oratória e dos discursos muitas vezes ensaiadas pelos professores, bem como por diferentes linguagens que hoje temos disponíveis, desde as ferramentas mais tecnológicas às mais tradicionais do ensino de história, podendo ser entendido como o caminho primordial para aprendizado histórico que pode “ser compreendido como o processo mental de construção de sentido sobre a experiência do tempo através da narrativa histórica, na qual as competências para tal narrativa surgem e se desenvolvem” (Rüsen, 1994), porém, ele “seria, no entanto, parcial, quando considerado somente o processo cognitivo. Ele é também determinado através de pontos de vista emocionais, estéticos, normativos e de interesse.” (Rüsen, 2010, p. 44).

Para esta dissertação, percebemos que todo o processo do aprendizado histórico passa diretamente pelos cinco fatores que Rüsen apresenta, mas deve-se levar em conta ainda, que o aprendizado histórico deve “ser relacionado à subjetividade dos receptores, à situação atual do problema e à carência de orientação, de que parte o recurso rememorativo ao passado” (Rüsen, 2010, p. 48).

Vale ressaltar que muito embora eu parta de uma perspectiva de memória coletiva no meio social da cidade de Santa Izabel do Pará, a individualidade e característica própria de cada estudante precisa ser levada em consideração, para que não se caia no erro da generalização, pois, um dos grandes objetivos deste trabalho além de recriar uma identidade, em alguns casos, é também fortalece-la.

1.3 História local e BNCC: desafios para o ensino de História nos anos finais do ensino fundamental.

Os afastamentos ou aproximações que permeiam o ensino de História local mais recentemente, vislumbram-se de fins da década de 1990 e são bastante presentes em dois documentos atuais, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s e a Base Nacional Comum Curricular, ambos na especificidade da História trazem distintos pontos de vista sobre o ensino de História previsto pelas atuais demandas sociais que partem do cotidiano que os estudantes estão inseridos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o mais recente documento de caráter normativo, produzido pelo Ministério da Educação (MEC) e que define um conjunto de aprendizagens ao qual todos os estudantes das séries iniciais tem direito. Tais objetivos são elucidados através de um conjunto de conceitos, habilidades e procedimentos, organizados em sete competências para todo o ensino fundamental, destacando as Unidades Temáticas, os Objetos de Conhecimento e as Habilidades a serem desenvolvidas em cada série (BNCC, 2018).

A comparação entre os PCN’s e a BNCC é inevitável, porém, inicialmente é necessário considerar que enquanto os PCN’s não tinham função de currículo, mas sim de orientação e referência para as redes de ensino do país, a BNCC orienta e também tem fortes posições de um currículo que busca unificar o que é ensinado em todo o país. Para efeitos desta comparação (PCN’s e BNCC) Mendez (2020, p. 110) sugere que:

a versão homologada da BNCC sinaliza para uma atualização daquilo que Tomaz Tadeu Silva chamou de “teorias tradicionais do currículo”, pois se

preocupa mais com o “o quê” deve ser ensinado do que com um questionamento crítico sobre a finalidade do processo de ensino-aprendizagem. Em contraposição, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), (...) estão mais próximas das teorias críticas e pós-críticas do currículo.

Pois bem, os PCN’s de História “apresentam uma dupla preocupação: por um lado, explicitam quais elementos da cultura nacional devem ser objetos de aprendizagem escolar, por outro, reforçam a importância da inclusão da diversidade cultural no ensino de história” (Avelar, 2012) a partir deste pressuposto pode-se afirmar que os PCN’s de História estão alinhados as teorias “críticas e pós-críticas” do currículo, uma vez que “se preocupam mais com uma reflexão sobre o sentido do estudo da história e de suas implicações epistemológicas e políticas do que com uma descrição detalhada sobre os conteúdos a serem ensinados” (Mendes, 2020) como o PCN sugere, o ensino de História se assenta:

No diálogo e no confronto com a realidade social e educacional, no contato com valores e anseios das novas gerações, na interlocução com o conhecimento histórico e pedagógico, o saber histórico escolar tem mantido tradições, tem reformulado e inovado conteúdos, abordagens, métodos, materiais didáticos e algumas de suas finalidades educacionais e sociais. Nesse diálogo tem permanecido, principalmente, o papel da História em difundir e consolidar identidades no tempo, sejam étnicas, culturais, religiosas, de classes e grupos, de Estado ou Nação. Nele, fundamentalmente, têm sido recriadas as relações professor, aluno, conhecimento histórico e realidade social, em benefício do fortalecimento do papel da História na formação social e intelectual de indivíduos para que, de modo consciente e reflexivo, desenvolvam a compreensão de si mesmos, dos outros, da sua inserção em uma sociedade histórica e da responsabilidade de todos atuarem na construção de sociedades mais igualitárias e democráticas (BRASIL, 1998, p. 29).

Os parâmetros colocados pelo antigo documento, estabelecem um ensino de História com objetivos salútares bem como estabelecidos pelas teorias de Jörn Rüsen, quando enfatizam a necessidade da formação de uma habilidade de pensar historicamente no aluno e se aproxima da História local quando ressalta:

Ao ingressarem na escola, as crianças passam a diversificar os seus convívios, ultrapassando as relações de âmbito familiar e interagindo, também, com outro grupo social – estudantes, educadores e outros profissionais –, caracterizado pela diversidade, e, ao mesmo tempo, por relações entre iguais. A própria classe possui um histórico no qual o aluno terá participação ativa. Sendo um ambiente que abarca uma dada complexidade, os estudos históricos aprofundam, inicialmente, temas que dão conta de distinguir as relações sociais e econômicas submersa nessas relações escolares, ampliando-as para dimensões coletivas, que abarcam as relações estabelecidas na sua localidade.

Os estudos da história local conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. (BRASIL, 1997, p. 40).

A BNCC por outro lado, busca desenvolver as habilidades voltadas a leitura, compreensão e interpretação, deixando de lado a ideia de formação de senso crítico. A BNCC desenvolveu-se ao longe de pelo menos duas décadas e estabeleceu diálogos entre outros documentos em distintos momentos, sendo um grande exemplo de como um currículo pode se modificar conforme os interesses que se movem conforme as distintas ideologias governamentais ou partidárias. Este documento teve 3 versões (2015, 2016, 2017) que apresentam peculiaridades entre elas, como nos orienta, Oliveira (2023, p. 21):

A primeira versão é marcada por sua tentativa inovadora, por seu caráter desconstrutivo que propunha o fim da linha quadripartite eurocêntrica, propondo um fluxo da história invertida do Brasil, passando pela América Latina e findando na história global. A segunda versão, uma lógica inversa da anterior, uma retomada ao formato tradicional conteudístico e eurocêntrico como até então vigente; a terceira e última versão, uma ratificação da segunda com a ênfase tecnicista neoliberal.

Como já visto, o currículo pode ser caracterizado como uma ferramenta de dominação, a BNCC também é resultado de forças ideológicas, principalmente no que tange a especificidade da disciplina de História, dado o ano de sua homologação, a ideologia elitista voltada ao mercado e de caráter tecnicista, foi a vencedora. Esta pesquisa, como toda que se faz presente no âmbito da educação básica atual, se desenvolveu sob a ótica da BNCC, pois a partir dela tentamos encontrar as possibilidades de trabalhar História local nos anos finais do ensino fundamental. Logo, entender as aberturas que o atual documento traz sobre os temas locais é fundamental para que superemos os currículos municipais que não deixam claras as necessidades de trabalha-los.

Em ponto de vista substancialmente distinto aos PCN's, a BNCC representa um retorno ao "método tradicional" centrado em aulas expositivas, factuais, que propunham uma exaltação do Estado-nacional ou ainda, um ensino de História que tem por principal propósito propagar o nacionalismo, o que representa, portanto, um retrocesso ao ensino de História frente a tudo que foi conquistado. Uma breve crítica que destaca ainda mais o sentimento de retrocesso que é propositalmente imposto pela BNCC, é a insistência na tradicional história quadripartite que foi posta ao ensino de História no Brasil desde os primeiros currículos escolares:

Na contramão do que estava sendo proposto pelas primeiras comissões que propunham um ensino cujo eixo norteador era mais temático e tinha como ponto de partida aquilo que está mais próximo de nós (história do Brasil, história da África e história indígena), ao fim e ao cabo, o que aconteceu foi um reforço da perspectiva eurocêntrica e cronológica. (Mendes, 2020, p. 123)

Como se apercebe, a BNCC ao insistir nos estudos da História geral, composta por História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea e como já foi discutido anteriormente, a ênfase nesta História tradicionalmente dividida imputa um distanciamento das aulas de História que possam partir do meio local, trazendo à tona uma dificuldade substancial para a aproximação do estudante à uma História próxima a ele.

Mendes (2020) ao apontar que “na versão final do documento o pensamento histórico ou a “atitude historiadora” parecem ter sido reduzidos aos processos metodológicos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise” põe em cheque a dúvida de ser isto suficiente para o ensino de História na educação básica. Com relação aos anos finais do ensino fundamental:

a BNCC sugere que o processo de ensino e aprendizagem da história seja pautado apenas por 3 procedimentos básicos, a saber: 1) Identificação de eventos considerados importantes na história do Ocidente ordenando-os de forma cronológica e localizando no espaço geográfico; 2) Desenvolvimento das condições para que os alunos analisem e compreendam os documentos históricos registrados em vários tipos de linguagem; 3) Reconhecer a possibilidade de diversas interpretações de um mesmo fenômeno, avaliando as hipóteses para a elaboração de suas próprias proposições. (Mendes, 2020, p. 124)

A problemática relacionada a tradicional História eurocêntrica quadripartite é fortemente criticada pela historiadora Kátia Abud, no que consiste “ao ponto de vista da periodização e da seleção da listagem de conteúdos da BNCC estar muito próxima dos programas de ensino vigentes no país em 1915 e 1931, pois toma a ‘História Antiga’ como ponto de partida único para o estudo da disciplina” (Mendes, 2020, p. 124) “apesar das orientações inovadoras, fundamentadas na moderna Psicologia da Educação, que recomenda que se inicie com o que é próximo do aluno, pois ele terá melhor compreensão” (Abud, 2017, p. 22).

Este distanciamento entre o meio do aluno, interfere diretamente nos estudos e no ensino de História local e muito embora se encontrem aberturas para estes temas na própria BNCC, a realidade tende a ser decepcionante, isto porque problemáticas encontradas pelo

professor, como falta de recursos e tempo para cumprir o ensino tradicional que é novamente imposto, pautado na clássica divisão dos quatro períodos da história geral, sem dúvidas interferem na aproximação do aluno com a História a partir de seu cotidiano, ampliando o distanciamento, afinal, é necessário que se cumpra o que está no currículo.

Porém, o que fazer diante do retorno do currículo tradicional imposto pela BNCC? Mendes (2020) sugere que “os professores podem manifestar sua resistência no chão da escola. Isto é, o currículo é um discurso cujo significado precisa ser interpretado e atualizado pelos docentes” e é diante de um combinado entre o conteúdo presente no currículo prescrito, as aberturas que a própria BNCC trás para o ensino de História local nos anos finais do ensino fundamental e ainda as metodologias presentes na educação patrimonial que a aula de Belle époque em Santa Izabel do Pará, encontrou espaço para se desenvolver.

“Sendo assim, existe uma certa margem de atuação no cotidiano da sala de aula na qual será possível expressar uma prática de ensino de história voltada para a cidadania e não para o tecnicismo dos valores empresariais de mercado” (Mendes, 2020, p. 124). Compartilhamos, portanto, da missão que a própria BNCC estabelece para o ensino de História no Ensino Fundamental, “essa tarefa é complexa e delicada, pois o objetivo deste não é formar pequenos historiadores, mas possibilitar a construção do pensamento histórico, da consciência histórica e formação cidadã e humana” (Maia, Sousa e Sá, 2018, p. 4), dentro das limitações impostas ao professor, tudo que foi apresentado até aqui, já é satisfatório.

Tendo, portanto, problemáticas e prioridades estabelecidas que apontam para o currículo tradicional na BNCC, entendidos os cinco processos básicos previstos para o ensino de História no documento, ainda questiona-se: onde está a História local na BNCC? Pois bem, este documento aponta a necessidade da prioridade da abordagem local para os anos iniciais no ensino fundamental.

“De acordo com as premissas do documento oficial da BNCC, nessa fase de ensino, os estudantes precisam começar a aprender a investigar a si próprio e ao mundo que o cerca, partindo dos espaços familiares e seguindo para os espaços sociais mais amplos que vivenciam, como a escola, o bairro e a cidade” (Ferreira e Silveira, 2020, p. 3), ou seja, a História desempenha papel de norteadora da criança a suas localidades mais próximas, algo que não foi empregado aos anos finais do ensino fundamental.

O documento ainda indica que “os estudantes devem fazer essas descobertas do saber a partir do ensino de procedimentos de investigação próprios das ciências humanas, a citar:

realização de pesquisas utilizando diferentes tipos de fontes, observação e registro de fatos, paisagens e depoimentos” (BNCC, 2018).

Os anos iniciais do ensino fundamental na BNCC, em especificidade da História, atribui uma tarefa complexa aos professores, formar sujeitos pensantes que possam entender conceitos e aprender a observar fontes e paisagens, estando distante dos princípios da formação da consciência histórica nos estudantes dos anos finais, mas que colaboram para que a criança possa localizar-se enquanto sujeito histórico participante de sua cidade.

No entanto, embora a ênfase dada ao ensino de História local pela BNCC aos anos iniciais do ensino fundamental esteja bastante clara, ela não exclui a possibilidade de construir este tipo de conhecimento nos anos finais, dando margem a uma visão micro da História, isto fica explícito a partir de uma leitura mais minuciosa do documento na passagem que tange aos anos finais do ensino fundamental: “Reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável vai muito além do acúmulo de informação” (BNCC, 2018, p. 14).

A necessidade de fazer o aluno encontrar-se em seu contexto local fica evidente nesta passagem do documento, outra abordagem acentua as necessidades dos estudos locais quando sugere a possibilidade de “Contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e no tempo dos quais as aprendizagens estão situadas;” (Brasil, 2017, p. 16).

Esta passagem é a abertura mais completa para aquilo que fizemos em nosso trabalho: contextualizar o conteúdo “Belle époque” trazendo-o para a região amazônica, para a partir das estratégias traçadas na educação patrimonial conectá-los à vertente local – Heranças da Belle époque em Santa Izabel do Pará – colocando os sujeitos dentro do tempo histórico que se desenvolvera em seu meio local, este pedacinho da Amazônia, rico em histórias e encantos.

Isto aborda a capacidade do estudante em localizar-se e reconhecer-se como agente ativo e participante nas transformações sociais e políticas ao longo do tempo histórico. A História local é capaz de trazer este conhecimento que perpassa a micro e adentra os limites da macro-História. Conforme Maia, Sousa e Sá (2018, p. 4):

há possibilidades reais de desenvolver um trabalho pedagógico com a História Local, pois a partir desta podemos construir as noções de reconhecimento e

pertencimento do contexto no qual estamos inseridos (professores e alunos); o ato de construir uma narrativa histórica nos possibilita a comunicação e a socialização da narrativa, e vamos seguindo com a construção da criatividade, da condição de desenvolver análise e síntese.

A partir destas considerações, podemos entender, portanto, que apesar dos desafios impostos pelo atual documento da BNCC, ele próprio traz aberturas e possibilidades para o ensino de História local nos anos finais do ensino fundamental.

É fato que ocorre forte distanciamento destes temas com o novo documento, outros desafios como o curto prazo e a falta de recursos didáticos são levados em consideração, observa-se que o professor de História, afastando-se do currículo prescrito e vinculando-se ao currículo oculto, armando-se de novas abordagens e artifícios para o ensino de História, novas possibilidades de se ensinar História local podem surgir, gerando a aproximação, formação e o fortalecimento de sua identidade, enquanto sujeito ativo e participante da sociedade à qual pertence.

2. CONHECIMENTO HISTÓRICO LOCAL EM SANTA IZABEL DO PARÁ: COMO SE ENSINA E COMO SE APRENDE?

Como os alunos de uma turma de 9º ano do ensino fundamental tem se percebido como pertencentes a cidade de Santa Izabel do Pará? Que conhecimentos sobre seu município eles tem apreendido no processo de ensino aprendizagem? Como se tem produzido o conhecimento Histórico local nos anos iniciais do ensino fundamental? Que metodologias professores (as) tem mobilizado para ensinar história local nos anos iniciais?

Este segundo capítulo busca responder estes questionamentos relacionados aos estudantes com a utilização de um questionário formal para estabelecer a identificação da memória coletiva da “cidade do já teve” no ambiente escolar, além de entender de forma bastante prática que conhecimentos estes estudantes tem sobre a História de sua cidade, a partir de gráficos, podemos mensurar as carências ou ainda os conhecimentos que eles trazem de sua trajetória enquanto cidadãos izabelenses.

Outro ponto fundamental integrante deste capítulo, é entender como os professores dos anos iniciais tem trabalhado temas da História local com as crianças, elencando distintas turmas, conforme a ênfase que é atualmente estabelecida pela BNCC nesta fase da educação básica.

Alguns objetivos do capítulo 02 são entender a relação histórica do ensino de História no Brasil até a BNCC para estabelecer as nuances com o atual documento, compreender como os professores dos anos iniciais do ensino fundamental tem inserido História local em suas aulas, mostrando resultados de entrevistas realizadas com estes profissionais, perceber as carências de orientação histórica dos estudantes e identificar metodologias e carências no ensino aprendizado local nos anos iniciais do ensino fundamental.

O capítulo 02 encontra-se dividido em três partes. A primeira parte apresenta o lócus da pesquisa: Escola Municipal de ensino Fundamental Antônio Lemos onde serão realizadas as práticas escolares da História local de nosso projeto e a turma escolhida (9º ano A), nesta parte apresento as justificativas para tais escolhas, os pontos cruciais do PPP da escola que dialogam com nossa pesquisa, além das necessidades que compõe o prédio das atuais instalações da escola.

A segunda parte, traz resultados mais aguçados de um questionário que foi passado na turma do 9º ano A, bem mais específico, realizado com a referida turma no dia 25 de março de

2024. Nele busquei levantar maiores informações sobre o conhecimento histórico que a turma já tem e entender os níveis de identidade, bem como o orgulho que a turma sente pela cidade.

Na terceira parte, demonstramos interessantes falas coletadas em entrevistas com professores dos anos iniciais do ensino fundamental de duas escolas que compõe a rede municipal de ensino municipal: EMEIF Irmã Marlene Fonseca e EMEIF Nestor Herculano, onde se concentram os maiores compromissos com a história local, de modo a traçar comparações que corroborem semelhanças ou diferenças entre as respostas dos entrevistados e a realidade encontrada a partir dos questionários aplicados nas turmas do 9º ano, busca-se primordialmente entender como os professores tem criado possibilidades, metodologias e condicionado tempo para trabalhar temas relacionados a História local ou mesmo se deixam de trabalhar, quais seriam os entraves ou problemas encontrados para tal.

2.1 Um breve Histórico do ensino de História no Brasil e seus desdobramentos na História local.

A História do Ensino de História no Brasil, perpassa por um longo processo de construção, consolidação e crise de um longo processo que se conceitua como código disciplinar da História. Como disciplina, a História adquire diversas formas e objetivos, e sofre fragmentações e transformações constantes no decorrer de seu caminho em decorrência das mudanças curriculares, que por sua vez se dão por influência ideológica. Enquanto isto, seus verdadeiros profissionais por muito tempo vislumbraram e ainda buscam a forma ideal de ensina-la.

Até chegar aos atuais métodos e as diversificadas ferramentas, que incluem desde projetores, vídeo games, cinema, tecnologia da informação, websites, aplicativos dentre tantos aportes metodológicos, a prática docente do professor-historiador trilhou um longo caminho para que se entendesse o verdadeiro papel da conscientização da História na vida do sujeito, a partir daquilo que por muito tempo denominou-se transposição didática, isto é, a passagem do conhecimento histórico aprendido na academia em conhecimento histórico escolar pronto para ser ensinado e aprendido, concebido na tarefa empírica que se cria na relação ensino-aprendizagem e se conclui na aprendizagem histórica.

Este longo caminho da História ensinada no Brasil nos interessa nesta dissertação, a fim de identificarmos os distintos momentos em que se propicia a atitude historiadora em

âmbitos locais, isto é, os momentos na História em que se preza pela valorização do meio social mais próximo do aluno.

Pois bem, “pode-se afirmar que a construção do código disciplinar da História no Brasil tem como marco institucional fundador o Regulamento de 1838 do Colégio D. Pedro II, que determinou a inserção da História como conteúdo no currículo” (Schmidt, p. 78, 2012), a partir deste primeiro regulamento, temos oficialmente uma experiência pioneira no ensino de História legalmente constituído no Brasil.

Neste primeiro momento, “a História da Europa Ocidental fosse apresentada como a verdadeira História da civilização. A História pátria surgia como seu apêndice, sem um corpo autônomo e ocupando papel extremamente secundário” (Nadai, 1993, p. 146) nesta passagem, evidencia-se a substancial distância do ensino de História local, uma vez que a própria História do Brasil foi posta a margem do ensino.

Nas escolas primárias, o ensino de História se fez presente, portanto, desde a segunda metade do século XIX, neste período, a história era ensinada sob a preocupação de associa-la com a leitura, “Os professores, segundo os planos de estudos, deveriam utilizar para o plano do ensino de História a constituição do Império e História do Brasil” (Bittencourt, 2005, p. 61) o objetivo principal deste método de ensino, era que “se aprendessem a ler utilizando temas que incitassem a imaginação dos meninos e fortificassem o senso moral por meio de deveres com a pátria e seus governantes” (Bittencourt, 2005, p. 61) traçando como objetivo central do ensino de História, a formação moral e a valorização dos grandes feitos e dos grandes personagens, em uma tarefa imposta a História como formadora de uma “bela História do Brasil” no entanto com propósitos de branqueamento da identidade brasileira e vistas que favoreciam a elitização da educação.

Nesta antiga escola primária presava-se ainda, pelo método da “memorização” no qual “aprender história significava saber de cor nomes e fatos com suas datas, repetindo exatamente o que estava escrito no livro ou copiado no caderno” (Bittencourt, 2005, p. 67) neste modelo de ensino da pedagogia tradicional, o professor é mero “transmissor” de conteúdo, e o aluno torna-se agente passivo, retendo tudo que o “ativo” tinha para “ensinar”. Estas formas de ensino, se mantiveram muito distantes de entender a aula como forma de manifestação cultural, daquilo que o aluno trás de seu próprio meio social e ainda mais distantes da formação de um senso crítico.

Na escola secundária “a história foi uma disciplina incluída no plano de estudos do colégio Pedro II, a escola secundária pública modelar criada pelo governo imperial em 1837” (Bittencourt, 2005, p. 76) e teve suas abordagens pautadas em dois currículos: o humanístico e o científico. O Humanístico “se assentava no estudo das línguas, com destaque para o latim e tinha os textos da literatura clássica da Antiguidade como modelo e padrão cultural” (Bittencourt, 2005, p. 77), o estudo destas línguas distintas atendia ao modelo de cidadão que a elite precisava: “a gente letrada”.

O currículo científico por sua vez, buscou agradar a uma nova elite de um período com novos ares industriais em fins do século XIX, “acentuavam a necessidade de introduzir as ciências naturais para a formação das novas gerações” (Bittencourt, 2005, p. 77) a História encontra seu lugar neste currículo, porém com “a função pedagógica mais definida em relação à sua importância na formação política da elite” (Bittencourt, 2005, p. 80). A história da civilização foi dividida em quatro grandes períodos e “os pressupostos iluministas foram vencedores de uma concepção de história da humanidade, fortalecendo a ideia da racionalidade do homem e tendo o Estado-nação como agente principal da civilização moderna” (Bittencourt, 2005, p. 80).

Durante as primeiras décadas do século XX, como observado, o ensino de história era visto como agente fundamental na formação da identidade brasileira com forte cunho político, que prezava pela nomeação dos grandes personagens ou heróis da formação nacional. Já pela indicação da escola metódica, a História era vista como a disciplina que “servia para estudar o passado, para compreender o presente e projetar o futuro, como se os historiadores fossem concebidos com o dom de fazer profecias, prevendo os acontecimentos futuros” (Caimi, p. 69, 2021).

Após a proclamação da República, um sentimento de urgência vai surgir no que se refere a reorganização da atitude historiadora em sala de aula, “gradualmente e a partir de um diálogo com outras ciências, como a psicologia e a sociologia, foi ocorrendo a chamada pedagogização da História” (Schmidt, p. 79, 2012). Nesta relação de interdisciplinaridade, não se leva em consideração que a História tem suas próprias metodologias e filosofias “pelo contrário, a transposição didática do conhecimento histórico em conhecimento escolar pautou-se, sobretudo, na imposição dos aspectos psicológicos e pedagógicos” (Schmidt, p. 79, 2012).

No entanto, conforme estudos de Schmidt (2012) a consolidação do código disciplinar da História no Brasil, só vai ocorrer entre 1931 e 1971, no contexto do pós-revolução de 1930

e seus desdobramentos na educação. Este período gerou múltiplas influências políticas, bem como educacionais, características do período em que Vargas governou o Brasil, “no bojo do movimento de defesa da importância da educação para a formação do cidadão e o desenvolvimento do país” (Schmidt, p. 79, 2012).

As metodologias do ensino de História no contexto do pós revolução de 1930, revelam uma tentativa de renovação da prática. “Particularmente no que se refere às sugestões de procedimentos técnicos que o professor deveria utilizar para motivar o aluno, ressaltando e valorizando alguns aspectos, como a necessidade da relação dos conteúdos com o presente” (Schmidt, p. 81, 2012), além disto, reforçou-se a partir de bibliografias, o uso da História contada a partir dos grandes personagens, grande feitos e da criação de heróis que pudessem compor a identidade nacional, com estes objetivos colocados ao ensino de História até aqui, estabelece-se sempre o grande distanciamento entre a História local e o chão das escolas do país.

Porém, na trajetória do código disciplinar de História, Schmidt (2012) chama atenção para um período de crise da História como disciplina, em um momento em que a História e a Geografia dão lugar aos “Estudos sociais” durante o período que prevaleceu as ideologias impostas pela ditadura militar (1964-1985).

Ao longo do século XX, surgem as propostas dos estudos sociais, que muito embora tenham sido discutidas desde a década de 1930, somente na década de 1960 foram inseridas aos currículos, inicialmente nesta década apenas em algumas escolas experimentais, mas durante a ditadura militar foi introduzido em todo sistema de ensino pela Lei 5.692 de agosto de 1971 em substituição a História e Geografia, que visava a integração do indivíduo na sociedade, “devendo os conteúdos desta área auxiliar a inserção do aluno, da forma mais adequada possível, em sua comunidade” (Bittencourt, 2005, p. 67), neste sentido

Acreditava-se que a adoção de Estudos Sociais deveria desenvolver nos alunos noções de espaço e tempo a partir dos estudos da escola, do bairro, da casa, da rua, para ir se ampliando, chegando ao estudo da cidade, do estado e assim por diante. Ainda eram reforçadas pelo ensino de Estudos Sociais, noções como: pátria, nação, igualdade, liberdade, bem como a valorização dos heróis nacionais dentro de uma ótica que tentava legitimar, pelo controle do ensino, a política do Estado e da classe dominante, anulando a liberdade de formação e de pensamento. (Urban, 2011, p. 10, apud Schmidt, p. 79, 2012)

“Com abordagem dos estudos sociais partindo da realidade mais próxima do aluno. Entre as décadas de 1980 e 1990, predominou-se a história temática, sendo a história local colocada como estratégia pedagógica, para garantir o domínio do conhecimento histórico” (Horn; Germinari, 2010). Por se distanciar da História ou ainda, integra-la à Geografia.

Espantosamente, no período de crise do código disciplinar de História, e o temporário “fim” da História como disciplina no Brasil, encontrava-se a possibilidade do ensino de História ser a mais próximo de estudos voltados ao âmbito local, visto que, sem a História como disciplina autônoma os quatro grandes períodos foram postos de lado dando lugar a estudos mais locais, isto é, os “Estudos sociais”.

Isto evidencia uma primeira experiência legal para o ensino de História local no Brasil. Dado o contexto que fora construída a possibilidade de estudar o meio social familiar dos estudantes, muito embora se tenha retirado a possibilidade da criação de um senso crítico destes alunos, se possibilitou ainda que por objetivos diferentes do que se propõe hoje, o ensino de História fosse de alguma forma produzido a partir de um ambiente mais próximo.

Após o período de ditadura militar no Brasil, a História como disciplina alcança sua reconstrução. Em 1997, como desdobramento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nascem uma série de Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s, conduzindo conformes as particularidades dos três ciclos da educação Básica, o documento estabeleceu orientações para o ensino de História no Brasil.

“Um marco definidor desse projeto de reconstrução do código disciplinar da História, pode ser considerada a proposta dos Parâmetros Curriculares de História, encaminhada pelo Ministério da Educação aos educadores brasileiros, em 1997 e 1998, contendo, em sua estrutura, os Eixos Temáticos sugeridos para o ensino de História de 1º ao 4º ciclos, do ensino fundamental” (Schmidt, p. 79, 2012). Os PCN’s de História trazem como uma de suas principais prioridades para o estudante:

A intenção é que ele desenvolva a capacidade de observar, de extrair informações e de interpretar algumas características da realidade do seu entorno, de estabelecer algumas relações e confrontações entre informações atuais e históricas, de datar e localizar as suas ações e as de outras pessoas no tempo e no espaço e, em certa medida, poder relativizar questões específicas de sua época. (Brasil, 1998, p. 40)”

Esta passagem evidencia perfeitamente a aproximação dos PCN's com o ensino de História local, dando ênfase a experiência do aluno com sua realidade. O objetivo do ensino de História passa a ter como ponto de partida a visão local do estudante e a capacidade dele estabelecer comparações ou analogias com os temas que envolvem a dimensão global.

Os processos de renovação da história ensinada, repensados ao longo das décadas de 1980 e 1990, com o pós ditadura militar, passam por grandes transformações e são influenciados por diversos pensadores contemporâneos da educação. Intelectuais como Jean Piaget e Paulo Freire, encabeçaram um novo momento de pedagogização da História e trouxeram a relevo a importância da prática e da tarefa empírica do professor-historiador nas singularidades de cada sala de aula, em criar a afinidade dos estudantes com a História a partir do meio social o qual se inserem quando enfatizadas e valorizadas as experiências por eles vividas, ainda que em perspectivas distintas.

A influência da teoria sócio interacionista de Jean Piaget, por exemplo, esteve presente no ensino de História por certo período, pondo-o à margem da educação de crianças, visto que “por uma leitura superficial e equivocada, propagou-se a ideia de que a aprendizagem dependia incondicionalmente, do desenvolvimento biológico, razão pela qual se postulava a idade de que as crianças não tinham condições maturacionais para a aprendizagem de conceitos históricos e de noções temporais antes dos 11 ou 12 anos” (Caimi, p. 68, 2021).

Esta teoria de Piaget tem aspectos que estudam o desenvolvimento cognitivo pautado em estudos do campo psicológico e a partir dela ele cria os estágios do desenvolvimento cognitivo, assim conceituados: sensório-motor (0 a 2 anos), pré-operatório (2 a 7 anos), operações concretas (7 a 12 anos), operações formais (12 anos em diante). Para Isabel Barca (2001) estes estágios

tiveram por base o desenvolvimento do pensamento das ciências exatas, como a Física e a Matemática. A aplicação dessa lógica ao ensino de História levou alguns autores a defenderem a possibilidade da aprendizagem histórica somente a partir do estágio das operações formais, momento no qual o indivíduo possuiria os dispositivos cognitivos necessários à apreensão de conteúdos complexos e abstratos, como o conhecimento histórico.

A influência de Piaget no ensino de História, demonstrava uma forte tendência à exclusão da História ensinada para crianças, e muito embora pareça uma teoria estapafúrdia para a prática do ensino de História, não se pode anular as fases do desenvolvimento cognitivo

de Piaget e sua contribuição para a prática do ensino de História, principalmente quando passou a sofrer a pedagogização, conforme Schmidt (2009, p. 30):

É necessário destacar o significado das teorias da psicologia e de suas categorias nos processos de aprendizagem de crianças e jovens, particularmente na importância que tais fundamentos têm para as mediações didáticas que ocorrem durante o ensino e aprendizagem em aulas de História. No entanto, é fundamental destacar que tais categorias não dizem respeito à específica cognição histórica, a qual pode ser designada de cognição histórica situada na ciência histórica.

Estabelecendo-se como um norte para a relação professor-aluno que busca alicerçar de maneira mais eficaz as aulas de História no ensino fundamental, tomando por base o auxílio que estas teorias podem se estender a didática do ensino, mas não na especificidade do âmbito da História, salienta-se portanto, que a sua referência restringe-se a identificar os recursos didático-pedagógicos mais eficazes para estas faixas etárias, cabendo ao professor, definir os saberes históricos que podem permear a efetiva aula de História que anteriormente, conforme Piaget, parecia uma tarefa inviável ou mesmo impossível nesta etapa da educação básica.

Com o fenômeno da pedagogização da História que vem ocorrendo no Brasil desde as primeiras décadas do século XX e é percebido até o atual contexto educacional pedagógico brasileiro, amplamente influenciado pelas teorias construtivistas e pela pedagogia libertadora¹⁰ de Paulo Freire, o ensino de História entra em forte divergência com as teorias de Jean Piaget e passa a considerar as possibilidades de se ensinar História para crianças, não apenas como uma prática de mera composição curricular, mas sim como fundamental para a real orientação dos alunos.

Os estudos de Paulo Freire, indubitavelmente dialogam com Jörn Rüsen e sua teoria da consciência histórica, à medida em que passa a considerar toda a experiência vivida pelo aluno antes de pôr os pés na escola. Rüsen, considera os saberes históricos e a necessidade de orientação no tempo histórico que o aluno trás de seu meio social, Freire, por sua vez revela a importância de entender o meio social do estudante para que haja uma formação crítica de modo que ele não retorne vazio para seu lugar.

Freire, “ressalta que o saber do educando precisa ser respeitado, aproveitando suas experiências sociais e de vida, possibilitando facilitar o desenvolvimento de seu aprendizado” (Sobreira, p. 5, 2013) isto evidencia com bastante clareza as aberturas do ensino de História

¹⁰ Ver mais em FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1967

local para os estudantes de modo geral, enfatizado atualmente pela BNCC nos anos iniciais do ensino fundamental.

Paulo Freire dá ênfase a necessidade de uma pedagogia da autonomia¹¹, isto é, “a implosão de um ensino onde a reflexão incida sobre suas práticas só seria permitido a partir de um ensino autônomo, de uma pedagogia da autonomia. Ela, que se funda na ética, no respeito à dignidade e na própria autonomia do educando” (Sobreira, p. 7, 2013).

Freire (1996) reitera que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” estabelecendo a educação, como um processo de formação de um indivíduo enquanto ser histórico-social em ser ético, considerando que o ensino dos conteúdos estabelecidos nos currículos prescritos, devem estar relacionados à formação moral do aluno. Isto reafirma que a autonomia do estudante, proporciona uma autocrítica do professor sobre o “saber-fazer e saber-ser pedagógicos”, logo, se o professor respeita a autonomia do estudante, ele consegue se autocriticar e aperfeiçoar sua prática pedagógica no dia a dia.

A consciência histórica de Rüsen reafirma a passagem do “ser histórico-social” ao “ser ético” ao considerar que todo ser humano tende a ter a necessidade de orientar-se no tempo de forma natural, nesta perspectiva a História é colocada no patamar de formadora de identidade e pensamento crítico para o convívio do indivíduo ao meio social, considerando os saberes, os costumes, as falas e as orientações políticas e sociais as quais os estudantes pertencem antes de chegar a sala de aula.

Embora a elaboração e o renome da teoria da “Consciência histórica” seja de Jörn Rüsen com o lançamento do primeiro livro “Razão histórica” primeiro da trilogia “Teoria da história”, cabe destacar que na década de 1990 Klaus Bergmann já trazia posicionamentos iniciais desta vertente do ensino de História para o Brasil com o artigo intitulado “A história da reflexão didática”, nele destaca-se que a tarefa empírica tem relação direta com a Consciência histórica, dando papel de norteadora a ela, a partir da ênfase que dá à didática da História e sua preocupação com a formação, o conteúdo e os efeitos da consciência histórica, Bergmann, (1991, p. 29) expõe a tarefa da didática da História, como:

¹¹ Ver FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996

(...) investigar, descritivo-empiricamente, a consciência histórica e regulá-la didático-normativamente pois esta consciência é um fator essencial da auto-identidade humana e um pressuposto insubstituível para a práxis social dirigida racionalmente. (Bergmann, 1990, p.30)

As observações de Bergmann põem em evidência a consciência Histórica como um dos principais horizontes das aulas e da pesquisa do ensino de história, esta nova vertente tende a valorizar o potencial encontrado nas experiências que são trazidas pelos estudantes para a sala de aula, partindo de uma concepção de que todo o ser tem orientações históricas pré-estabelecidas e precisam ser, como ele coloca “regulada” pelos profissionais da educação de História, levando a valorização das interações dos indivíduos com a sua história mais presente, ou seja, com a história que abrange os meios locais, sendo o ponto de partida para entender as Histórias de âmbitos gerais.

Observa-se, portanto, que a BNCC, contraria a perspectiva de Piaget à respeito do ensino de História e valoriza a relação do aluno com o seu bairro, comunidade ou cidade. Ela aborda a necessidade do ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental, como parte integrante do currículo das crianças, entendendo sua capacidade em orientar-se tanto no tempo como no espaço.

Sendo o ensino, fundamentado a partir do âmbito local, nesta fase da educação básica, dar-se ênfase à História local, como forma de aproximação das crianças com o meio social ao qual pertence e vivencia diariamente, estabelecendo principalmente orientações a respeito das pequenas histórias que a cidade conta e das relações interdisciplinares da História, pois “nenhuma disciplina, e tampouco a História, escapa da própria história” (Barros, 2011, p. 18).

Percebe-se ainda, que ao retirar dos anos finais do ensino fundamental a necessidade de ensinar História local, inevitavelmente a BNCC parece trazer uma armadilha para o ensino de História, uma vez que mal interpretada, o professor de História pode abrir mão de explorar esta dimensão da História escolar. Além disto, ao trazê-la como primordial aos anos iniciais, o erro pode ser insistido à medida que as prioridades podem ser estabelecidas no ensino de outras áreas de conhecimento consideradas mais urgentes.

É diante destas questões, que precisei intervir na pesquisa e identificar as urgências, dificuldades e carências de se ensinar a História local para as turmas de 9º ano dos anos finais. Cabe destacar, esta necessidade que foi identificada inicialmente em sala de aula, parece ser carência também no âmbito social, para o qual o projeto pretendeu se estender.

2.2 O lócus da pesquisa: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Lemos e a turma do 9º ano A (2024).

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Lemos – EMEFAL, tem sua origem como uma extensão do Colégio Estadual Antônio Lemos – CEAL (antigo Orphelinato Antônio Lemos), que foi inaugurado em 1928. Anteriormente atendendo o regime de internato de meninas órfãs, passou ao regime de externado na década de 1980, quando oferecia apenas o ensino médio. No entanto em 1999, o sistema passou pelo processo de municipalização do ensino fundamental, tendo suas atividades realizadas no mesmo prédio, mas com administrações e espaços diferentes.

Em 2008, com o prédio do CEAL apresentando sérios problemas estruturais por ser uma construção centenária, além da procura crescente por matrículas tanto no ensino fundamental como no médio, tornou-se inviável a permanência do estudantes do fundamental no mesmo prédio. Em 2009 a EMEFAL, representada por sua gestão, seus alunos e todo o arquivo documental foram alocados no prédio da Antiga Escola Padre Marcos Schawalder.

Já em 2013, no mandato do Prefeito Gilberto Pessoa, a estrutura da Escola Municipal Antônio Lemos foi transferida para um prédio alugado, onde mantinha suas atividades até dia 31/08/2024, quando recebeu o aval de impossibilidade da continuidade de funcionamento de suas atividades, por instalações da parte elétrica em forma precária, além de estruturas desabando, a prefeitura alugou outro prédio temporário que se localiza bem ao lado do ocupado anteriormente, a fim de concluir o ano letivo.

Cabe ressaltar, que com o encerramento das aulas do primeiro semestre ter sido precoce e com a volta as aulas do segundo semestre ser ocorrido de forma virtual, um pequeno atraso do projeto ocorreu, a etapa das entrevistas realizadas pelos alunos à pessoas da comunidade acabou por atrasar, mas nada que pudesse comprometer o bom andamento deste trabalho.

A escola de ensino fundamental Antônio Lemos, está situada na Avenida Pedro Constantino, nº 1399, no bairro Centro de Santa Izabel do Pará, mantida pela Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Pará/ Secretaria Municipal de Educação – SEMED, tendo seu horário de funcionamento das 06:30 às 18:30 divididos em dois turnos, manhã: 7:30 às 12:15 - tarde: 13:30 às 17:45, contando atualmente com 16 turmas de Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano), 606 (seiscentos e seis) estudantes nos turnos matutino e vespertino. Tem um quadro funcional com 51 profissionais e está sob a gestão administrativa e pedagógica das professoras:

Nair do Socorro Farias Chagas (Diretora), Maria Claudete Sousa de Brito (Coord. Pedagógica) e Vânia do Socorro Reis da Silva (Secretária Escolar).

Figura 1: Fachada do prédio provisório para funcionamento da EMEF Antônio Lemos.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2024.

A escola apresentada foi escolhida, sem demasiada dificuldade, pelo simples fato de enquanto professor de História do município de Santa Izabel do Pará, ter minha lotação integral (100 horas) nesta instituição para o ano letivo de 2024. Porém, dizer que isto é suficiente para a escolha da escola, seria mera hipocrisia. Existem três fatores que poderiam ser facilmente destacados se a situação fosse diferente e eu tivesse outras escolhas (como em anos anteriores).

Dentre estes fatores está a afinidade e grande carinho que tenho pela escola, gestores e alunos à qual dedico seis anos de trabalho, outro fator importante é a escola ter suas origens no prédio que será o patrimônio elencado em nossa aula, e ainda aos objetivos que são propostos pelo PPP que se unem e dialogam com a minha pesquisa em uma proporção de perfeita simetria, respaldando-a e sem passar por cima dos limites e planejamentos feitos pela gestão escolar do estabelecimento.

Dentre os principais guias na elaboração e estabelecimento dos objetivos da escola está a BNCC, indubitavelmente o documento curricular que vai orientar todas as demais atividades e projetos que a escola estabeleceu para o ano letivo. No PPP da escola “A BNCC também

incentiva o respeito à igualdade e a diversidade cultural, o que traz a necessidade de se planejar e rever o currículo e prática segundo a cultura e experiência local e da escola” (EMEFAL, 2024) ressaltando a abertura que a instituição nos assegura em criar um projeto que determine a aproximação do estudante com o meio em que vive, ou seja, a História local entra em terreno fértil diante deste objetivo contido no PPP da escola. Outro objetivo que corrobora com o que se pretende em nosso projeto é:

Entendendo o ser humano como ser histórico e social, buscando garantir o acesso, a permanência e a apropriação dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade. Nessa perspectiva, este Projeto Político Pedagógico se constitui numa iniciativa e compromisso com a educação para emancipação do sujeito, por meio da garantia do cumprimento de sua função social: socializar os conhecimentos artísticos, filosóficos e científicos. Busca-se não perder a criticidade, diante das diretrizes filosóficas, políticas e pedagógicas voltadas à educação escolar de qualidade e pretende-se que seja concretizado por meio da ação coletiva dos segmentos da comunidade escolar. Espera-se que as intencionalidades desse Projeto Político Pedagógico possibilitem um novo repensar e contribuam para a prática pedagógica da perspectiva adotada. (EMEFAL, 2024)

Ao estabelecer os estudantes como seres históricos e culturais, a perspectiva da história local que circunda nosso trabalho entra em voga para a aceitação diante da comunidade escolar, pois enfatiza a necessidade de reconhecer estes seres como participantes da formação histórica a respeito de seu município de origem, cabe ainda destacar a intenção de formar uma consciência histórica crítica com os estudantes, ao tratarmos de análises de fontes que permeiam os monumentos.

No último ponto que aborda um objetivo fundamental do PPP, liga-se diretamente a nosso projeto, quando cita-se a necessidade de “um novo pensar”, isto é, as múltiplas formas de se compreender e praticar a educação diante da História, enquanto disciplina formadora de opinião e do pensamento crítico, evidenciando a necessidade da formação histórica de estudantes que reconheçam e orgulhem-se de sua identidade., isto torna-se ainda mais claro em “Busca-se não perder a criticidade, diante das diretrizes filosóficas, políticas e pedagógicas”. No que concerne a definição de aprendizagem para a EMEFAL, que é:

parte de uma ação coletiva que busca a formação dos estudantes em seu percurso formativo, garantindo o desenvolvimento em todos os aspectos. Dessa forma, objetivos e metas precisam ser traçadas no Planejamento Escolar e avaliadas no Replanejamento, para verificações se a escola está cumprindo com seu papel social, sua missão e visão frente ao ensino e a aprendizagem. Essa concepção parte da premissa de que todos podem aprender a partir de seu ritmo e no seu tempo, para isso as aprendizagens precisam ser significativas, e que a escola oferece oportunidades, ações e estratégias. (EMEFAL, 2024)

A pesquisa por mim desenvolvida, cumpre muito bem a ação de verificação do papel da escola frente a sociedade à medida que visamos entender a eficácia do ensino de História local nos anos iniciais, de modo a contribuir para os ritmos de aprendizagem dos alunos que chegam aos anos finais do ensino fundamental e cria uma nova possibilidade de ensinar História com apoio da educação patrimonial e a devida intervenção de um meio atual de tecnologia.

Além do que, as reformulações diárias de metodologias, projetos que incentivem a criatividade, os usos das múltiplas linguagens, tanto tradicionais como das atuais tecnologias da informação, podem se aliar ao fazer pedagógico do professor para que ele possa oferecer estas “aprendizagens significativas” das quais o PPP da escola traça como objetivo, através do dever cumprido da escola. Estas aprendizagens significativas podem ser facilmente associadas às aulas que pretendemos realizar com o patrimônio e o alinhamento de meio tecnológico atual.

Orientar os alunos historicamente também é parte fundamental do contexto geral que a escola estabelece como objetivos, sem esquecer obviamente de todas as atividades que podem surgir da interdisciplinaridade para que isto possa ser cumprido. Vale destacar, portando, que nosso projeto tende a colaborar, na especificidade do ensino de História local, com o cumprimento das metas estabelecidas pela gestão da escola, tendo como consequência disto a formação de sujeitos historicamente orientados.

É do chão desta escola que a minha inquietação surgiu, nosso projeto nasceu e de onde partirá, para a análise em conjunto com os estudantes para um trabalho que abrange outro espaço: o antigo Orphelinato Antônio Lemos, como objeto didático para o ensino de História local. Para isto, foi necessária a escolha de uma turma que colaborasse com o desenvolvimento do trabalho, esta turma é o 9º ano A.

Optar por escolher o 9º ano A, dentre as cinco turmas de 9ª ano do ensino fundamental que temos na escola, vai além dos pontos de alcance dos objetivos que o PPP da escola estabelece, mas também pela aceitação da turma com relação a proposta de nosso projeto, apresentado desde o primeiro momento que estive com eles (26 de fevereiro de 2024) além da maturidade percebida nesta turma, que possibilita um trabalho com maior eficiência e comprometimento por parte dos estudantes da turma.

Outro fator interessante na escolha da turma foram os debates estabelecidos em todo o primeiro semestre de 2024, tanto nesta turma como nas outras que envolviam o tema que pretendi trabalhar no nosso projeto (Belle époque) terem sido ricamente produtivos a partir de

alunos muito participativos, com falas interessantes e questionamentos amplamente empolgantes sobre os temas da História local e do período da Belle époque amazônica.

A turma era formada anteriormente por 26 estudantes, visto que um dos alunos se transferiu para outra escola, na maioria dos questionários aplicados a turma não estava completa, como o caso do questionário que será demonstrado na próxima seção, quando tínhamos apenas 25 alunos presentes.

Para maior conhecimento da turma, fiz um breve questionário estabelecendo 4 perguntas rápidas com a ajuda do “Google Forms”, sendo elas: Em qual área da cidade você mora? Qual o seu bairro? Sempre morou em Santa Izabel do Pará? e Se você já morou em outra Cidade/Estado, cite aonde, se não deixe em branco e conclui que a maioria da turma é moradora da zona urbana da cidade, dentre os 25 alunos, apenas 1 reside na Zona rural. Os bairros mencionados pelos estudantes estão alinhados na tabela abaixo:

Tabela 1 – Lista de bairros habitados pelos estudantes do 9º ano A

Bairro	Quant. de alunos	Zona
Jardim das Graças	1	Urbana
São Raimundo	5	Urbana
Jardim das Acácias	4	Urbana
Aratanha	5	Urbana
Triângulo	3	Urbana
Jardim Mirai	4	Urbana
Juazeiro	2	Urbana
Príncipe da paz	1	Rural

Fonte: elaborada pelo autor.

É muito importante mencionar que um simples questionário que tinha por objetivo descrever o meio social e estabelecer a distância geográfica dos estudantes em relação a escola, nos permitiu ir muito além e perceber que existem deficiências de identificação das respectivas localizações em que os estudantes residem, a exemplificar, alguns alunos deixaram de responder o bairro quando perguntados e colocaram o nome da rua, sendo isto, algo que represente um conhecimento básico dos estudos locais que devem ser apresentados ainda nos anos iniciais.

Outro ponto fundamental é perceber os alunos que já moraram em outros lugares, permitindo retirarmos o percentual dos estudantes que não possuem a identidade izabelense fortalecida em vista, simplesmente, por nem sempre terem morado na cidade, salientando,

portanto a necessidade de inclusão dos temas que localizem estes estudantes em seu espaço e tempo. Abaixo, os estudantes que já moraram anteriormente em outra cidade ou estado:

Tabela 2: Lista de alunos que moraram em outra cidade.

Alunos que moraram em outra cidade	
Natal-RN e Florianópolis-SC	1
Concórdia do Pará	1
Santo Antônio do Tauá	1
São Paulo – SP	1

Fonte: elaborada pelo autor.

A turma foi entre as outras a que mais se destacou em termos de participação, empolgação e maturidade diante do projeto, mas para além disto, reuniu alunos que moram próximos às instalações da Escola Antônio Lemos, o que foi muito propício para a realização das atividades que exigiriam encontros inclusive no contra turno, outro fator determinante foi a carga horária, pelo fato de ser além do professor de História, ser também de Estudos amazônicos da turma, permitindo mais encontros semanais.

Tendo a maioria dos estudantes morando na zona urbana, o mais distante o morador do Bairro Príncipe da paz, tornou-se viável a realização da aulas que buscam pela construção de uma identidade izabelense forte e bem mais estabelecida mediante o atual cenário que os estudantes tem vivenciado, talvez pela falta de estudos de sua História.

A próxima seção tem por finalidade demonstrar exatamente isto, tendo um novo questionário aplicado, se pôde definir as carências e problemáticas que os estudantes tem com os estudos históricos locais, além de se perceber o nível de identificação da turma com sua cidade, este fator é fundamental, pois partimos do chão da sala de aula rumando novos patamares para o projeto que pretende envolver o patrimônio como forma de fortalecimento da identidade dos estudantes.

2.3 O conhecimento histórico local de estudantes da Escola Municipal Antônio Lemos.

Ao nortear-se com objetivo central de entender como tem se estabelecido a produção do conhecimento de Histórico local em Santa Izabel do Pará, como meio de entender as concepções formadas sobre a cidade enquanto uma terra sem oportunidades, partimos do chão

da Escola Municipal Antônio Lemos, inicialmente tendo feito o questionário de 2023 para a turma do 9º ano C, apresentado no capítulo 01.

Desta vez, o professor-pesquisador resolveu aplicar uma nova sessão de perguntas, desta vez para a turma do 9º ano A do ensino fundamental (turma escolhida para a realização da aula) ainda durante o primeiro semestre do ano letivo de 2024. Desta vez, as questões foram mais específicas com intuito mais objetivo que as do questionário anterior, visando perceber carências de orientação na História local.

A elaboração base das questões se pautou na divisão delas em dois blocos que se entrecruzam no resultado final. O primeiro bloco teve questões mais pessoais, com os objetivos de perceber a ideia de pertencimento presente nos alunos, medir a identidade izabelense ou identificar a possível ideia da “cidade do já teve” entre a turma, bem como foi percebida em outros momentos. As questões erguidas neste bloco foram: Você vislumbra oportunidades para seu futuro em Santa Izabel do Pará? Você considera Santa Izabel um bom lugar para se viver? Se possível, prefere permanecer ou mudar-se de Santa Izabel? Orgulha-se de ser cidadão izabelense?

O segundo bloco estabeleceu perguntas diretas com o objetivo de *entender o conhecimento à respeito da História de Santa Izabel do Pará, as perguntas foram: Você já estudou a História de Santa Izabel do Pará antes? Conhece a formação do município de Santa Izabel do Pará? Você sabia que antes da formação do município, Santa Izabel do Pará era uma vila pertencente a Belém? Algumas construções históricas foram erguidas antes de Santa Izabel do Pará ser um município, durante o período da “Belle époque”, conhece algumas destas? Você sabe quem foi Antônio Lemos, nome de sua escola?*

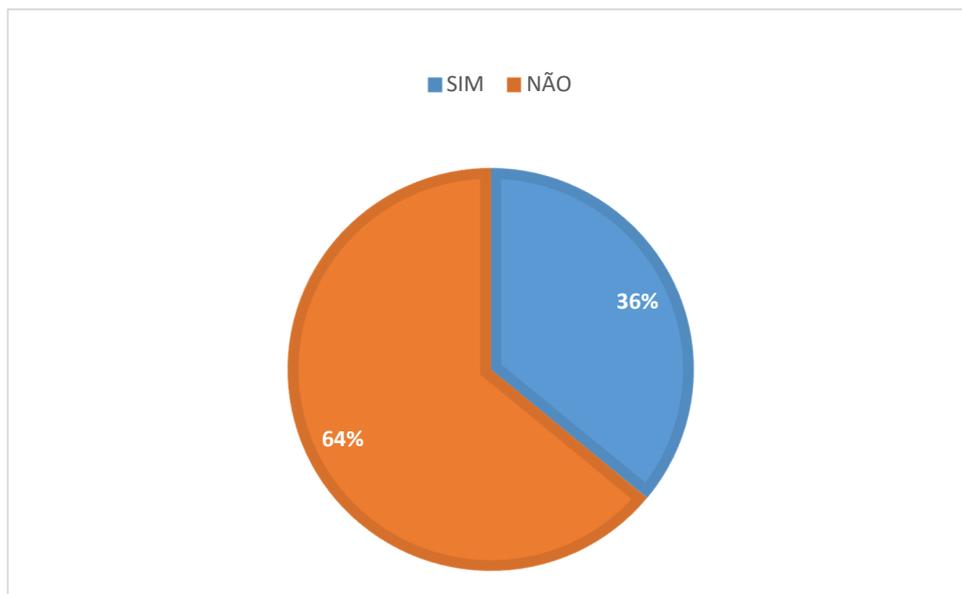
Este questionário foi elaborado em Microsoft World¹² com 9 perguntas totais, passadas de forma objetiva, tive a oportunidade de realiza-lo com os estudantes do 9º ano A no dia 22 de abril de 2024, tendo 25 alunos presentes e com as somatórias pude perceber os índices de conhecimento a respeito da História da cidade e a relação que os alunos tem com ela, de modo a reconhecer as carências que precisam ser trabalhadas na especificidade desta turma. Em seguida enumerei o quantitativo de marcações no questionário objetivo e com o auxílio do Microsoft Excel, elaborei uma série de gráficos para melhor auxílio dos resultados.

¹² O questionário está disponível no apêndice C

Vale ainda ressaltar que no dia da apresentação do questionário aos estudantes, eu, enquanto professor responsável estabeleci uma mediação com a turma, de modo a fazê-los entender as perguntas que tivessem teor maior de compreensão, desta forma foi inevitável perceber alguns comentários feitos por alguns estudantes que tive o cuidado de anotar no diário deste projeto e que vou citar nos comentários dos gráficos a seguir.

Pois bem, para início temos uma questão fundamental: *Você vislumbra oportunidades para seu futuro em Santa Izabel do Pará?* Esta questão surge de um retorno às primeiras falas de estudantes em 2020 feitas no diálogo sobre as metas futuras e já expostas no primeiro capítulo, a partir daí, entendi que o desapego pela cidade ou a ideia de pertencimento enfraquecida partiu também de uma questão econômica, que traz à Santa Izabel o status de uma cidade que não produz oportunidades para seus moradores. Vejamos as respostas dos estudantes:

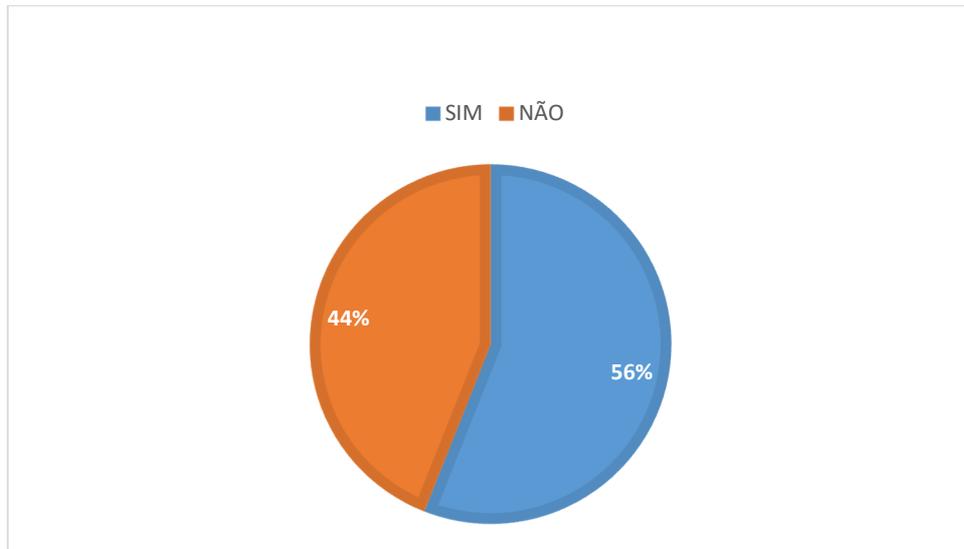
Gráfico 1 – Percentual de respostas à pergunta: Você vislumbra oportunidades para seu futuro em Santa Izabel do Pará?



Fonte: elaborado pelo autor.

Como se pode observar 64% dos estudantes não conseguem ter uma visão de futuro na sua cidade atual. Isto reafirma a minha preocupação inicial erguida ainda em 2018, que estabelece um desprendimento em relação a Santa Izabel do Pará. Como já visto, a questão econômica da cidade tem sido um dos principais fatores para este sentimento de frustração nos alunos, pois embora a cidade apresente crescimento econômico, a ideia enraizada de uma cidade sem oportunidades permanece, isto fica ainda mais nítido nas respostas a seguir:

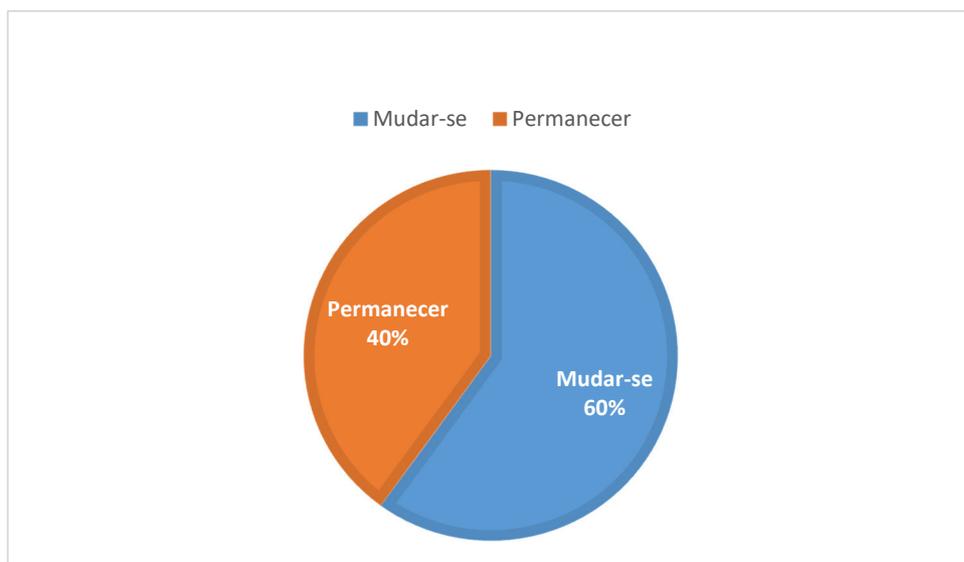
Gráfico 2 – Percentual de respostas à pergunta: Você considera Santa Izabel um bom lugar para se viver?



Fonte: elaborado pelo autor.

Para esta questão, precisei tecer uma discussão sobre o que eles precisavam pensar para responde-la. Como exemplo, as oportunidades educacionais, oportunidades de trabalho, possibilidades de empreendedorismo, a questão de segurança pública, violência urbana e ainda as questões sociais que envolvem a cidade, como o índice de pobreza, e a proliferação de pessoas em condição miserável como as muitas que vivem em condição de rua, logo, 56% disseram considerar Santa Izabel uma boa cidade para se viver. Muito embora a maioria esboce apreço pela cidade, o índice dos que a consideram um lugar desfavorável para a moradia ainda é preocupante, pois 44% é um número muito elevado, isto fica ainda mais preocupante com o próximo gráfico:

Gráfico 3 – Percentual de respostas à pergunta: Se possível, prefere permanecer ou mudar-se de Santa Izabel?

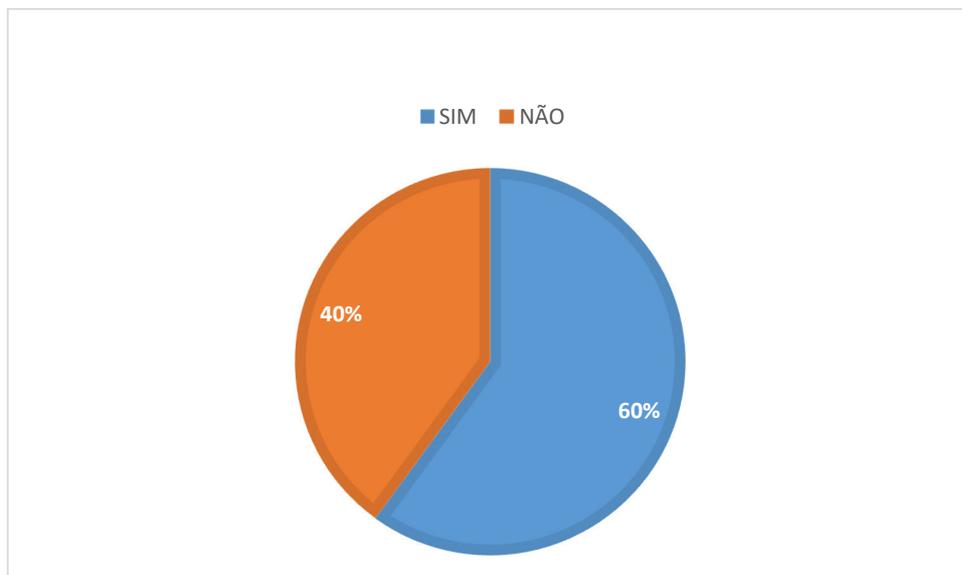


Fonte: elaborado pelo autor.

Este gráfico, por sua vez, estabelece certo contraste entre os dois anteriores, que apontavam para uma possível retomada ao sentimento da identidade izabelense diante de uma maioria que demonstra afetividade por sua cidade, mas que perde para uma maioria de alunos que optam por uma possível oportunidade em outras cidades ou estados, nos fazendo retomar o ponto de partida desta pesquisa ao atentar para uma possível perda de identidade demonstrada nas respostas obtidas e que refletem o desejo de mudança de uma cidade que não gera perspectivas.

Este contraste retém sério sentimento de frustração, já que parte de alguns alunos que detém forte ligação afetiva pela cidade como visto nas respostas das questões anteriores também alimentam interesse em deixar a cidade pela falta de oportunidades que não são vistas por eles. A última pergunta desta primeira sessão, que aborda e identifica a identidade dos estudantes, é bem direta e explora justamente a ideia de pertencimento, o apego ou a afinidade dos alunos pela cidade:

Gráfico 4 – Percentual de respostas à pergunta: Orgulha-se de ser cidadão izabelense?



Fonte: elaborado pelo autor.

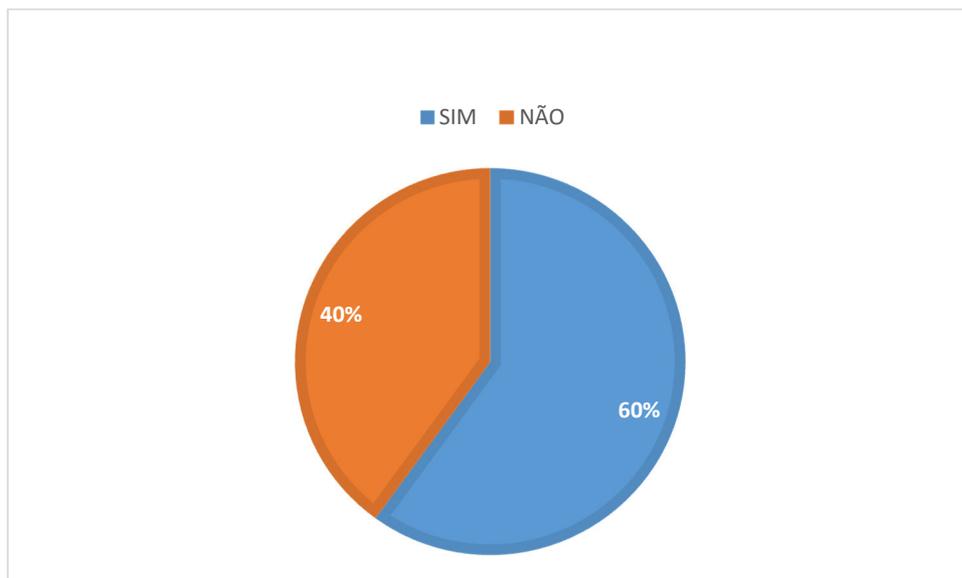
Este questionamento busca perceber a identificação dos estudantes e seu reconhecimento enquanto serem ativamente participantes da sociedade izabelense, a ideia de pertencimento ao local é fundamental para vencermos as nuances que tem se instaurando entre

a sociedade e o meio escolar, como se a cidade já tivesse vivido seu melhor momento econômico.

Os 60 % dos estudantes que apontaram orgulhar-se enquanto cidadãos nos mostra a necessidade de fortalecimento, enquanto que os 40% dos que disseram não se orgulhar, estabelecem a urgência não apenas do nosso projeto como outros que possam surgir e os usos da história local para a formação da identidade nos estudantes frente a História do meio que vivenciam diariamente.

Seguindo, a segunda parte do questionário voltasse a necessidade de perceber o grau de conhecimento histórico dos estudantes sobre a História de sua cidade, para então perceber as carências de orientação que precisam ser sanadas nesta turma e nas próximas turmas que virão. Logo, a primeira pergunta foi: *Você já estudou a História de Santa Izabel do Pará antes?*

Gráfico 5 – Você já estudou a História de Santa Izabel do Pará antes?

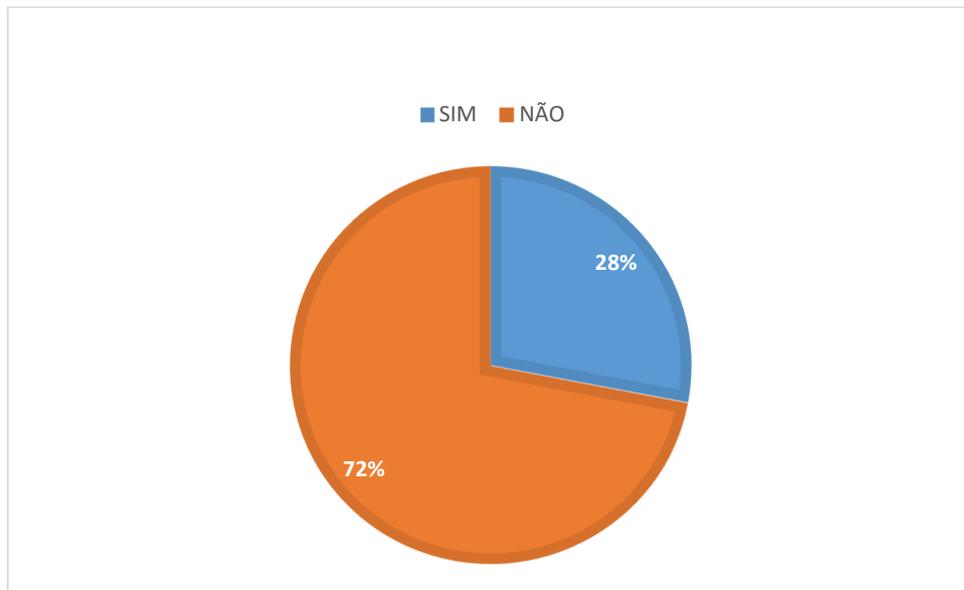


Fonte: elaborado pelo autor.

Como se pode perceber, 60% da turma disse já ter estudado a História da cidade, enquanto 40% disse nunca ter tido esta oportunidade. Diante destas questões respondidas me dei autonomia de questioná-los sobre que tipo de conhecimentos eles tinham sobre a cidade, as respostas foram variadas: “estudamos no ano passado sobre os japoneses e os nordestinos, que foram os que povoaram a cidade” (Aluno 14); “sei sobre o nome da cidade, que é o nome da santa que veio de Portugal” (Aluno 23); “sei que o Antônio Lemos foi um colégio de freiras” (Aluno 9).

Dentre outros, houveram aqueles que fazem parte dos 40% que tendiam a responder sonoros “Não sei de nada sobre a cidade”, houveram ainda aqueles que ousaram responder, “sinceramente, não me interessa em saber”. A preocupação maior, é por parte destes estudantes que não sabem e ainda por cima não tem o mínimo interesse pela aprendizagem, evidenciando as carências e urgências na orientação histórica.

Gráfico 6 – Conhece a formação do município de Santa Isabel do Pará?



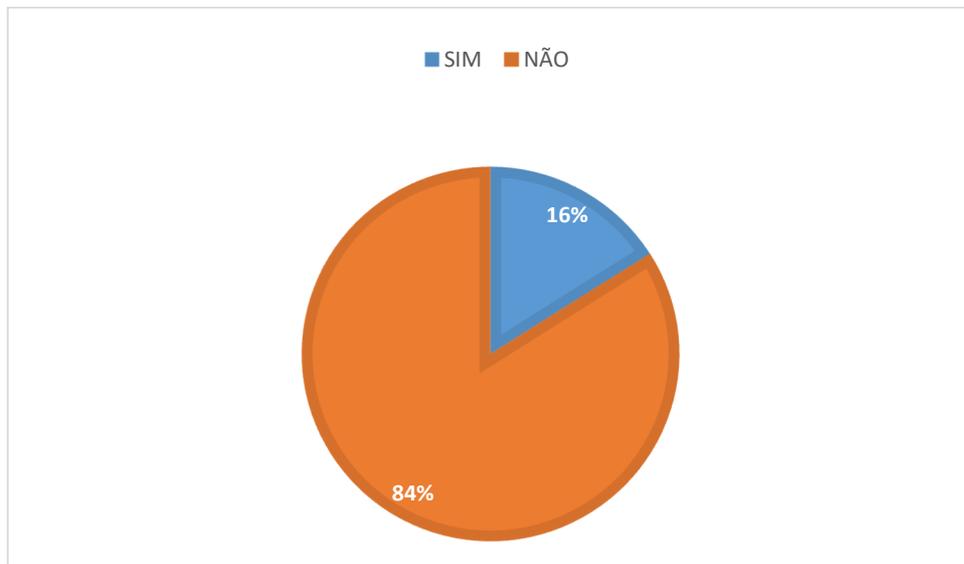
Fonte: elaborado pelo autor.

A próxima pergunta foi: *Conhece a formação do município de Santa Isabel do Pará?* este questionamento se conclui com um percentual muito abaixo do esperado. Apenas 28% da turma assinalou conhecer a formação do município, demonstrando um baixo conhecimento sobre os temas da História local, dentre todos os dados, este mostrou-se alarmante, isto porque, as primeiras aproximações destes estudantes com a História local deveriam ser nos anos iniciais, no entanto, ao recordar dos anos anteriores, percebemos que as atuais turmas de 9º ano (2024) vivenciara a parada das aulas em virtude da COVID-19 em 2020. Este pode ser um fator relevante de se considerar.

Esta situação se acentua com o próximo questionamento que é bem mais específico: *“Você sabia que antes da formação do município, Santa Isabel do Pará era uma vila pertencente a Belém?”* quando apenas 16 % da turma afirmou conhecer tal fato histórico, que considero básico na formação destes discentes, pois especula os temas locais iniciais para os estudos que pretendia trabalhar, como as origens do município frente a Belle Époque que proporcionou algumas construções levando a cidade a seu povoamento que a muito tempo foi,

fracassado por algumas tentativas. Povoamento este que se deu justamente pela ligação feita entre o centro de Belém e a pequena vila de Santa Izabel, sendo parte da grande capital naquele momento.

Gráfico 7 – Você sabia que antes da formação do município, Santa Izabel do Pará era uma vila pertencente a Belém?



Fonte: elaborado pelo autor.

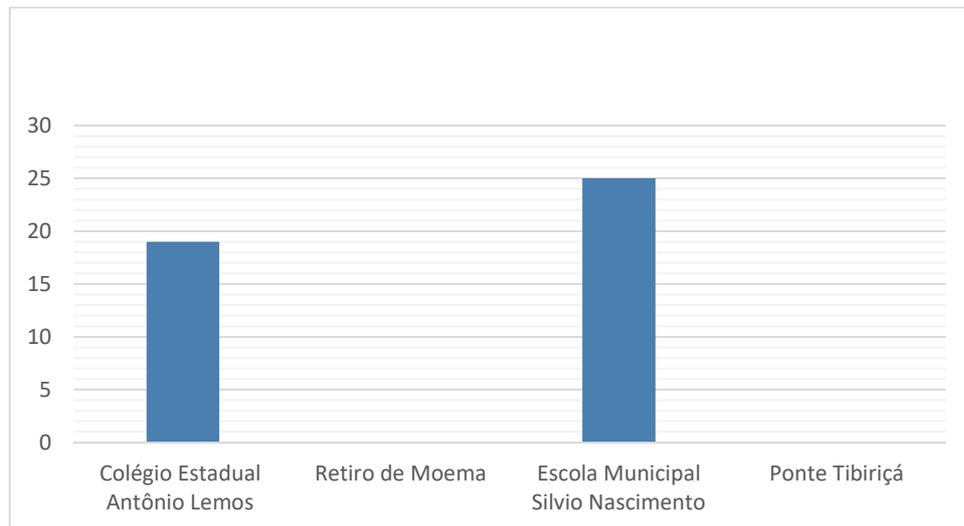
Ao comentar sobre as origens, o processo de urbanização, questionei aos alunos que optaram por responder que conheciam as origens de Santa Izabel, o que de fato eles sabiam sobre este tema, obtive algumas respostas assertivas e outras confusas: “Meu pai diz que a cidade era parte de Belém” (Aluno 17); “o Antônio Lemos que fez Santa Izabel surgir, porque fez uma casa pro filho dele, uma coisa assim” (Aluno 19); “o que eu sei é que Santa Izabel foi fundada por nordestinos e japoneses, vi isso ano passado” (Aluno 23).

As respostas podem parecer aleatórias, no entanto o aluno que aponta seu pai como fonte de informação, nos presenteia com uma memória coletiva sobre o município, o que é importante de se perceber, enquanto isto, o aluno que cita os povos que posteriormente povoaram Santa Izabel, refere-se ao conteúdo de Estudos amazônicos que fazem parte do programa dos 8º anos como parte da História local, citado na seção 1.2.3 do capítulo 1 desta dissertação.

Ambas as respostas do gráfico demonstram um baixo nível do conhecimento dos alunos sobre sua História, mais adiante elaborei duas perguntas para perceber o conhecimento dos estudantes sobre alguns patrimônios da História local e de uma das principais personalidades que liga-se as origens da cidade, para isto, discuti com esta turma conceitos de

patrimônio, como imaterial, material, patrimônios tombados oficiais e também os não oficiais, as respostas apontam para uma conformidade geral de patrimônios oficiais, como demonstram os gráfico abaixo:

Gráfico 8 - Algumas construções históricas foram erguidas antes de Santa Izabel do Pará ser um município, durante o período da “Belle époque”, conhece algumas destas?



Fonte: elaborado pelo autor.

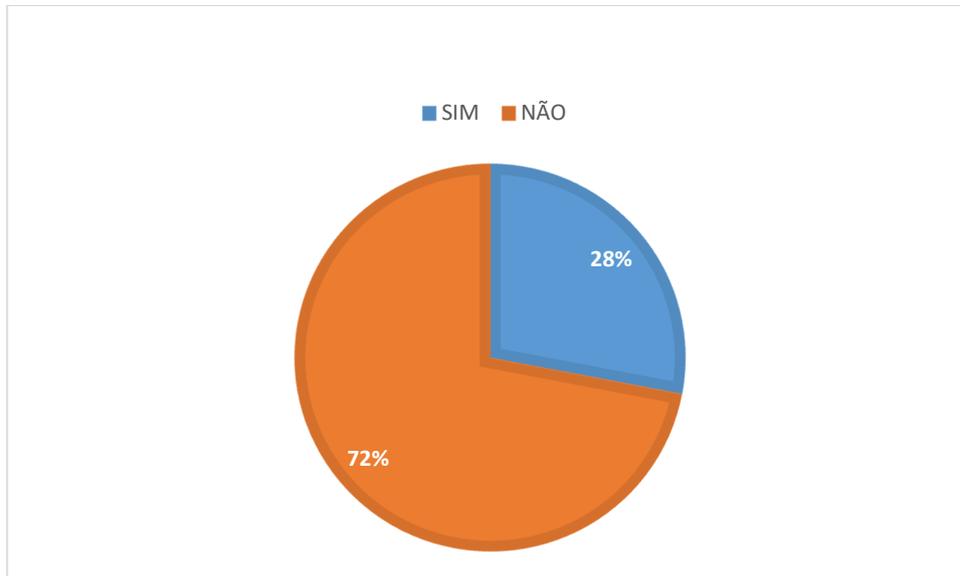
Ao fim, todos os 25 alunos disseram conhecer a Escola municipal Silvio Nascimento, isto deve-se ao fato de ser um prédio histórico, uma das primeiras instituições escolares da cidade e que foi recentemente restaurada e reinaugurada, tornando-se uma referência em patrimônio histórico com uma sala de memória e uma biblioteca municipal, muitos alunos o frequentam para fazer pesquisa de trabalhos e o alvoroço provocado pela mídia e a política municipal foi muito forte, tornando impossível alguém da cidade não conhecer tal prédio.

Os outros três patrimônios fazem parte do complexo Lemista: 19 alunos afirmaram conhecer o Colégio Estadual Antônio Lemos – CEAL, antigas instalações do Orphelinato Antônio Lemos, porém nenhum aluno afirmou conhecer o Retiro de Moema ou a Ponte Tibiriçá. No caso do Retiro de Moema, deve-se ao fato do restrito acesso, permitido somente após autorização protocolada com a prefeitura e o atual dono das terras a que pertence. Já a ponte Tibiriçá, antigo viaduto Antônio Lemos foi destruída por um empresário da cidade.

Quanto a personalidade à qual perguntei foi o antigo Intendente de Belém Antônio Lemos, cujo nome foi dado tanto ao Colégio estadual (patrimônio da pesquisa) como a Escola municipal (chão da pesquisa), visto que, percebi que muitos alunos que frequentam a escola

não sabem dizer que foi o personagem que é a referência no nome da escola. As respostas foram as seguintes:

Gráfico 9 – Você sabe quem foi Antônio Lemos, nome de sua escola?



Fonte: elaborado pelo autor.

Impressionantes 72% dos estudantes disseram não saber quem foi o Intendente, outros 28% disseram saber quem é, ainda que ao serem questionados revelaram respostas bem mais rasas, como “Já ouvi falar que ele era tipo um político”, “Não foi ele que construiu o Antônio Lemos” referindo-se ao colégio, “Ele foi prefeito de Santa Izabel?” respondeu o aluno 23 com uma pergunta. Demasiadas respostas apontam para uma personalidade importante do município, de cunho político, de elite, de feitos importantes e neste projeto, cabe mudar a visão do monumento.

O questionário aplicado nos permitiu medir e solidificar o nível do conhecimento histórico local nos estudantes, trazendo à tona as necessidades e urgentes que precisam ser trabalhadas. A identificação de uma das fases estabelecidas por Rüsen (2001) isto é, a carência de orientações no tempo, pode ser ultrapassada neste momento em que as identificamos nos estudantes do 9º ano A.

É notória a necessidade de pôr em prática nosso projeto que pretende conciliar a História local com a educação patrimonial a fim de fortalecer a identidade dos estudantes que como vimos a partir das questões respondidas, tem forte necessidade de reestruturação. Acredito, por tanto, que o ensino de História, ao partir do contexto local, trará resultados

pertinentes para a reafirmação da identidade izabelense, que em alguns alunos parece estar fragmentada e em outros parece se estabelecer uma identidade local aparentemente perdida.

2.4 A prática docente: o ensino de História local nos anos iniciais do ensino fundamental em Santa Izabel do Pará.

Após ficar entendido na seção anterior, que os alunos da Escola Municipal Antônio Lemos – EMEFAL estão chegando ao último ano do ensino fundamental com um conhecimento histórico local tão paupérrimo, isto demonstrado nos questionários apresentados anteriormente¹³, tornou-se conveniente entender como o ensino de História local vem ocorrendo nos anos iniciais do ensino fundamental, como forma de estabelecer uma origem dos baixos índices de identidade municipal identificados.

É muito importante salientar, que de modo algum busquei culpados para a situação apresentada no problema desta pesquisa, mas sim fatores que podem estar contribuindo para a ausência de conhecimento histórico local e a conseqüente perda do interesse por sua cidade e o enfraquecimento da identidade, de modo que possamos elaborar um produto que colabore para o suprimento desta carência que permeia tanto os anos iniciais como os anos finais do ensino fundamental.

Para tanto, a realização de entrevistas foi necessária para o cumprimento desta pesquisa, que precisava buscar no seio dos profissionais do magistério dos anos iniciais, seus relatos e experiências com o ensino de História neste período. As entrevistas foram elaboradas a partir de 5 perguntas, pois eu estava ciente que respostas amplas surgiriam naturalmente de professores que labutam diariamente com uma parcela das crianças do município de Santa Izabel do Pará, já vale ressaltar que ouvir as experiências e os anseios destes profissionais foi de importância tão colossal que muitas das perguntas foram sendo respondidas espontaneamente, mesmo antes de serem feitas.

As perguntas que nortearam as entrevistas foram: *Qual a frequência de aulas destinadas a componente curricular de História? Você trabalha a História local em suas aulas de História? Tem articulado temas voltados a história da cidade em algum projeto interdisciplinar? Que conhecimentos e metodologias costuma utilizar para desenvolver tais*

¹³ Foram realizados dois questionários, o primeiro na turma do 9º ano C do ano de 2023, o segundo no 9º ano A em 2024 que foi a turma escolhida de forma definitiva para a realização do projeto.

temas? Você poderia apontar desafios ou dificuldades de ensinar história local em sua sala de aula?

As entrevistas foram realizadas em duas escolas de educação infantil e ensino fundamental da cidade, observando a disponibilidade de professores e a autorização prévia dos gestores, as escolas que me responderam e aceitaram a minha entrada foram Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Irmã Marlene, localizada na Quadra 5, 1109, no bairro Jardim das Acácias; e Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Nestor Herculano, localizada na Rua Maria de Fátima, 1524 no bairro Novo Horizonte, os entrevistados foram realizadas com os seguintes docentes:

Tabela 3: Lista dos professores dos anos iniciais entrevistados.

Entrevistado	Escola de atuação	Turma atual	Data da entrevista
Carlos Eduardo Santana Ferreira	EMEIF Irmã Marlene	5º ano	07/06/2024
Maria de Nazaré Sena Cruz	EMEIF Irmã Marlene	4º ano	07/06/2024
Édila Kerolina Sampaio do Rosário	EMEIF Irmã Marlene	3º ano	07/06/2024
Dione do Socorro Baía Faro	EMEIF Nestor Herculano	4º ano	26/06/2024
Maria Cristiane Sousa dos Santos	EMEIF Nestor Herculano	5º ano	26/06/2024
Michelle do socorro da silva	EMEIF Nestor Herculano	3º ano	26/06/2024

Fonte: elaborado pelo autor.

A entrevista foi realizada com apoio do aplicativo de gravação de áudio “Gravador de voz” para o registro de dados. Anteriormente às entrevistas, todos os professores que aceitaram, assinaram um termo de cessão¹⁴ da entrevista, o que nos permitiu publicar os nomes e falas.

As gestoras de ambas as instituições participantes da pesquisa, foram muito solícitas e me receberam muito bem, as falas das professoras foram de grande colaboração para a realização da pesquisa e decidi realiza-la com professores de distintas turmas, (3º, 4º e 5º anos) para percebermos as distinções entre os professores e as atuações nas respectivas turmas, questionando sobre as metodologias, possibilidades, carências ou necessidades de se ensinar História local na singularidade de cada série dos anos iniciais do ensino fundamental, respeitando as ordens que são seguidas pela SEMED de Santa Izabel do Pará e seu currículo.

A ausência das turmas de 1º e 2º anos dos anos iniciais pode ser explicada por fatores relativos como: a baixa idade dos estudantes e seu nível de compreensão histórica, os professores terem total compromisso com a alfabetização e o letramento dos estudantes desta

¹⁴ Modelo da carta de cessão está disponível no apêndice B.

etapa. Mas um fator prático que me fez deixar estas turmas de fora da pesquisa foi a não aceitação de professores destas turmas em ceder as entrevistas.

Pois bem, para melhor compreensão, resolvi fazer uma comparação entre as respostas dos professores conforme os anos de cada etapa dos anos iniciais, para percebermos onde se tem maiores dificuldades para a sequência das aulas de História. Ao questionar “Qual a frequência de aulas destinadas a componente curricular de História?” que tinha por pretensão medir o tempo que é destinado ao ensino de História nos anos iniciais, ou não, tive distintas afirmações à medida que passei pelas singularidades de cada turma desta etapa da educação básica.

Nas peculiaridades do 3º ano do ensino fundamental, que tem como um de seus principais objetos de conhecimento “O ‘Eu’, o ‘Outro’ e os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade e os municípios: os desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive” (Brasil, p. 410), ouvi as falas das professoras Édila Kerolina Sampaio do Rosário, de 30 anos, da EMEIF Irmã Marlene; e Michelle do socorro da Silva, de 37 anos, da EMEIF Nestor Herculano, em suas falas agregamos as maiores dificuldades do ensino de História local nos anos iniciais, as professoras tiveram respostas muito semelhantes, com relação ao primeiro questionamento, Édila Rosário afirmou:

“Bem pouco, porque o índice de alfabetização está muito baixa e a gente precisa suprir a necessidade da língua portuguesa, por isso a História tem sido deixada um pouquinho de lado.” (Édila Rosário, Informação verbal, 2024)

Enquanto Michele Silva pontua que ela consegue dar aula de História “Uma vez por semana, quando é possível” (Michele Silva, Informação verbal, 2024) deixando claro que a História tem ficado em segundo plano em suas aulas e corrobora com a ênfase que tem sido dada a alfabetização nas aulas de língua portuguesa, como forma de prioridade das aulas no decorrer no ano letivo, quando pergunto sobre os ensinamentos da História local ela afirma “Pouquíssimo, no caso da minha turma que é o terceiro ano não dá tempo, eu preciso forçar tudo na alfabetização dos meus alunos” (Michele Silva, Informação verbal, 2024).

Perceber que a História tem sido posta de lado nesta etapa é lamentável, pois nesta fase do ensino fundamental se tem uma habilidade que considero dentre as primordiais no processo de ensino histórico para os alunos “(EF03HI04) Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados” (Brasil, p. 411).

Estas dificuldades se estendem pelo próximo ano (4º ano) dos anos iniciais do fundamental, como afirma a professora Maria de Nazaré Sena Cruz, de 47 anos, da EMEF Irmã Marlene, que trabalha com o 4º ano desta fase:

Pra falar a verdade não, o que vou passar para avaliar eles? Preciso passar uma atividade que traga a História, mas que priorize a leitura e a alfabetização, consegui trabalhar descobrimento do Brasil e relacionado ao índio, agora vou trabalhar os saberes izabelenses, onde vou montar uma atividade com eles. Agora na segunda avaliação vamos trabalhar somente letramento, onde precisamos priorizar a leitura inclusive gravando agora. A leitura é um ponto de muita dificuldade, por isso a falta de aulas de história. O foco é o português e matemática. O foco é na leitura e alfabetização. (Maria de Nazaré Cruz, Informação verbal, 2024)

A professora talvez não tenha percebido que de certa forma, seja com a leitura ou o letramento, ela tem trabalhado o ensino de História de forma indireta, isto é, de maneira interdisciplinar, inserindo conteúdos em meio a língua portuguesa que colaborem com a aprendizagem do estudante, como afirma a professora Dione do Socorro Baia Faro, de 45 anos, que também trabalha com uma turma de 4º ano na EMEF Nestor Herculano “Todos os dias a gente trabalha história, dentro de outros objetos de conhecimento, é com muita frequência, pois a questão da localização é muito necessária” (Dione Faro, Informação verbal, 2024) exemplificando perfeitamente isto.

Em se tratar do 5º ano, o quadro não apresenta muitas mudanças, as aulas de História também não tem grande tempo para serem realizadas individualmente, sendo dependentes da interdisciplinaridade, sempre como uma espécie de componente curricular de apoio a outra que é “mais necessária”, como afirma a professora de 5º ano da escola EMEF Nestor Herculano “Trabalhamos o componente curricular mais importante que é a língua portuguesa, mas incluindo no meio dela a História” (Maria Santos, Informação verbal, 2024).

Dito isto, o professor Carlos Eduardo Santana Ferreira, de 28 anos, docente de uma turma de 5º ano da EMEF Irmã Marlene, deixa claro sobre o tempo reservado ao ensino de História: “Não é muito, umas 3 a 4 horas mensais. Estamos trabalhando recomposição de aprendizagem” (Carlos Ferreira, Informação verbal, 2024).

Logo, o que se percebe é que em grande parte das turmas dos anos iniciais do ensino fundamental, a História entra com a função de auxiliar nas aulas que tem por objetivo a leitura. A interdisciplinaridade é dominante no processo de ensino aprendizagem de História das crianças, conforme o professor Carlos Ferreira explica:

Sim, é necessário pela recomposição de aprendizagem. Tema sobre os saberes izabelenses, história da escola que os alunos estudam é muito importante, os alunos precisam saber onde estudam. Pego a História de Santa Izabel e tento envolver com o português e matemática, já que as aulas tem sido de recomposição dando mais importância para o letramento e a matemática. (Carlos Ferreira, Informação verbal, 2024).

A professora Maria Cristiane Sousa dos Santos, de 30 anos, professora de 5º ano da EMEF Nestor Herculano reforça esta afirmação:

A história, ela está inclusa em língua portuguesa, costumamos dizer assim: a gente trabalha língua portuguesa em todas as outras componentes curriculares. Quando a gente trabalha com história, a gente trabalha o meio em que vivemos, exemplo, começo língua portuguesa e já entro no meio social que estão inseridos. (Maria Santos, Informação verbal, 2024).

Portanto, os processos que envolvem o ensino de História nos anos iniciais tem encontrado na interdisciplinaridade um importante meio de cumprir os papéis de orientação e localização que a História tem como fundamental nesta fase da educação básica, mesmo porque, professores do 5º ano afirmam ser fundamental o ensino de História local para estes estudantes, Maria Cristiane Sousa dos Santos é bastante enfática ao afirmar que:

Sempre falo pra eles, é importante saber o meio em que eles vivem, por vários motivos, sempre falo pra eles: se eu não souber onde eu vivo, como eu posso me encontrar se um dia eu me perder? Outra questão que torna a localidade importante é a questão dos alunos que se mudam constantemente. (Maria Santos, Informação verbal, 2024).

Nesta afirmação a professora entrevistada da razão a um objeto de conhecimento muito preponderante “A produção dos marcos da memória: os lugares de memória (ruas, praças, escolas, monumentos, museus etc.)” (Brasil, p. 410) que muito embora tenha seu valor de conhecimento necessário, é um objeto que deve ser desenvolvido no 3º ano, o que demonstra um certo atraso nas aulas, que por sua vez devem derivar do baixo tempo destinado a componente no 3º ano.

Sobre esta importância dos temas voltados a história local, a professora Édila Kerolina Sampaio do Rosário (3º ano) da EMEIF Irmã Marlene, menciona “Sim, com eles eu trabalho mais a história do município mesmo. Tem coisas que eles não sabem, ficam surpresos com as

curiosidades que trago para a aula sobre a cidade, é sempre muito bom trabalhar esses temas de História da cidade” (Édila Rosário, Informação verbal, 2024).

Quanto as abordagens e conhecimentos que os professores costumam mobilizar para ensinar História local, nos 3º anos a professora Édila Rosário, pontua que é “Muito difícil, é só pra suprir a pontuação da componente curricular” (Édila Rosário, Informação verbal, 2024), mas pondera que consegue fazer certas atividades que possam circundar a História, como:

Eu trabalhei na avaliação, um projeto sobre os povos indígenas, mas na língua portuguesa, um projeto pra eles conhecerem os povos indígenas e saberem porque mudou o nome da data de “dia do índio” para “dia dos povos indígenas” (Édila Rosário, Informação verbal, 2024).

Enquanto a professora Michele Silva, aponta grandes problemas para conseguir adequar o ensino de História em sua turma de 3º ano, conforme ela mesma nos informa:

Eu tenho 31 alunos, 3 crianças com necessidades especiais, a maioria não é alfabetizada, por isso que História, geografia e ciências trabalho uma vez por semana, mas sempre com uma parceria com a língua portuguesa. Então não dá tempo! (Michele Silva, Informação verbal, 2024).

O 3º ano é a turma que mais apresenta dificuldades em trabalhar temas relacionados a História local, isto se deve por vários fatores como este acima mencionado pela professora Michele Silva, no entanto cabe ainda ressaltar que o período de paralização das aulas em virtude da pandemia da COVID-19 foi um fator predominante para que os atrasos no letramento dos estudantes fosse motivo de grande ênfase nos anos iniciais do ensino fundamental, tornando o tempo encontrado para a componente curricular de História cada vez mais inviável, principalmente nos 3º e 4º anos.

Dentre estas maiores dificuldades, a professora Michele Silva reforça ainda que “O tempo que não sobra e a questão das poucas produções didáticas sobre história local, não temos” (Michele Silva, Informação verbal, 2024), deixando claro a possibilidade ou ainda a primordial necessidade de se produzir materiais didáticos que possibilitem a aproximação da classe dos professores dos anos iniciais que abordem estes temas da localidade. Enquanto a professora Édila frisa mais uma vez a principal dificuldade de se ensinar História:

O maior desafio que a gente encontra é os alunos não serem fluentes na leitura, porque ao meu ver a história é uma disciplina que trabalha muito texto e eles precisam dominar a leitura para acompanhar, se o aluno não está lendo é muito

difícil dele compreender o que eu esteja explicando. (Édila Rosário, Informação verbal, 2024).

Apontando como fundamental, a atitude leitora para que haja entendimento histórico, o mesmo corrobora a professora Maria Cruz “Não tenho tido tempo, minha turma, por ser 4º ano, preciso priorizar a leitura e alfabetização, pra ensinar história, preciso primeiro fazer esses meninos aprender a ler e interpretar” (Maria de Nazaré Cruz, Informação verbal, 2024) enquanto a professora Dione Faro, do 4º ano aponta como suas principais metodologias para o ensino de História local:

Trabalho muito com gêneros textuais, com os comprovantes de energia, comprovantes de água, o próprio conhecimento do aluno sobre o bairro, através de mapas para que ele possa interpretar o que ele está estudando, para que eu não possa trabalhar uma metodologia “lá das quantas” pra que ele possa terminar a aula se localizando, nisso a gente trabalha muito. (Dione Faro, Informação verbal, 2024)

Esta professora trabalha em grande ênfase, a localização, o conhecimento dos endereços e do bairro, dando como fundamental situar o aluno, algo que o ensino de História pretende como objetivo nos anos iniciais, trabalhando em grande parceria com a Geografia, e que concorda com a habilidade “(EF02HI04) Selecionar e compreender o significado de objetos e documentos pessoais como fontes de memórias e histórias nos âmbitos pessoal, familiar, escolar e comunitário” (Brasil, p. 408) no entanto, é uma parte da componente curricular que deveria ser trabalhada no 2º ano, demonstrando atrasos no currículo.

Dione nos apresenta ainda, como grandes dificuldades para a realização de suas aulas de História no 4º ano a falta de materiais didáticos, “por exemplo um mapa, tão simples, a gente não tem um mapa do município, aí eu uso o meio do estudante, as vezes os métodos mais simples é onde alcançamos os melhores objetivos” (Dione Faro, Informação verbal, 2024).

O 5º ano é a fase desta etapa que parece ter menores dificuldades para os professores, isto se deve ao fato da maioria dos alunos chegarem com o processo de letramento e leitura mais avançados. Porém, nesta série o ensino de História também vem a ser trabalhado pela interdisciplinaridade com a língua portuguesa, mas no lugar do letramento e alfabetização, ganha ênfase os exercícios de leitura e a produção textual, e é a partir destas atividades que o conhecimento histórico encontra espaço para ser produzido.

O professor de 5º ano entrevistado, Carlos Eduardo Santana Ferreira, diz não sentir dificuldades “de apresentar esses temas pra eles, tenho observado que eles tem aceitado temas locais, e é uma disciplina que gosto muito de trabalhar com os alunos” (Carlos Ferreira, Informação verbal, 2024). Quando questionei sobre metodologias, o professor em sua própria sala de aula, local onde realizei as entrevistas, apontou para painéis com imagens dos monumentos históricos de Santa Izabel do Pará, e afirmou “gosto muito de trabalhar com imagens”.

Desta mesma fase de ensino, a professora Maria Cristiane Sousa dos Santos, da EMEF Nestor Herculano, descreve suas metodologias para o ensino de História local:

Livros, mapas, o meio da localização. Papeis de energia, com bastante frequência, dados pessoas, número da casa, as origens da cidade também são bem trabalhadas. Eles são muito curiosos, quando a gente traz as curiosidades da história da cidade eles ficam muito animados (Maria Santos, Informação verbal, 2024).

Corroborando com a habilidade “(EF05HI01) Identificar os processos de formação das culturas e dos povos, relacionando-os com o espaço geográfico ocupado.” (Brasil, p. 415) no que consiste em delimitar o espaço geográfico da cidade a partir de sua formação social, mesclando aos diferentes povos que o formaram.

Por outro lado, aponta uma preocupação com suas aulas de História: “Sinto dificuldades de aprendizagem em parte da turma, afirmo que 60% da turma não compreende bem a História quando ensinada” (Maria Santos, Informação verbal, 2024). Manifestando sua angústia em localizar os estudantes no seu contexto histórico, social e geográfico.

Sugere-se entre os professores efetivos, que é ordem estabelecida pela SEMED de Santa Izabel do Pará, em caráter de emergência, a recomposição de aprendizagem, tendo como prioridades o letramento e leitura das crianças, por esta necessidade desigual em relação as turmas, os objetivos traçados entre elas tornam-se distintos entre si, notoriamente impondo uma preocupação maior na alfabetização nos 3º e 4º anos, deixando o 5º ano com maior liberdade de aprendizagem para outros componentes curriculares, mas com objetivo maior de produção textual.

Outro grande entrave para o ensino de História local nesta etapa da educação básica é a falta de materiais didáticos básicos que auxiliem os professores durante o processo. A

interdisciplinaridade marca a grande aliada para que o ensino de História local não deixe de ser trabalhado.

Cabe ainda nos perguntarmos, como serão os resultados destas turmas que encontram-se em grande emergência da alfabetização e do letramento básicos e deixam de ter seus estudos na componente curricular de História com mais ênfase? Afinal, se a geração que chega ao 9º ano no ano de 2024 (geração que presenciou a parada das aulas em virtude da pandemia), já nos apresenta forte carência no conhecimento de História local, o questionário elaborado neste mesmo capítulo (na seção anterior), infelizmente é refeito: como pode ser prejudicial a formação da identidade destes estudantes que ainda passarão pelas próximas etapas?

É possível, portanto, perceber que as primeiras turmas dos anos iniciais do ensino fundamental tem encontrado possibilidades de ensino de História local a partir da interdisciplinaridade com a língua portuguesa, tendo ainda como objetivos principais os mesmos estabelecidos pela BNCC que é a aproximação com a comunidade, o bairro e a cidade. Por outro lado, a última série deste período da educação básica encontra maiores possibilidades de se ensinar a História local a partir de metodologias de leitura e produção de textos.

É consenso geral entre todas as séries desta fase, que a falta de recursos, ferramentas, produtos didáticos ou produções literárias a respeito dos temas locais, tornam inviáveis o ensino de História, deixando suficientemente clara, a necessidade da criação de recursos que possibilitem o ensino.

Se faz cada vez mais necessária a criação de novos métodos e mecanismos que provoquem e instiguem o ensino de História local e que tenha por consequência a formação da identidade dos estudantes. Vejamos agora, como a educação patrimonial pode ser um forte recurso na elaboração de um projeto que provoque a atenção, o interesse e aflore nos estudantes a ideia de pertencimento em sua cidade, isto é, a identidade izabelense.

3. A DIMENSÃO PROPOSITIVA: O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE EM SANTA IZABEL DO PARÁ A PARTIR DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM UM RECURSO DAS TIDC.

A perspectiva de educação que aqui se apresenta é a que entende que educadores são mediadores para a apropriação do conhecimento e para a sua construção coletiva, que reconhece as comunidades como produtoras/detentoras de saberes locais, e que os bens culturais estão inseridos em um contexto de significados locais associados às memórias dos lugares. Essa perspectiva é diferente daquela que entende a educação como reprodutora de informações e as comunidades como meras consumidoras e “público-alvo” das ações educativas. (Florêncio, 2014, p. 27 apud Tolentino, 2015, p. 43)

Partir deste pressuposto exposto por Tolentino, foi fundamental para entender as abordagens que pretendi alcançar com este projeto: a dimensão do olhar dos personagens tidos como “esquecidos na História”, ou seja, os agentes da cidade ou da comunidade izabelense, que formam suas relações de memória afetiva e corroboram para a formação de uma memória coletiva que circunda o monumento do atual Colégio Estadual Antônio Lemos e a consequente ideia que ele sugere para uma cidade que outrora “já teve” e que foi elencada como o alvo principal de nosso trabalho.

Nesta terceira parte da dissertação, a dimensão da História local associa-se as metodologias da educação patrimonial como forma de aproximação do aluno a sua realidade vivida, expondo a proposta final do trabalho: o monumento documento como fonte do trabalho educacional como reconstrução de uma identidade izabelense.

Abordamos um dos principais objetivos do projeto: a desconstrução da visão política do monumento e a superação dos discursos ensaiados e reproduzidos sobre os grandes feitos do intendente. Elencamos a necessidade da substituição do olhar vanglorioso de uma “bela época” pela visão micro da sociedade que teve contato com o monumento, tornando possível o desapego por uma memória presa a um suposto passado de glória e retomando ao presente com uma releitura feita pelo professor-pesquisador e os seus discentes.

Portanto, os objetivos deste capítulo são: expor o tema proposto previamente no currículo “Belle époque na Amazônia” que colabore com os estudos sobre o monumento da realização da aula, narrar a história do monumento histórico, com olhares da micro história a partir de visitação, apresentar narrativas de moradores da cidade a partir de entrevistas realizadas com a participa o dos estudantes para valorizar as narrativas vindas da “gente

comum” sobre o monumento em questão, apresentar todo o processo de construção e a consolidação da dimensão propositiva produzida com os estudantes: o website “Ensinando História local no patrimônio” como forma de reafirmação e construção da identidade.

Metodologicamente, o capítulo 03 se divide em três partes: na primeira parte, traremos um breve contexto histórico da Belle époque desde o seu berço na França até sua influência na História local de Santa Izabel do Pará, que liga-se diretamente ao nascimento e a urbanização da cidade, elencando a construção do complexo Lemista, formado pela Ponte Tibiriçá, Retiro de Moema e Orphelinato Antônio Lemos, sendo este último, peça-chave e fonte principal de nossa aula que deleita-se na educação patrimonial.

Na segunda parte é necessário trazer o contexto histórico do monumento em questão: o Colégio Estadual Antônio Lemos. Sua criação, seus usos iniciais, os interesses políticos, as abordagens sociais, as mudanças e permanências das metodologias de ensino aos que a ele tiveram acesso e o simbolismo que este patrimônio suscita na cidade.

A terceira parte, expõe o processo metodológico da construção do Website “Ensinando História local no patrimônio” como atividades, as filmagens, fotografias, roteiros e formatações necessárias para a formação da nossa dimensão propositiva, construído a partir de entrevistas realizadas pelos estudantes, visitação ao patrimônio e da pesquisa sobre a Belle Époque.

3.1 O tema da aula proposto: A Belle Épóque amazônica e sua influência na formação de Santa Izabel do Pará.

A pretensão de relacionar a História local à educação patrimonial foi alvo deste trabalho desde o desenvolvimento do projeto do curso de mestrado. A opção por trabalhar o tema “A belle époque na Amazônia” foi bastante sucinta, isto porque, inserido no currículo de História do município, temos este contexto entre os antecedentes da Primeira guerra mundial, onde abre-se caminho para conectar à História local de Santa Izabel do Pará, uma vez tendo sido formada com grande influência das propostas de embelezamento trazidas durante o governo do Intendente de Belém Antônio José de Lemos e que tem ligação direta com a possibilidade de povoamento e a formação da pequena vila.

O tema encontra-se na etapa do 9º ano dos anos finais do ensino fundamental, no objeto de conhecimento “O mundo em conflito: a Primeira Guerra Mundial” que tem por habilidades: “(EF09HI10) Identificar e relacionar as dinâmicas do capitalismo e suas crises, os grandes

conflitos mundiais e os conflitos vivenciados na Europa.” Qualquer professor de história, em sua tarefa letiva, inicia este tema com os antecedentes da Primeira Guerra mundial, e é lá que se encontra a Belle Époque, para trazê-la para o meio local é necessário ainda que se entenda a construção dela na Amazônia.

Por tanto, a pesquisa para o início do projeto, precisou se pautar na passagem da Belle Époque em seu contexto global, para o regional e por fim, suas influências na cidade de Santa Izabel do Pará, quando chega as vias locais. Em sua continuidade, elaborei o tema completo que será trabalhado na seção 3.1.1 e que foi explanado e problematizado com os estudantes em sala de aula.

3.1.1 A Belle Époque amazônica: a outra face da desigualdade social.

Popularmente, é comum nas aulas de História, conceituar-se a Belle Époque, como: o período de cultura cosmopolita nas cidades da Europa, tendo em especial, a França como ponto crucial de referência na produção artística e cultural do ocidente, porém, segundo Mérian (2012, p. 135), o termo “Belle Époque” era desconhecido pela população francesa até o final da Primeira Guerra Mundial. Conforme Gonçalves (2022, p. 2) na realidade, os seus conceitos estético e de urbanização passaram a ser valorizados como uma tentativa de superar os trágicos eventos da guerra através do resgate ao que se antecederia a ela.

Neste sentido a França abarca protagonismo como centro cultural da Belle Époque e se estabelece como modelo a ser seguido pelos países que desejavam atingir o mais alto patamar de “civilização”. Este período marcante, compreende a 1871 com o fim na guerra Franco-prussiana e 1914, com o início da Primeira Guerra mundial, rememora uma Paris que passava por um novo processo de civilização e progresso, que se deu após a derrota de Napoleão Terceiro¹⁵, era, portanto, um momento fundamental para a definição da identidade francesa, que orgulhava-se de sua história como imponente nação europeia.

É com a gestão de Paris, sob o comando do Barão de Haussmann¹⁶ que a cidade “passou por modificações estéticas que favoreciam as elites econômicas e afetavam negativamente as camadas empobrecidas” (Gonçalves, 2022, p. 2). Conforme reforça, Mérian (2012, p.140):

¹⁵ Primeiro presidente da Segunda República Francesa e posteriormente, imperador durante o Segundo império francês.

¹⁶ Conhecido como o “artista demolidor” foi prefeito do departamento do Sena e responsável pela reforma urbana de Paris, durante o segundo império de Napoleão III.

(...) as autoafirmações positivas de Paris se restringiam apenas às elites. No que tange às diferenças sociais, enquanto a burguesia utilizava os vagões de primeira classe e frequentava os lugares da moda, o proletariado permanecia em condições precárias, compondo as chamadas “classes perigosas”, que não frequentavam os bulevares e parques e permaneciam no subúrbio sem saneamento.

É necessário destacar, que a “adaptação da Belle Époque” para o Brasil seguiu os mesmos caminhos que a francesa, excluindo-se totalmente as classes mais pobres da sociedade. Ao delimitar a Belle Époque a territórios brasileiros, a conceituação mais bem empregada tende a ser: “O movimento de embelezamento das cidades como tentativa de adaptar a Belle Époque para o Brasil” (Gonçalves, 2022, p. 3) e ao adentrar nas vias amazônicas, por sua vez, podemos citar um clássico conceito presente nas aulas de História ou de Estudos amazônicos: “o período de ‘embelezamento’ das cidades de Belém e Manaus”. Na Amazônia, a Belle Époque se tornará possível por sua diferenciada estratégia econômica, o que justificará o inevitável período de prosperidade, conforme, Souza (2002p. 32):

No Grão-Pará e Rio Negro, a economia era fundada na produção manufaturada, a partir das transformações do látex. Era uma indústria florescente, produzindo objetos de fama mundial, como sapatos e galochas, capas impermeáveis, molas e instrumentos cirúrgicos, destinados à exportação ou ao consumo interno. Baseava-se também na indústria naval e numa agricultura de pequenos proprietários.

“A cidade de Belém foi construída para ser a capital administrativa da região e para isso recorreu-se ao arquiteto e urbanista bolonhês Antônio José Landi” (Damasceno e Viera, 2023, p. 10). Uma mudança radical na estética da capital paraense seria proporcionada graças ao avanço da economia da região, gerada pelo chamado ciclo da borracha:

O desenvolvimento da economia do látex na Amazônia no período de 1870/1910 está intrinsecamente ligado às transformações ocorridas a nível da reprodução do capital e da acumulação de riquezas pela burguesia internacional. Em decorrência do boom gomífero, Belém assumiu o papel de principal porto de escoamento da produção do Látex, além de se tornar a vanguarda cultural da região. O processo de urbanização experimentado pela cidade de Belém do Pará, a partir da segunda metade do século XIX, não está assim ligado somente à intensificação da vida industrial, como ocorreu nas cidades europeias e americanas, mas pela função comercial, financeira, política e cultural que desempenhara durante a fase áurea da borracha (Sarges, 2000, p. 89).

Indubitavelmente, dentre as diversas cidades brasileiras que seguiram o modelo francês de modernidade, como Fortaleza, Recife e São Paulo; Belém e Manaus possuíam a peculiaridade da economia do látex e se estabeleceram como as cidades financeiramente mais estruturadas para receber o “embelezamento” pretendido para os barões da borracha.

Ao restringirmos um pouco mais o nosso trabalho à “Belle Époque paraense”, por motivos claros de localização da cidade de Santa Izabel do Pará, nos deparamos com um cenário peculiar, em um período em que esta região se torna o centro de um dos maiores momentos de desenvolvimento e que apontava para um progresso “inimaginável”, Belém destaca-se como foco desta prosperidade restrita, que vinha acompanhada de múltiplas desigualdades sociais.

Entretanto, com a borracha valorizada e “o dinheiro correndo a rodo, naturalmente Belém oferecia um nível de vida melhor que qualquer outra cidade brasileira” (Rocque, 1973, p. 26). Logo, “esta conjuntura permitiu as intervenções e melhorias seguidas pelos ideais de modernidade, progresso e civilização, introduzidos pelo Poder Público na construção de uma Belém moderna, período que se estende até o final do ciclo, aproximadamente em 1910” (Soares, 2008, p. 17).

“Grandes construções foram feitas durante esse período e atualmente são patrimônios dessa época. Paralelo a esse movimento existiam grandes nomes que trabalhavam na modernização das cidades de Belém e Manaus, em Belém um dos principais interessados nesse processo era o Intendente Municipal da época, Antônio José de Lemos (1843-1913)” (Rosa, 2015, p. 431).

Em nosso trabalho que trata da Belle Époque amazônica, bem como suas influencias na formação da cidade de Santa Izabel do Pará, tendo recebido construções deste período, cabe destacar a figura do Intendente Antônio Lemos enquanto responsável por estes processos de embelezamento que se estenderam até mesmo a regiões mais distantes. Portanto, quem foi Antônio Lemos? Conforme Rocque (1977):

Antônio José de Lemos nasceu em São Luís, no Maranhão, dia 17 de dezembro de 1843. Filho de Olivia de Souza Lemos e do capitão-mor da antiga milícia Antônio José de Lemos. Teve uma infância e adolescência humilde. Realizou o curso secundário no ‘Liceu do Maranhão’. Com dezessete anos de idade, inscreveu-se na Marinha de Guerra. Seguiu carreira militar e, no dia 2 de fevereiro 1867, aos vinte e quatro anos, Lemos pisou pela primeira vez em solo paraense na condição de secretário particular do Almirante e, em seguida, oficial da quarta classe do Corpo da Fazenda.

Podemos afirmar, sem que se cometam hipérboles, que Antônio Lemos figura entre os maiores nomes da política paraense, visto que, esteve à frente da intendência de Belém por quatorze anos seguidos (1897-1912), tendo sido eleito por cinco vezes consecutivas para o cargo. Durante seu governo, montou um ambicioso projeto de modernização de Belém que visava atender, exclusivamente os interesses da elite da borracha, conforme Pantoja (2022, p.44.):

(...) a cidade começou a ser modernizada, sofrendo transformações mais expressivas durante o governo do Intendente Antônio Lemos (1897-1911), quando ocorreu a sua renovação estética, período em que foram projetados o porto de Belém, o Orphelinato Antônio Lemos (1893), o mercado do Ver-o-Peso (1901), a construção do Asilo da Mendicidade (1902), a implantação dos bondes elétricos e da iluminação a gás firmada por 44 contratos com a “Pará Electric Railway and Lighting Co. Ltd” em (1905), além da reforma de praças e bosques.

“Apesar de medidas esparsas tomadas por governantes anteriores, a remodelação da cidade se deu basicamente no Governo do Intendente Antônio Lemos (1897 – 1912). Sua administração coincidiu com o apogeu das exportações, já que 1911 foi o ano que marcou o ápice da balança comercial.” (Fabris, 1987, p.151). Rocque (1973, p. 26) complementa:

(...) havia um ininterrupto intercâmbio com Lisboa, Paris, Londres, cidades onde a mocidade rica do Pará ia estudar, trazendo de lá os costumes apreciados por Euclides da Cunha, por Duque Estrada e por tantos outros viajantes. Em verdade tudo colaborava para realçar ainda mais o trabalho desenvolvido por Lemos. Não bastassem as obras, a limpeza, as novas avenidas, os suntuosos jardins, Belém era uma cidade cosmopolita, com grandes lojas de modas parisienses, grandes cabarés apresentando belos espetáculos dos quais participavam bailarinas europeias. E o que é muito importante: Uma excelente praça comercial.

Porém, sobre a Belle Époque amazônica, três pontos precisam ser reafirmados, o primeiro era o objetivo elitista por trás dos projetos de modernização idealizados no período do governo de Antônio Lemos, aponta-se que “dos ares fétidos das habitações populares, o intendente vislumbrava aproximar Belém de suas congêneres às margens do Tamisa e Sena” (Figueiredo, 2012, p. 9), para que estes objetivos fossem cumpridos, era necessário limpar os indivíduos indesejáveis, mesmo que para isto, medidas mais severas fossem tomadas.

O segundo rememora que “a força de trabalho que sustentava a economia da borracha era em sua maioria dos índios, caboclos e nordestinos. Esses trabalhadores, eram submetidos a um trabalho rigoroso e mal pago, que geravam a riqueza dos coronéis da borracha” (França,

2016, p. 351), o cruel sistema de aviação é a característica pura e simples do que foi feito a estes trabalhadores que sustentavam os luxos de uma burguesia em ascensão, conforme Sarges (2002, p. 106) “as relações sociais de produção entre seringueiros e os ‘patrões’ não se distanciaram muito das relações existentes entre o senhor de engenho e os escravos” isto porque, endividados, o trabalhador da extração do látex (em sua maioria nordestinos) se via preso a seu senhor por “débitos” injustamente contraídos.

E por fim, “o projeto de modernização gestado nos primeiros anos do regime republicano pelo intendente Antônio Lemos tinha por base os ideais de civilização e progresso, implicando mudanças radicais dos hábitos e costumes da população local.” (França, 2016, p. 351) o que permite dizer que era necessário seguir normas éticas e de forte conduta se o indivíduo queria ser considerado civilizado o suficiente para socializar com o restante dos cidadãos, valia-se inclusive da aplicação de multas se necessário fosse para a manutenção da “civilidade”, visto que

no governo de Lemos foram implantadas medidas severas de urbanização e modernização da cidade, como padronização das casas, bairros planejados, higienização da cidade, para que Belém se transformasse na Paris N’América, aquele que não se adequasse a essas regras deveria pagar multa para a prefeitura de Belém. (Rocque, 1973, p. 295).

“A ideia de progresso nesse período foi propagada em Belém e seus arredores, foram construídos palácios, viadutos, importação de ornamentos e edificações metálicas, ampliação e arborização das vias de Belém, entre outros. Neste contexto, houve o crescimento de instituições de amparo” (Rosa, 2022, p. 61) diante deste ininterrupto desejo pelo embelezamento, o Intendente Antônio Lemos buscou as áreas mais afastadas da cidade para a construção de prédios que fossem úteis no controle da circulação de determinadas indivíduos, entre eles indigentes, leprosos e (podemos problematizar) órfãos.

“Com o avanço urbanístico a classe economicamente menos favorecida foi afastada do centro de Belém, os cortiços foram extintos, assim como as casas humildes” (Rosa, 2015, p. 431) além disto, a construção das instituições de amparo, é cercada por interesses políticos que se reproduziam da maneira mais constrangedora que se possa imaginar e tinham por consequência a mais ampla mostra da desigualdade social.

Sarges (2002, p. 155-157), reitera que “em nome da solução dos problemas urbanos, Antônio Lemos concebeu algumas ações que acabaram por confinar indivíduos que

representavam estorvo nesse processo saneador. Nesse sentido, foi necessário ‘dar proteção’ aos pobres e carentes, por meio do discurso e da ação filantrópica. Assim, o patrocínio das obras filantrópicas fez parte do projeto político de Lemos onde essas instituições viveriam da caridade de seus sócios e do Estado, bem como na criação de uma rubrica no orçamento municipal denominada ‘Festas, e Regozijos Públicos e Atos de caridade’”.

Uma grande preocupação do governo de Lemos, era representada pela “discussão em torno da presença de pedintes nas ruas de Belém que envolveu vários setores da sociedade local, com ampla repercussão nos jornais da capital” (Duarte, 2007, p. 3) era um problema que precisava ser resolvido com urgência, reclamado pelos setores mais altos da sociedade que se sentiam assediados pelos pedintes, portanto

A solução encontrada consistiu na criação de um asilo público, destinado a abrigar gratuitamente todos os indigentes que esmolavam nas ruas da cidade. Coube, então, ao Conselho Municipal de Belém, através da Lei no. 238, de 3 de julho de 1899, determinar a criação do Asilo da Mendicidade. (Duarte, 2007, p. 4)

Em seu artigo 3º, o texto legal, estabelecia normas que deveriam ser aplicadas a partir da data de inauguração do Asilo: “(...) fica proibido, nesta cidade, esmolar à caridade publica nas ruas, praças, igrejas e edifícios públicos ou privados, sendo recolhido ao referido hospício todo aquele que for encontrado naquele exercício”.

As claras posições políticas por trás da criação destes espaços, somam-se as estapafúrdias formas de solução, que tinha por objetivo a segregação dos “infelizes” indigentes, como forma de embelezamento e manutenção do progresso, cabe ainda pontuar que a distância destas construções do centro de Belém, nos permite refletir os desejos de ampliar o distanciamento destas pessoas do “mundo civilizado”, já que no caso do Asilo da mendicidade, foi construído na atual almirante Barros, que antes era muito distante do centro de Belém.

Ao refletirmos sobre a construção do Orphelinato Paraense, mais tarde renomeado como Orphelinato Antônio Lemos, a própria localização dele segue a lógica do distanciamento dos centros da “Paris n’América” situando-se a mais de 35 km do centro do “progresso”. O olhar cuidadoso do historiador permite, portanto, perceber estes interesses políticos por detrás da construção de um monumento, que detinha antes de mais nada a necessidade de agradar a elite, afastando os indesejáveis, dentre estes, se incluíam órfãs?

Estes cuidados precisam ser levados em conta pelo professor-pesquisador, para que não se perca de vista as reais intenções de governos passados, que viam nas instituições de caridade a possibilidade de controlar as idas e vindas das classes consideradas carentes daquele período, é necessário ainda, destacar o discurso de hipocrisia que se alastrou entre as classes de alto padrão social de uma atitude “humanitária” como se tudo fosse feito com interesse de ajuda ao próximo.

Ao perceber estas relações sociais que circundam as construções para instituições de amparo da época, o monumento presente na cidade de Santa Izabel se torna fonte histórica que permite a desmitificação de origem da cidade, pois ele simboliza e personifica a grandeza de uma época, que por muitos foi chamada de “bela” ou de grande prosperidade.

Partir de uma análise do monumento/documento de uma perspectiva social, nos permiti entender que a cidade vai além de um período de relativo glamour e se estende como independente de tal período. Ao entender que determinadas construções que hoje esboçam uma grandeza de uma época, tem por trás de si um longo repertório de reprodução de desigualdades e interesses políticos, faz o discente entender que o passado não tem tanto glamour como foi contado, possibilitando um novo olhar diante de sua cidade, tendo como consequência de tais estudos, a reafirmação de identidade em estudantes e comunidades.

3.1.2 Um mito de origem: Heranças da Belle Époque em Santa Izabel do Pará.

O contexto histórico das tentativas de colonização e da posterior urbanização do município, conforme o historiador local Franciel Paz (2012, p. 57) “remete-nos ao contexto das últimas três últimas décadas do século XIX. Naquele momento, ocorria seca prolongada nos sertões do nordeste brasileiro, surto de febre amarela, peste bubônica e varíola na região em torno de Belém, o “boom” da produção e exportação da borracha nativa da Amazônia para o mundo industrializado e o processo de colonização da região Bragantina”.

A busca pelo progresso e desenvolvimento desta região nos remete aos fins do período imperial, aponta-se que “nas incursões entre os dois centros urbanos, Belém e Bragança, havia uma área completamente despovoada, aguardava a colonização” (Araújo, 1981, p.27). O interesse pelo povoamento da “zona bragantina” esteve ligada a necessidade da criação de uma via terrena entre os municípios de Belém e Bragança, que pudessem facilitar a viagem e o transporte entre as cidades, tendo em vista as dificuldades que a viagem fluvial apresentava,

conforme Araújo (1981, p. 25): “Devido a correnteza das águas do litoral (...) preferia-se a rota do interior, indo por terra até Ourém e, daí, pelo rio Guamá até Belém, desta forma eram cobertas 25 léguas de distância entre Belém e Bragança em 6 ou 8 dias de viagem.”

“Os planos do império era promover a colonização estrangeira no Pará, mas tal projeto fracassou, pois só existem referências a colônia americana de Santarém como projeto realizado. Na época não existiam condições financeiras para garantir tal empreendimento” (Araújo, 1981, p. 19). Dentre as primeiras tentativas de povoamento da região bragantina, uma foi feita pela atração de estrangeiros entre franceses, italianos e espanhóis, que chegaram por volta de 1875, mas que não prosperou, pois conforme relatava João Capistrano Bandeira “em sua maioria não são lavradores, e nem revelam amor ao trabalho e à propriedade territorial” (ARAÚJO, 1981, p.30).

A ocupação e os primórdios do povoamento da pequena colônia só conseguiu seus primeiros passos com a chegada de nordestinos refugiados da seca, conforme Ferreira (1984, p. 60) “o início do povoamento da localidade data de 4 de julho de 1877 com elementos flagelados da seca que assolava o nordeste aquele ano”, Paz (2012, p. 14) reitera: “Isto porque, embora houvesse uma política do governo brasileiro pela imigração estrangeira, direcionado às áreas de produção agrícola da região da “estrada”, foram os migrantes nordestinos que melhor se adaptaram ao trabalho nos núcleos coloniais que iam surgindo, a começar por Benevides e Santa Izabel.”

O político e pesquisador independente da cidade, Nestor Herculano Ferreira (1984, p. 235) dá grande ênfase a este fato “Mais de 17.000 cearenses flagelados povoaram a zona bragantina, de Santa Izabel até Igarapé açu. Desses, mais de 3.000 fixaram-se em Santa Izabel. A eles devemos a formação do 1º povoado izabelense!” No entanto, em 1881, o povoado de Santa Izabel que caminhava vagarosamente para a sua formação, estava prestes a estagnar mais uma vez. Quando a capela já havia sido construída para receber a imagem da padroeira da cidade, como narra Nestor Herculano (1984) “um alerta soou no ar provocando a retirada de mais de um terço da população” e os nordestinos viram possibilidade de voltar a sua terra natal.

“As pequenas propriedades foram abandonadas, para voltarem a terra de Iracema (...) Esse êxodo foi resultado das encampações da Estrada de Ferro de Sobral e em seguida a de Baturité, com finalidade de minorar o sofrimento dos flagelados da seca” (Ferreira, 1984, p. 67). Narra-se que a população reduziu-se a menos de 30 habitantes e o pequeno povoado quase sumiu, a educação também se arrastava naquele momento em que se comprovava a importância

da presença nordestina na região, “as duas escolas públicas criadas em 1880 no governo do presidente José Coelho de Gama, estiveram na eminência de serem fechadas em virtude do pequeno número de alunos que as frequentavam” (Ferreira, 1984, p. 67).

Diante desta crise que apontava séria dificuldade do povoamento da cidade e levava o pequeno núcleo, iniciado por nordestinos e estrangeiros remanescentes, a um iminente abandono é que os trilhos de uma bela época chegariam a Santa Izabel do Pará. “Graças, a repercussão do ciclo da borracha nas décadas de 1870-1880, as condições foram estabelecidas para a povoação e colonização da região bragantina com a criação da colônia de Benevides” (Araújo, 1981, p. 19).

Em pleno cenário da Belle Époque é que a Estrada de Ferro finalmente chegou “Em 16 de março de 1885, os trilhos chegaram a Santa Izabel, nesse tempo um pequeno povoado pertencente a Benevides” (Ferreira, 1984, p. 217) desejada a pelo menos duas décadas como a principal solução no transporte e portanto do povoamento da região bragantina, ela chega ao pequeno povoado diante do desânimo dos habitantes, causado pelo baixo número populacional e o possível fim do povoado, “a história não registra qualquer demonstração de entusiasmo da parte dos moradores” (Ferreira, 1984, p. 67).

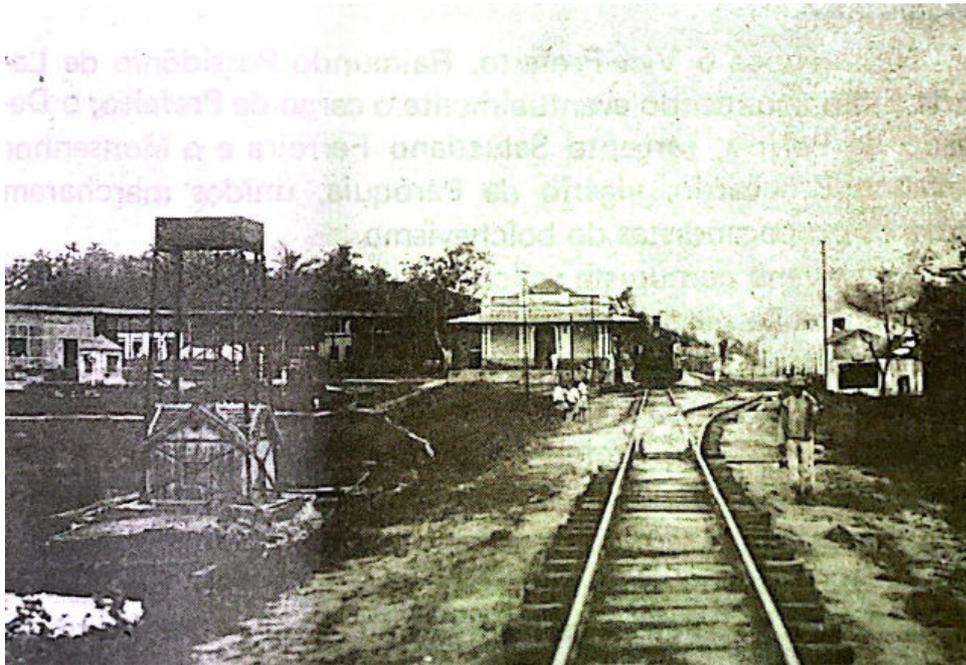
A pequena vila de Santa Izabel, encontra espaço para se desenvolver neste contexto, “a Belle Époque foi marcante na estruturação política, econômica e social deste município com a instalação de três núcleos coloniais e a construção da ferrovia de Bragança, Orphanato “Antônio Lemos”, ponte Tibiriçá, Ponte do Varadouro dos povos Tupinambás, Retiro de Moema, 2 cemitérios, paradas e estações ferroviárias.” (Souza, 2012, p. 196).

Adentrando aos ares da História local de nossa dissertação, iniciamos afirmando a importância da chegada da Estrada de ferro a cidade em 1885, somente proporcionada pela economia gomífera, em ascensão naquele período. A Belle époque foi, portanto, fundamental para a formação do município de Santa Izabel, tanto para o povoamento, efetivado pela Estrada de ferro, como posteriormente com a chegada de pessoas da elite paraense, no pequeno povoado.

Várias dezenas de cidades, vilas e povoações plantadas numa região selvagem, esquecida pelos nossos primeiros colonizadores por mais de dois séculos, cujo índice demográfico era de 20 a 24 habitantes por quilometro quadrados, jamais deixaram dúvidas quanto a monumental obra realizada pela Estrada de Ferro de Bragança (Ferreira, 1984, p. 221)

Portanto, as origens da cidade e as grandes mudanças que ocorreriam no pequeno vilarejo de Santa Izabel estão intrinsecamente ligadas ao advento da Belle époque amazônica, ocasionado pelo ciclo da borracha. O marco inicial do crescimento populacional e do desenvolvimento da cidade se deve à chegada da estrada de ferro de Bragança, pois como reforça Araújo (1981, p. 37) “com chegada da Estrada de ferro, o povoado de Santa Izabel inicia sua marcha para o desenvolvimento.

Figura 2 - Trecho da antiga estrada de ferro.



Fonte: Ferreira (1984, p. 225)

Tal desenvolvimento se tornaria mais viável a Santa Izabel, uma vez que o acesso dos moradores do centro de Belém se facilitou. Alguns fizeram casas de repouso, a saúde ganhou maior assistência, visto que médicos tiveram maior alcance, os empreendimentos cresceram, o comércio se desenvolveu e Santa Izabel se tornaria parte dos planos de embelezamento de Belém, projetado pelo Intendente Antônio Lemos.

Lemos encontraria no pequeno núcleo urbano, um importante reduto para a construção de um complexo que seria composto por um retiro, um viaduto e um Orphelinato, anos mais tarde. Pode-se afirmar, portanto, que a chegada dos trilhos ao pequeno vilarejo foi o início de um período de grande progresso para Santa Izabel, enquanto ainda vila de Belém. Isto evidencia, a ideia de uma cidade que tem em dado momento histórico específico, como é o caso

da Belle Époque para Santa Izabel, o auge de seu avanço econômico. Isto porque, era uma região que não conseguiu se desenvolver sem o advento da economia da borracha, apesar das inúmeras tentativas anteriores.

Além disso, as estruturas que este período vai proporcionar para a cidade, esboçam o sentimento de “Cidade do já teve” que sucumbirá na História posteriormente criada sobre o município e propagada por várias gerações, não se pode perder de vista o foco da formação ou reafirmação da identidade izabelense, ao demonstrar que as construções trazidas a Santa Izabel neste momento tinham interesses políticos ou propriamente particulares.

Tendo a Estrada de ferro como símbolo para o início definitivo do povoamento da região, o progresso vai ser enfatizado no governo de Antônio Lemos, quando “na Belle Époque, em 1897 foi eleito intendente (prefeito) de Belém e em 1900 foi reeleito com mandato até 1912 (foi intendente durante 15 anos) Marcou seu nome na história com o desenvolvimento e a modernização da capital do Pará.” (Souza, 2012, p. 199).

Na organização do “embelezamento” de Belém, por assim dizer, o governo do então intendente suscitará influências à Santa Izabel. A pequena vila, será fundamental na articulação da construção de pequenos prédios que detinham interesses específicos, no entanto, um objetivo em comum: ajudar na organização da reurbanização e no embelezamento da capital.

Neste momento o desenvolvimento econômico, saúde e também a educação ganham significativo crescimento com investimentos advindos por parte do governo de Lemos. No entanto, entre sua mais marcantes construções estão no complexo Lemista: Retiro de Moema, Orphelinato Antônio Lemos e a Ponte Tibiriçá. É impossível falar de Belle Époque em Santa Izabel e não associa-la a este complexo, que ainda hoje representa grande potencial histórico e patrimonial, carregado de “nostalgias” que trazem a moradores um sentimento de “saudade” ou “viuvez” do período.

Figura 3 - Retiro de Moema



Fonte: https://www.flickr.com/photos/tilia_koudela/148304510 (acesso em 30/10/2024).

O retiro de Moema “era apenas um lote de terra geograficamente situado dentro dos 36 quilômetros quadrados disponibilizados à criação da colônia Benevides (...) localizado próximo a 4ª transversal, as margens da Estrada de ferro de Bragança.” (Siqueira, 2011). Este retiro era parada obrigatória dos viajantes que por ali passavam pela ferrovia, foi idealizado por Antônio Lemos como símbolo de seu amor por um de seus filhos, Manoel Tibiriçá, que foi acometido por hanseníase.

Figura 4 - O Viaduto Antônio Lemos, na Vila Santa Izabel, no dia de sua inauguração.



Fonte: <https://blogdodiegosousa.blogspot.com/2011/06/tibirica-ponte-que-caiu.html> acesso em 13/04/2024

O antigo Viaduto Antônio Lemos, foi construído dois anos após a morte de Manoel Tibiriçá, narra-se que era um jovem muito querido da cidade, pois despertava compaixão quando passeava de carruagem pela vila com seus empregados. Em 1906, o viaduto foi inaugurado pelo intendente.

Apesar de no início ter sido oficialmente chamado de viaduto Antônio Lemos, o próprio povo, o rebatizou informalmente como “Ponte do Tibiriçá” em homenagem ao jovem falecido. Era um monumento muito querido pelo povo de Santa Izabel, pois despertava muitas memórias de momentos divertidos ou descontraídos, tendo sido por muitos anos, o principal ponto de encontro de casais izabelenses.

Por fim, o Orphelinato Antônio Lemos¹⁷ é sem dúvida a maior construção da belle époque nas terras de Santa Izabel. Sua estrutura monumental com um fim de assistência social admirável, é um monumento que se traduz em inúmeros interesses políticos e simbolismos para a atual sociedade Izabelense.

O prédio do Conjunto Arquitetônico Antônio Lemos foi idealizado por Lemos, para abrigar garotas órfãs do Orfanato Antônio Lemos com a pretensão de preparar essas meninas de acordo com as exigências da sociedade da época, ele tem uma beleza tão peculiar e destaca-se no centro da cidade que tende a nos hipnotizar, o que não é nosso interesse ao trabalhar com o monumento, traremos na próxima seção um breve histórico do prédio com a intenção de nos desprendermos da beleza do patrimônio e manter o foco nas relações sociais e políticas que permeiam o seu erguer.

3.1.2 Orphelinato Antônio Lemos: breve histórico.

A história do Orphelinato paraense, que é construída com objetivos associados a caridade, se inicia em 1893, quando o Governador Lauro Nina Sodré e Silva (1858–1944) em conjunto com a Associação Protetora dos Órfãos o fundaram. “O fim do Orphelinato é humanitário, grandioso, civilizador e os seus benefícios resultados serão em proveito na collectividade. Ninguém tem o direito de negar o seu auxílio a tão proveitosa obra.” (Pires, 1893, p. 4).

¹⁷ Este monumento será o objeto de apoio na aula de Belle Époque izabelense que desenvolvemos com apoio da educação patrimonial, com intuito de aproximar um tema da macro história para as instâncias da micro história. Destacarei ainda mais no capítulo 3 desta dissertação.

“O Jornal A Província do Pará registra a festa de inauguração do Orphelinato Paraense que ocorreu na Avenida São Mateus, nº 102, esquina com a Rua Santo Amaro, no dia 15 de agosto de 1893, às 9 horas da manhã: foi inaugurado em um vasto prédio, que dispõe de espaços e confortáveis acomodações, um excelente pátio ensombreado por vigorosas árvores frutíferas” (Nunes, p.23, 2020). A classe economicamente favorecida de Belém, atribuía a criação dessa entidade como um grande avanço para a época. Em um primeiro momento

O Relatório da Intendência Municipal de Belém (1900, p. 254) afirma que, no dia 19 de julho de 1898, foi assinado um contrato entre a “Associação Protetora dos Órfãos” e a “Ordem das Filhas de Sant’Anna” para que essas cuidassem da administração do Orphelinato. Assim, no dia primeiro de novembro, do mesmo ano, o Orphelinato Paraense passou a ser administrado internamente por oito religiosas que faziam parte da referida Ordem. Essa Ordem religiosa estava vinculada a uma congregação religiosa proveniente da Itália (Pimenta, 2013, p. 65).

Nos primeiros momentos da administração do Orphelinato paraense, pelas filhas de Sant’Anna, as despesas eram pagas pelos sócios da Associação Protetora dos Órfãos e tinha um total de nove meninas matriculadas, no entanto, o número das órfãs foi aumentando chegando a 155 garotas em 1901.

Neste estabelecimento de ensino “além da educação básica que as órfãs recebiam, cabia também o aprendizado de prendas domésticas, como por exemplo, confecção de bordados em camisas, fronhas, lençóis, bolsas, entre outros. Produções que eram comercializadas em exposições anuais e o lucro das vendas era empregado na compra de materiais para novos trabalhos” (Rosa, p. 433, 2015).

Por volta de 1899, com o aumento da demanda de meninas o Orphelinato passa por problemas financeiros e estruturais, “como os recursos arrecadados passaram a ser insuficientes para manter a instituição, no ano de 1900, a diretoria do Orphelinato e a Associação Protectora dos Orphãos pediram ajuda à Intendência Municipal de Belém, que tinha como principal representante na época, o intendente Antônio José Lemos” (Nunes, p.23, 2020).

Em fins de 1900, o Intendente Antônio Lemos é reeleito, neste momento ele pretende reorganizar as instalações, iniciando por uma mudança de endereço do Orphelinato, tendo uma opção mais econômica que visava a higiene para as órfãs, no dia 17 de janeiro de 1901, o orfanato passou para a responsabilidade da administração municipal, sendo renomeado de Orphelinato de Belém.

Sendo assim, agora “localizado na avenida São Jeronymo com a travessa 14 de Março, o Orphelinato Municipal é reinaugurado em 26 de julho de 1902 contando com 46 orphãs: paraenses, 32; amazonenses, 2; portuguesas, 2; hespanholas, 2; cearenses, 3; pernambucana, 1; peruana, 1; americana do norte,1; fluminense, 1; maranhense,1. Lemos informa também, sobre o novo Regulamento a ser implantado, ao qual já está autorizado a executar (BELÉM, 1897-1902, p.241-247 apud Nunes, p.23, 2020). No entanto, é necessário destacar que

O Intendente Antônio Lemos já expressava vontade de construir um prédio próprio para o funcionamento do orfanato, fato que começou a se encaminhar com a Lei nº 370, de 28 de dezembro de 1903, a qual autorizava Lemos a reorganizar o estabelecimento. Lemos, providenciou um terreno com 70 hectares de área localizado na Vila de Santa Izabel e encarregou os engenheiros civis Joaquim Lalôr e Palma Muniz, integrantes da Secção de Obra do Município de Belém, para fazerem o projeto da obra. (Dias, 1982, p. 1).

A uma distância considerável de 46 km de Belém, a pequena vila de Santa Izabel, na época pertencente a Belém, seria escolhida como sede das instalações do novo prédio do Orphelinato Paraense. “O intendente visava fazer do Orfanato uma instituição de padrão europeu, desenvolvendo uma Escola de Prática Agrícola Feminina” (Rosa, 2015, p. 433), isto porque “com o aumento da procura pelo Orphelinato, Antônio Lemos propõe transformar o novo Orphanato Paraense em “Instituto Técnico Profissionalizante”, para trabalhos agrícolas. Dessa forma, as órfãs, além de serem boas mães e esposas amorosas, também aprenderiam um ofício” (Nunes, 2020, p.27).

Figura 5: Edifício do Orphelinato Antônio Lemos em construção em 1905.



Fonte: Rosa, 2015.

A distância escolhida para as novas instalações do Orphelinato paraense, comumente é explicada pelo pensamento higienista da época que “devia dar a preferência para as habitações no campo, já que estas “oferecem imensa vantagem, impossível de gozar nas grandes cidades como; serenidade do ar, aspectos risonhos da paisagem, passeios fáceis, liberdade, etc”, ou seja os orfanatos deviam preferencialmente localizar-se fora das cidades” (Nunes, 2020, p.28). “Antônio Lemos estava de acordo com a ótica da concepção higienista de educação, e, nesse sentido, Santa Isabel era o lugar ideal para ser construído o prédio do Orfanato, visto que, quanto maiores os estabelecimentos, mais eles não devem estabelecer-se nos centros populosos da cidade” (Idem, p.28).

Sendo assim, em 1903, iniciou-se a construção do Orphelinato Antônio Lemos, ao encargo dos engenheiros, Joaquim Lalor e Palma Muniz, no mesmo período em que a estrada de ferro Belém-Bragança já estava sendo construída com o objetivo de ligar o Norte e o Nordeste do Pará, tendo como parada a vila de Santa Izabel, o trecho tornou-se ainda mais propício para a presença do orfanato, visto que, o acesso de pessoas que iam e vinham de Belém se tornaria mais comum, além de influenciar no crescimento econômico e urbano do pequeno vilarejo.

No entanto, a construção do “Orphelinato Paraense” passaria por muitos desafios, a começar pela dificuldade da chegada de material da construção, “como o ferro era considerado um metal nobre para construções no período da Belle Époque, parte desse imóvel apresentava estruturas metálicas em ferro proveniente da Europa: refeitórios, galerias de passagem na parte interna do imóvel, grades, pomares, dentre outros características típicas da época” (Rosa, 2015, p. 23). O conjunto arquitetônico foi idealizada ao estilo que predominava nas construções da Belle Époque, o ecletismo, que era marcado pela influência do Neoclássico¹⁸ e da Art Nouveau¹⁹, com detalhes exuberantes nas fachadas e ornamentos.

¹⁸ Estilo arquitetônico que surgiu na Europa no século XIX, inspirava-se nas artes Greco-romanas.

¹⁹ Em vigor no período de 1880 a 1920, nasceu na Bélgica (fora do circuito das vanguardas artísticas) e teve como máxima inspiração a natureza com as linhas sinuosas e assimétricas das flores e animais.

Figura 6: Novo edifício do Orphanato Municipal em construção na Villa Isabel – Fachada



Fonte: BELÉM, 1904, p. 269.

Os planos de Antônio Lemos para o prédio é que fosse uma obra de elegância que marcasse a localidade e confrontasse as marcas passadas de uma instituição quase abandonada e falida, pretendia “que o prédio fosse composto por grandes refeitórios, uma obra de nobre elegância e solidez. O material em ferro foi encomendado na Europa para compor a fachada e galerias de passagem na parte interna do imóvel” (Dias, 1982).

As obras atrasaram, tornando impossível de fazer a mudança das órfãs para o novo prédio. Relatórios da Intendência Municipal de Belém (1910) apontam que até o ano de 1910, as órfãs não haviam sido transferidas para o novo prédio, que estava com o seu primeiro pavilhão por ser terminado. Estes atrasos, derivavam de uma eminente falta de recursos que chegava a Belém após os ininterruptos anos de prosperidade que a cidade presenciou. A crise financeira ocasionada pelo declínio do ciclo da borracha era decorrente da concorrência feita pela borracha asiática²⁰.

Todavia, o Intendente que iniciou o projeto do prédio do Orphelinato, não o terminaria, isto porque, uma serie de desventuras políticas o impediria de continuar em seu cargo. Somado a crise econômica, surge a crise política e “Ao mesmo tempo em que se instalava uma decadência econômica em Belém, que levou grandes empresas à falência, Lemos foi deposto

²⁰ Era uma borracha de boa qualidade e se afirmava que era da mesma árvore que existia na Amazônia, isto se deve ao fato dos ingleses terem contrabandeado sementes da *Hevea brasiliensis*, após conceções feitas pelo Barão de Mauá.

do cargo por seus opositores políticos e expulso de Belém, tendo sua casa e o prédio de seu jornal A Província do Pará incendiados” (Nunes, 2020, p.32).

Em 1911, com o declínio do partido de Lemos e como a instituição carregava em seu nome o nome do intendente, um efeito político de repulsa pelo prédio foi instaurado, levando a paralização das obras e o corte do auxílio ao orfanato. As alunas continuaram em Belém, morando em um prédio cedido por colaboradores. “Somente em 1926, com a mobilização de senhoras coordenadas pela Sra. Mac-Dowell, que formaram a Fundação Mac-Dowell, e com o auxílio do intendente da época, Antônio Crespo de Castro e o Governador do Estado o Dr. Dionísio Bentes, a construção foi retomada” (Rosa, 2015, p. 24).

Em decorrência de novas questões políticas na gestão municipal, as obras foram interrompidas após 2 anos da construção. Somente em 1928, a Sra. Dolores MacDowell conseguiu aprovação para a mudança o novo edifício em Santa Izabel, que ocorreria em 11 de dezembro de 1928, quando se tinha sessenta garotas internas. “No período da mudança o edifício não estava concluído, faltava a finalização do primeiro pavimento, assim como água, luz, lavanderia e fogão. Entretanto, no decorrer do ano foram realizados os devidos ajustes.” (Rosa, 2015, p. 24).

Somente no governo de José Cardoso Magalhães Barata (1888-1959) que as obras do orfanato passaram por grande avanço, com a revolução de 1930, o Orfanato passou para o âmbito estadual, quando teve sua construção finalizada pelo governador Magalhães Barata em 1933. “Em 11 de junho 1931, foi inaugurada a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes no terreno do orfanato, homenageando o sétimo centenário da morte de Santo Antônio” (Rosa, 2015, p. 68).

Ao longo de todo o século XX e a inevitável depreciação do monumento, o conjunto arquitetônico e sua imponência histórica que marca o período da Belle Époque em terras izabelenses, passa a ser valorizado e torna-se patrimônio tombado pela Secretaria Executiva da Cultura do Pará/ Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (SECULT/DPHAC) em 1982, conforme a Lei 4.855 de 03 de setembro de 1979.

Por muito tempo, o prédio deu espaço ao orfanato e ao mesmo tempo ao Colégio Estadual com o mesmo nome do intendente, sendo ambos administrados pelas Irmãs da Congregação Filhas de Sant’Anna, no entanto, Em setembro de 2013 as Irmãs Filhas de Sant’Anna foram retiradas do prédio. Hoje, dentro do grandioso monumento, o espaço permanece sendo uma instituição de ensino médio pertencente a Secretaria Estadual de

Educação – SEDUC, tendo recebido novos anexos para que as salas de aula pudessem comportar o contingente de estudantes todos os anos, várias partes internas do prédio encontram-se interditadas pelo precário estado.

3.2 Erguendo fontes para a elaboração de um Website com a turma do 9º ano A

3.2.1 Ensino de História local e educação patrimonial: confrontando o monumento/ documento para ampliar olhares dos educandos.

Ao entrar na cidade de Santa Izabel do Pará, pela Avenida Antônio Lemos (entrada do ginásio municipal) em direção ao centro da cidade, observando atentamente a sua esquerda, qualquer pessoa ficará hipnotizada e encantada pela beleza de um prédio erguido no período da Belle Époque amazônica, em primórdios do século XX, com arquitetura magistral aos moldes da arte do ecletismo.

Figura 7: O Colégio Estadual Antônio Lemos, antigo Orphelinato Antônio Lemos.



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/celsolobo/23700384315> acesso em 14/10/2024

Talvez se este monumento tivesse se erguido nos centros de Belém, o cotidiano dos cidadãos da capital fizesse com que ele passasse por despercebido, como muitas vezes já me ocorreu ao percorrer a capital com certa desatenção, pelo simples fato da grande Belém possuir diversos casarões, palacetes, praças e ainda um teatro como heranças da Belle Époque

amazônica. No entanto, por ser um monumento único em um lugar que poucas construções do período, o atual colégio Antônio Lemos recorda as ostentações e extravagâncias do que outrora foi o Orphelinato Antônio Lemos, expondo suas características peculiares, que definem a exclusividade de um monumento em meio ao que hoje é a cidade de Santa Izabel do Pará.

O simbolismo que envolve o antigo Orphelinato Antônio Lemos para a memória de Santa Izabel do Pará é gigantesco, isto porque ele tem uma ligação direta com as origens de uma cidade que encontrou, após inúmeras tentativas de povoamento, a possibilidade de se erguer, veio somente com o advento do ciclo da borracha. As memórias que circundam o monumento são até mais antigas que a própria Santa Izabel enquanto cidade, visto que, foi erguido bem antes do pequeno núcleo urbano conquistar sua emancipação de Belém, logo, tudo que hoje é Santa Izabel do Pará, anteriormente era parte da cidade das mangueiras.

A emblemática concepção arquitetônica do edifício, tende a nos pregar peças que simbolizam a visão comumente aplicada a um contexto histórico de uma suposta bela época, que predomina nos discursos que circundam o monumento/ documento em questão. Essas peças a que me refiro, são o encantamento ocasionado pela beleza e ostentação de um belíssimo prédio construído em um período que encontrou um ideal de beleza civilizacional na mescla de algumas concepções artísticas que compunham as construções exuberantes das quais foram gestadas por líderes políticos que viam nestes conjuntos a possibilidade de perpetuação de suas memórias e interesses políticos, que muitas vezes saíam dos meios civilizados e desrespeitavam o simples direito de ir e vir.

Construções deste período supostamente tiveram o ideal da caridade e da boa vontade da “gente de bem” que unicamente tinha o interesse de “cuidar das camadas sociais desamparadas e desvalidas”. No entanto, o professor- historiador precisa partir de outras possibilidades de pensamento e abrir as mentalidades que dispõe em sala de aula para analisar os antigos conjuntos arquitetônicos que hoje são patrimônios materiais, pois conforme Átila Tolentino (2016, p. 44):

É necessário compreender o patrimônio de uma forma crítica e não apenas contemplativa. Cabe, portanto, ao educador patrimonial, criar possibilidades para uma construção coletiva do que é patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação, sabendo que, nesse processo, necessariamente pode haver consensos, dissensos, dilemas e conflitos.

O meu principal objetivo de organizar um projeto que buscou na educação patrimonial uma forma de estudar a história local, foi justamente fugir das concepções saudosistas que põe em um pedestal (erroneamente) políticos do passado como se fossem grandes heróis da benevolência, compostos por “amor ao próximo” de tal forma, que enraizaram seus discursos produzidos e reproduzidos incansavelmente nos últimos anos entre as massas de diferentes gerações.

O problema, portanto, não é a falta de projetos que trabalhem os patrimônios izabelenses, temos alguns projetos bem estruturados, muito bem elaborados, alguns que propõem visitas a locais históricos, outros que adentram as vias digitais para divulgar estudos voltados a História local dignos sim, de muitos elogios e é, portanto, muito necessário destacar que o objetivo não é criticar estes projetos, que em vários casos são apoiados por instituições de respeito que incentivam estas possibilidades de rememorar o passado a partir dos antigos prédios, mas sim o de realizar uma aula distante do saudosismo político, por acreditar que este é meu papel enquanto professor-historiador, pois conforme Tolentino (2016, p. 44)

a educação patrimonial, muitas vezes, fica a reboque do ensino de História. Aliada às visitas aos centros históricos urbanos, ela acaba se resumindo, em diversos projetos, à transmissão da historiografia oficial das cidades e relacionada aos bens culturais, sem considerar os usos sociais do tecido urbano na atualidade e os significados atribuídos pelos sujeitos sociais a esses determinados bens culturais.

As inquietações de um profissional da História, propõe uma observação do patrimônio para além das paredes e ornamentações que a este pertencem, é necessário fazer o aluno pensar as relações sociais e os interesses políticos que existiam no período de sua construção, desta forma, o que aponto como problema nos atuais projetos de valorização aos patrimônios na cidade, são as abordagens passivas diante da propagação dos discursos carregados de saudosismos que vangloriam as ações políticas mas não expõe os interesses na construção de prédios, como é o caso do Orphelinato, visto que “não é possível, portanto, pensar em patrimônio ou memória coletiva sem pensar em alguma relação de poder. Nessa relação de poder, necessariamente entra a questão do capital” (Tolentino, 2016, p. 43).

Na concepção do patrimônio escolhido para nossa aula, o antigo Orphelinato Antônio Lemos, organizei uma visita com a turma do 9º ano A como forma de aproximação e confronto com o monumento/documento, ciente das dificuldades que encontraria em chamar

atenção dos estudantes para as questões sociais, diante de um monumento que tanto expressa beleza.

Desta forma, no dia 03 de outubro de 2024, levei os estudantes da turma para realizarmos a visitação e o confronto com o monumento escolhido. A agenda de visitação foi superada pela presença da Diretora do CEAL, Maria Claudete Sousa de Brito, que conveniente também é nossa coordenadora na EMEF Antônio Lemos, retirando empecilhos para nossa entrada no prédio, logicamente, tendo eu apresentado a ela o projeto pronto e aprovado após a qualificação e estando ciente do valor educacional.

A visitação tem início no portão principal do complexo arquitetônico Antônio Lemos, existia uma motivação para tal, neste momento tentei estabelecer uma ligação entre as origens da cidade, a Belle Époque e o Orphelinato Antônio Lemos, neste momento, pedi para que os alunos observassem a rua que passava por trás deles, isto é, a rua em que a atual escola está situada e lhes perguntei: “Sabem o que essa rua pode representar de especial para a história da cidade?” em sua maioria, os alunos não tiveram possibilidade de responder. Tomei a palavra novamente, “esta rua é uma das primeiras de Santa Izabel, quando ela ainda era uma pequena vila e encontrava dificuldades para ser povoada, uma necessidade de ligação entre Belém e Bragança era sentida mas não se tinha possibilidades financeiras.”

Figura 8: Início do circuito da visitação no portão central do Colégio Estadual Antônio Lemos.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2024.

Os questioneei mais uma vez: “Sabem quando foi possível a chegada da Estrada de ferro para Santa Izabel?”, mais uma vez, recebi silêncio, eu lhes disse: “Somente com a economia da Borracha, no período da Belle Époque amazônica, e foi somente aí que a cidade conseguiu se desenvolver de fato”. Um aluno me questionou: “O CEAL é mais antigo que a cidade?” e eu lhes respondi: “Sim, mais antigo se comparar Santa Izabel como município, enquanto vila não, o Orphelinato começa a ser construído em 1911 e é terminado em 1930, Santa Izabel se torna cidade somente em 1934”, achei conveniente para o objetivo de ensinar História local no patrimônio, associá-lo inicialmente a História da cidade, para somente depois adentrarmos ao prédio.

Coube ainda problematizar com os alunos o seguinte: “imaginem uma área como a vila de Santa Izabel, neste mesmo local, a mais de cem anos atrás, uma colônia com muitas matas fechadas e algumas pequenas casas, que ainda vivia o desafio de ser povoada, receber uma construção deste padrão, quais as intenções de trazer este prédio colossal para o meio desta vila?” o motivo para este questionamento, antes de mais nada era fazer os alunos pensarem as relações sociais da época, antes de se encantarem com o prédio, o que é comum em visitas a monumentos.

A segunda parte de nossa visita, foi a entrada pela escadaria central e a observação da fachada do prédio, neste momento, eu mesmo, enquanto guia do percurso me preendi aos detalhes presentes no conjunto arquitetônico, como a escada de mármore e seu parapeito com balaustradas clássicas, a cor amarela recentemente retocada e os detalhes brancos, chamam atenção para as decorações das obras arquitetônicas da época. Chamei atenção para os pequenos ornamentos que compõe os três arcos de entrada do prédio, apontando para a riqueza de detalhes e caprichos que as construções passadas objetivavam.

Porém, havia uma pretensão de problematização para a atenção nestes detalhes: “Percebam, a riqueza de detalhes e ornamentação, vejam todo o glamour de um único prédio que tinha como objetivo prático abrigar órfãs e desvalidas, afinal, porque este prédio foi construído com tantos detalhes e ainda por cima, tão distante da capital?”

Figura 9: Escadaria de entrada do Colégio Estadual Antônio Lemos.



Fonte: acervo pessoal do autor.

Seguindo o percurso e ao olharmos atentamente, ainda nas escadas, tanto para a esquerda como para a direita, nos deparamos com as laterais compostas pelos dois pavimentos, nestes, fica ainda mais evidente os cuidados e preocupações que se tinha com a estética do período, os dois pavimentos são cuidadosamente ornamentados.

Figura 10: fachada frontal do Colégio Estadual Antônio Lemos.



Fonte: acervo pessoal do autor.

Rosa (2015, p. 36) assim os descreve “o primeiro pavimento é avarandado contendo gradis com ornatos em ferro com detalhes das iniciais do nome de Antônio Lemos (AL); os capitéis seguem o modelo da ordem Jônica; os arcos plenos são ornados com modelos de folhas e flores; existem oito portas de cada lado, essas contêm bandeiras fixas, acima dessas há janelas em vidro que fazem alusão a bandeiras, as portas são compostas por folhas com postigos almofadados e veneziana.”

Em seguida, chamei atenção para os materiais que resistem a mais de cem anos de sua construção, como o ferro intacto que formam os arcos aparados pelos capitéis jônicos e uma aluna me questionou de onde haviam vindo as ferragens, e expliquei que os estilos da Belle Époque amazônica, eram como uma mistura de estilos que abrangiam também as grandes construções de ferro na Inglaterra, de onde provinha o ferro, assim à respondi: “A ferragem provinha da Inglaterra, inclusive, os problemas de transporte para trazer esse material para a Amazônia foi um dos principais motivos para o atraso na construção do orfanato”.

Ao subir pelas escadarias, nos deparamos com nosso próximo ponto de visita à composição do prédio, nos corredores laterais, que fazem parte da fachada e dão acesso a algumas salas atualmente, pedi que fizessem uma breve analogia com as construções atuais, lançando um breve questionamento: “em questões de estética e arquitetura, vocês acham que evoluímos ou regredimos?” a maioria supôs que regredimos, ao perguntar porque, um aluno deixou uma interessante resposta: “Se a gente parar pra analisar essas construções antigas, elas eram mais trabalhadas, tinham muitos detalhes, as de hoje são só um monte de ‘tijolo e reboco’, porque, como é que fizeram uma escola com todo esse cuidado?”

Figura 11: Corredor frontal da escola, cercado por colunas.



Fonte: acervo pessoal do autor.

Nesta parada pelos corredores, falei um pouco mais sobre o estilo arquitetônico que compunha o prédio, porém, havia a necessidade de fugir da estética e entrar nas questões políticas e sociais, e segurando um gancho na resposta anterior do aluno, achei conveniente mais uma vez, problematizar algumas questões: “Se atentem que essas ferragens vem do berço da Revolução industrial, onde se inicia a relação burguesia e proletariado, não seria importante perceber que além das estruturas e materiais para a construção, a Amazônia também trouxe de fora essa influência de desigualdade social? Percebam, que enquanto lá, o proletário forjava essas ferragens para ornamentar as construções do burguês, aqui, o seringueiro extraia o látex para a manutenção dos luxos da elite da borracha.”

Esta forma de instigar o aluno, pautou-se quando Tolentino (2015 p. 44) sugere que “o campo do patrimônio, como sabemos, é um campo de conflitos e de construção social e, ao adentrar nele, não se pode ser ingênuo. Por isso, a educação patrimonial, para que possa ser

efetiva, implica ir além do conhecer para preservar; é necessário que se propicie a reflexão crítica. E, a partir dessa reflexão, buscar a transformação da realidade.”

Esta breve analogia entre os contextos que envolvem o intercâmbio entre Amazônia e Europa, causou uma excelente reação por parte dos estudantes, que entenderam a necessidade de analisar o contexto político e social destas construções, pois a partir disto, podem compreender as causas das desigualdades sociais que os rodeiam ainda nos dias atuais. Em seguida, nos direcionamos a uma das salas que o corredor da acesso, aonde foi a primeira capela do edifício.

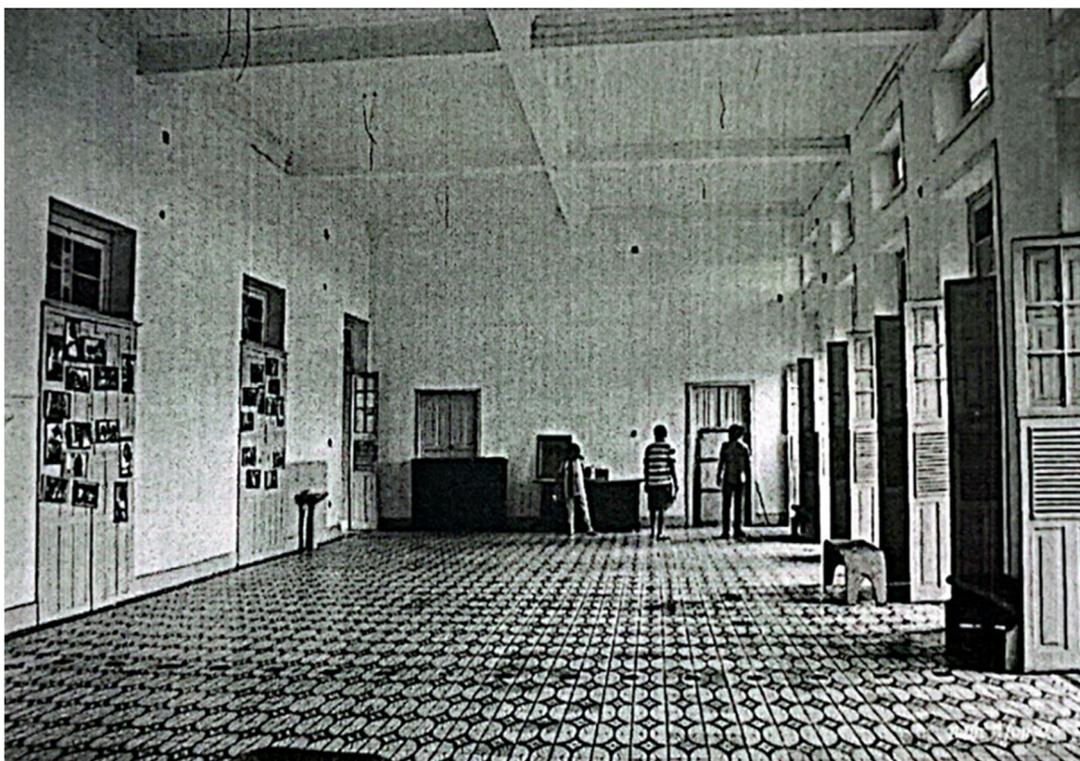
Figura 12: Local da primeira capela do edifício, depois a clausura das freiras.



Fonte: acervo pessoal do autor.

Este espaço, que atualmente é utilizada como sala de aula, por seu tamanho, muito útil nos dias de revisão para a realização do Enem, estava interditada para a reforma no dia da nossa visita, a diretora Claudete nos mostrou que uma infiltração havia consumido parte do forro, ocasionando alagamento na parede e a criação de buracos, o que pôs em relevo a preocupação com a questão da conservação do patrimônio. Esta sala, inicialmente, foi a primeira capela do Orphanato, depois passou a abrigar a segunda clausura das freiras.

Figura 13: Local da primeira capela do edifício, depois a clausura das freiras antiga imagem.



Fonte: Babi Afonso, 2017.

Com o privilégio de ter acesso aos domínios do colégio, a diretora Claudete nos direcionou ao segundo pavimento para conhecermos o local aonde antes era o dormitório das internas. Nossos próximos passos são feitos em degraus bem antigos, uma escada confeccionada em madeira nos direciona ao antigo dormitório que era separado por faixa etária, cada ala tinha nome de santos católicos.

O antigo dormitório das internas, é um espaço enorme, atualmente é chamado de salão nobre, ao observarem o espaço, os alunos passaram a questionar o tamanho das portas vistas por dentro do recinto, uma ao lado da outra, os respondi: “Estas portas são tendências da época, a Art Nouveau, tem construções com estas portas avantajadas também, porém, pensem na utilidade, uma quantidade grande de meninas, em um estado quente do Brasil, imaginem o calor e o quanto essas portas deixavam o ambiente ventilado e arejado.”

Figura 14: Escadaria de acesso ao segundo andar.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2024.

Ao chegarmos percorrermos o salão nobre, alguns alunos pareciam incrédulos com os detalhes arquitetônicos e adereços dos ornamentos que compunham inclusive as luminárias, ainda originais (excetuando-se as lâmpadas, obviamente). Ao sairmos do salão nobre, tivemos oportunidade de ir a ala externa do corredor no segundo pavimento, lá a visão privilegiada de toda a frente do terreno, composta pelo jardim e a pequena estátua de Santo Antônio, vista bem distante e que simboliza inclusive o santo pessoal do Intendente por ter nome semelhante.

Os comentários foram diversificados entre os estudantes: “nossa, é muito alto visto daqui”, “professor esse salão todo aqui era o quarto das meninas, então eram muitas né?”, respondi: “Sim, em certo período, chegou a duzentas moças”, outro me chamou atenção pela curiosidade: “professor, não era perigoso essas meninas sozinhas aqui, olha a altura desse andar, e se alguma delas caísse?” a própria Diretora Claudete, pôde responder: “pra vocês terem noção da obediência que tinham nesse tempo, a educação era bem rígida, afinal era um colégio dirigido por freiras”.

Figura 15: Antigo dormitório das internas do Orfelinato.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2024.

Fazendo trilha na fala da diretora, aproveitei para falar um pouco da educação das órfãs, atentando para o período da época. Lhes afirmei: “sabiam que nesse período, em vista da sociedade da época, as meninas aprendiam além dos conteúdos escolares de sempre, como leitura, alfabetização, português e matemática, tinham ainda o dever de aprender prendas domésticas, como corte e costura, bordados e por aí vai” prossegui: “e outra, estão vendo o tamanho desse terreno? O projeto inicial da construção do orfanato era de ter ensino básico de agricultura, ou seja, se a órfã não tivesse o interesse em ser dona de casa, teria um trabalho próprio para seu sustento.”

Desta forma pude fazer uma breve analogia com o ensino técnico e profissionalizante que atualmente se dispõe nas escolas, que visam formar o estudante em alguma área voltada ao mercado de trabalho, como é o caso de instituições como Sesi, Senai, Sesc entre outros.

Após uma pausa para o lanche com os meninos, providenciado pela diretora Claudete, nos dirigimos para o último ponto de nosso percurso da visita, chegamos até a gruta de Nossa Senhora de Lourdes, que foi inaugurada em 11 de junho de 1931, em homenagem ao sétimo centenário de Santo Antônio, que é patrono das Filhas de Sant’Anna. Rosa (2015, p. 89) nos instrui que é “uma construção semelhante à gruta original situada na cidade de Lourdes na

França, sendo uma estrutura feita em pedras e composta por duas imagens Nossa Senhora de Lourdes e Menina Bernadett.”

Figura 16: Estatuetas de Nossa Senhora de Lourdes e Menina Bernadett.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2024.

Na ocasião a diretora Claudete nos explicou que a imagem da Menina Bernadett, ficou muitos anos fora da gruta, o maior motivo era por causa de um possível roubo da peça, já que muito do material que era da escola e que veio de Roma foi levado por terceiros logo após as irmãs da ordem Filhas de Sant’Anna terem saído do local. A diretora nos explica que somente em 2017 a imagem da Menina voltou para a gruta e que foi ela mesma que assim mandou fazer, já que é administradora da escola desde 2014, inclusive a imagem da Menina Bernadett agora se encontra direcionada para a imagem de Nossa Senhora de Lourdes por opção dela própria.

Alguns comentários surgiram entre os alunos, que parecem ter assimilado nosso exercício de percepção das condições sociais para além da mera visualização e admiração do monumento, assim uma aluna levantou uma interessante questão: “professor, quem será que construiu essa gruta? Teria sido feita por escravos?”.

“Bom, um interessante questionamento, quem foram estes trabalhadores? Pois bem, é importante pensar esse tipo de situação, porém a gruta foi erguida em 1931, o Brasil já havia abolido a escravidão a mais 40 anos, não poderiam ser escravos, porém, não se pode descartar

esta possibilidade, em um país em que se tem até hoje trabalhadores em situação de trabalhos análogos a escravidão e naquele momento a gente tem a figura do seringueiro como um escravo também, talvez esses trabalhadores também nem fossem remunerados, logo, escravos ou quem sabe voluntários” respondi.

Figura 17: A gruta de Nossa Senhora de Lourdes.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2024.

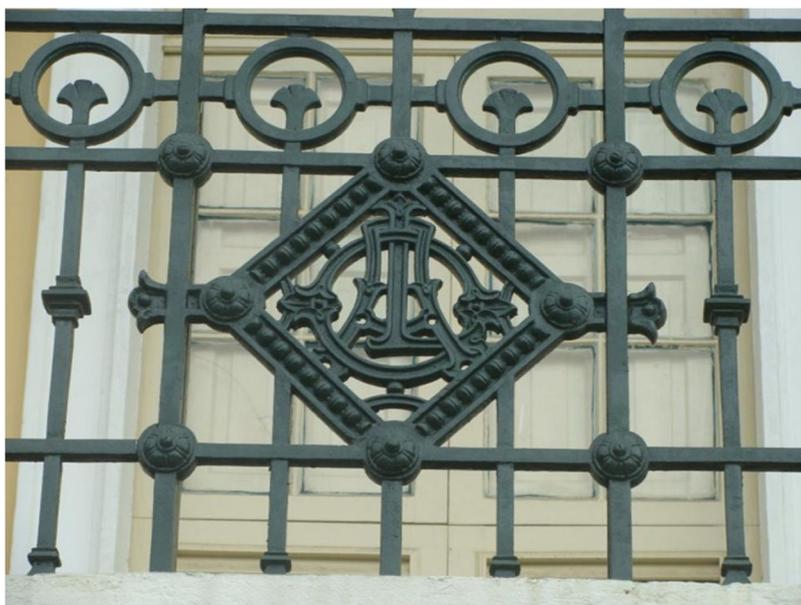
Uma sala a qual não tivemos acesso, foi a “sala dos governadores” é uma sala que guardava retratos de políticos como o próprio Antônio Lemos e Magalhães Barata, o meu interesse por trás da possibilidade de entrada nesta sala era o contato com o busto de Antônio Lemos, que possivelmente esteja guardado no respectivo cômodo.

O objetivo em ter contato com tal objeto, vai para a criticidade diante da personificação de um personagem político em uma pequena escultura que tem um simbolismo de grande perpetuação do poder que um dia este dito político teve. Esta ideia de perpetuação está na própria vangloriação e na auto-homenagem que o próprio intendente a si promovia, isto é nítido entre as várias construções que ele promoveu enquanto o grande intendente de quinze anos, no caso do busto, é uma homenagem póstuma que foi conferida ao intendente durante o traslado de suas cinzas para o Pará.

A ideia que reside nessa concepção de auto homenagem, é percebida nas inúmeras iniciais “AL” presentes em edifícios feitos por ele, isto é claro na construção do Orphelinato

Antônio Lemos, que esboça o brasão do intendente em vários pontos do prédio, incluindo nas gradis frontais dos portões e dos próprios corredores de acesso ao monumento, essas iniciais geralmente cercadas por folhas de seringueiras, como forma de lembrar de onde proveio a prosperidade para a possível construção.

Figura 18: Detalhes nas grades dos prédios faz alusão as folhas de seringueiras e as iniciais “AL” de Antônio Lemos.



Fonte: Rosa, 2015.

Quanto a concepção de perpetuação de memória do intendente, é óbvia na reprodução constante dos feitos dele por meio do próprio prédio, fundamentando a necessidade de lembrar as novas gerações, as benevolências promovidas por ele. Esta perpetuação de memória coletiva se faz na nova nomenclatura do Orphelinato em homenagem a Lemos, e o busto que foi feito após sua morte e trazido para o Pará, após o traslado de suas cinzas para serem sepultadas no estado onde deixou seu maior legado.

É sobre todas estas reproduções, que o professor de História precisa ponderar sua aula, tanto para não refazer o discurso que somente vangloria a política do passado, como para não correr o risco de denegrir a imagem de um dos maiores políticos que o Pará já conheceu, é necessário ter a percepção de reconhecer o que foi feito por ele, de modo a entender o porquê, para quem, e para que foi feito, sem deixar de lado as necessidades que a sociedade da época tinha.

3.2.2 Os alunos entrevistam: erguendo fontes orais sobre o monumento e a cidade.

a educação patrimonial é entendida como um elemento fundamental integrado às práticas cotidianas dos sujeitos, concebendo-os como protagonistas na construção e apropriação do seu patrimônio cultural, incentivando, assim, a participação social em todas as etapas de preservação dos bens e manifestações culturais. (Tolentino, p. 44)

Como se pode perceber a partir das definições de Tolentino, a ideia do “conhecer para preservar” não é o foco deste trabalho, esta deve ser tratada como uma consequência de uma construção de conhecimentos que tomam como principal personagem, os sujeitos e suas práticas cotidianas que se ligam a uma apropriação cultural, definida como pessoal e até que se torne coletiva.

Desta forma, entendemos que os moradores, ou aqueles que tiveram aproximação com o CEAL, precisariam adquirir a forma dos protagonistas e os antigos discurso criados sob interesses políticos fossem postos como coadjuvantes. Portanto, para além da historiografia oficial que rodeia o prédio e que é reproduzida como (talvez) o próprio Intendente planejou, minhas intenções eram perceber as ligações que os moradores tem com o patrimônio e por fim com as memórias que o rodeiam sobre a cidade.

Pensar neste tipo de abordagem que considera a participação, a relação com o objeto e a identidade dos sujeitos, me levou a adentrar nas vias da História oral que “se preocupa fundamentalmente com aquilo que o narrador viveu ou testemunhou. Ela registra relatos e interpretações sobre experiências próximas” (Santiago e Magalhães, 2015, p.44) porém, feita pelos meus alunos como parte do projeto, sob minhas orientações e minha supervisão como apoio para o levantamento de fontes orais que pudessem colaborar com a dimensão propositiva, erguendo mais uma possível “coluna” para o website, buscou-se falas que pudessem contar pequenas histórias que envolvem o patrimônio em distintas épocas.

Diante disto, as entrevistas realizadas pelos estudantes, acabaram sendo uma das atividades mais importantes do projeto, eram as entrevistas realizadas pelos alunos com pessoas próximas, aqui pudemos trazer uma perspectiva dos moradores, ou seja, os sujeitos comuns sobre o monumento, suas vivências e a cidade de Santa Izabel, proporcionando aos estudantes a percepção da memória e História pertencentes aos mais velhos moradores da cidade.

Porém, esta atividade foi adiada algumas vezes em virtude da paralização inesperada para reformas da escola que se concluiu na mudança de prédio para outro. De início, pretendia

deixar o roteiro de entrevistas e a carta de cessão, ainda no mês de junho, como forma de preparação, para que os aluno pudessem trazer as entrevistas prontas no mês de setembro, no entanto, em virtude da adversidade acima citada, só pude retomar o projeto com a volta as aulas no mês de setembro, quando as novas instalações foram ativadas, desta forma, entreguei os roteiros²¹ e a carta de cessão²² dos entrevistados no dia 12 de setembro de 2024, tendo ainda dividido a turma do 9º ano A em três equipes, conforme tabela abaixo.

Tabela 4: divisão das equipes para a realização de entrevistas.

EQUIPE 1	EQUIPE 2	EQUIPE 3
HEVA	EMILY	ALEX
ISAAC	ELOISE	VINICIUS
MAYK	RAFAELI	TIAGO
NATALIA	DAVID	RICHARD
LORYANE	GABRIELE	IZABELLY
CARLOS	HELOISA	PAULO
PABLO	FLAVIA	ANDRESSA
TAMARA	MARIA	PAMIRES
		THARSO

Fonte: elaborado pelo autor.

É necessário informar ainda, que após a mudança de prédio que a EMEFAL passou, alguns alunos da turma pediram transferência e outros foram remanejados de sala, devido ao acesso via escada ser dificultoso para uma aluna deficiente, restando na turma 25 alunos para a realização da atividade.

Antes de tudo, foi necessário que eu desse orientações aos estudantes sobre a realização de entrevistas, como postura, respeito e ética, pois, “em qualquer tipo de trabalho e de relação social, existe uma dimensão ética subjacente aos projetos de História Oral. Ao conduzi-los, os pesquisadores devem ter em mente os direitos de quem fala (o entrevistado) e as responsabilidades de quem escuta (o entrevistador)” (Magalhães; Santhiago, 2015, p. 49).

Após orientações à respeito das entrevista, coube ao professor-pesquisador ainda administrar outros pontos fundamentais que se referem as ferramentas de gravação, citei alguns aplicativos de gravação de áudio e outras possibilidades como a própria gravação em vídeo. Para quem detinham o recurso, conseguiram gravar a entrevista em vídeo, o que não deixei como requisito obrigatório, por saber da carência de alguns em relação a possuir certos recursos.

²¹ Roteiro disponível no apêndice D.

²² Carta disponível no apêndice B.

Para cada equipe, destinei três “kits” de entrevistas, cada kit possuía o roteiro e a lauda de cessão de entrevista para ser devidamente assinada pelos entrevistados, como mostra a tabela abaixo, a equipe 1 entrevistou 3 pessoas, a equipe 2 entrevistou apenas 1 pessoa e a equipe 3 entrevistou 2 pessoas.

Tabela 5: relação de pessoas entrevistadas.

EQUIPE 1/ Entrevistados	EQUIPE 2/ Entrevistados	EQUIPE 3/ Entrevistados
LISLENE	CLAUDETE	EMILAY
GLEIBIZANE		NAIR FARIAS
ERICK FERNANDES		

Fonte: elaborado pelo autor.

Para que houvesse espaços nas falas, tentei simplifica-las, de forma que as entrevistas não perdessem sentido e mantivessem seus significados. Para isto, busquei organizar em tabelas, separando por categorias de falas. Este foi um grande desafio, pois foi preciso perceber as mais importantes partes de falas obtidas como forma de manter a essência capturada pela entrevista.

O roteiro da entrevista tinha como primeira parte os dados de identificação (Nome, idade, profissão, onde mora atualmente) e foi composta por 10 perguntas formais, a saber: *1 Há quanto tempo mora em Santa Izabel?*

2 Você acha que pode considerar que ama Santa Izabel do Pará?

3 Qual sua relação com o Colégio Estadual Antônio Lemos? Você foi aluno, professor ou funcionário?

4 Você tem lembranças que envolvem este monumento que possa nos contar?

5 Comente como era a forma de ensino das internas do orfanato? Chegou a ter contato com elas?

6 Qual a sua proximidade afetiva com este monumento (CEAL) você considera que ama esta escola?

7 Você conhece uma História do orfanato que possa nos contar?

8 *Quais significados você considera que existam neste monumento para a História de Santa Izabel do Pará?*

9 *Você acredita que há como melhorar as condições do colégio centenário, hoje?*

10 *Você acha importante conservar os monumentos históricos para que se tenha memória em Santa Izabel do Pará?*

Transcrever as falas em sua integralidade, obviamente não caberia nesta dissertação, que tomaria proporção de tese. Desta forma, entre as muitas maneiras de sintetizar as percepções advindas das entrevistas foi um excelente caminho para a organização das passagens principais. Para tanto, objetivando a necessidade de compreender as percepções dos discentes que entrevistaram as pessoas mais velhas, parentes e até funcionários da escola, visto que, “para motivarmos os estudantes para a utilização da História Oral, podemos começar sugerindo que eles entrevistem pessoas conhecidas” (Magalhães; Santhiago, 2015, p. 49).

A tabela é composta por três pontos principais que abordam as entrevistas, sendo eles: Uma “categoria” evidenciada nas falas, um “trecho chave” de cada resposta, para colaborar com as memórias sobre o monumento e a “percepção dos estudantes” sobre as entrevistas, que é o foco desta parte do projeto.

Figura 19: Discente Andressa e sua equipe entrevistando a coordenadora Claudete Brito.



Fonte: acervo do autor.

As “categorias” foram por mim criadas a cada resposta analisada, as “frases chaves” foram retiradas das entrevistas e por fim, as percepções alcançadas pelos alunos, foram

entendidas a partir de um breve questionário com apenas quatro questões, no aplicativo “Google forms.app” como meio de entender os conhecimentos dos estudantes sobre as respostas adquiridas.

Figura 20: Discentes Natália, Mayk e Isaac da equipe 1 entrevistando a professora Glebizande Brito.



Fonte: acervo do autor.

Somente assim, com a coleta das entrevistas entregues pelos estudantes durante os meses de setembro e outubro de 2024 e a resposta sobre a percepção deles na entrevista, via “Google forms” é que pude elaborar uma metodologia para apresentar resultados desta etapa. Decidi então, trabalhar com tabelas que pudessem exemplificar de forma mais prática, as falas e percepções coletadas. Desta forma:

Pergunta 1: As entrevistas tratavam das memórias afetivas dos entrevistados com o monumento Antônio Lemos e com a cidade. Os relatos permitiram perceber sentimentos de identificação com o monumento? Descreva.

A análise das percepções e do trecho chave escolhido, nos permite perceber que todos os entrevistados possuem um sentimento de respeito ou ligação emocional, no que se desdobra em uma ligação e aprisionamento a um monumento, que esboça uma forte ligação dos moradores a um passado refletido em um prédio que representa a grandeza de uma “era de ouro”.

Tabela 6: percepção dos estudantes após entrevista: Identidade na cidade a partir do monumento Antônio Lemos.

Categoria	Trechos chave	Percepções equipe 1	Percepções equipe 2	Percepções equipe 3
Identidade na cidade a partir do monumento Antônio Lemos.	<i>“A minha proximidade com esse colégio é grande, eu considero que amo ele sim (...) lá eu pude criar muitas conexões né, tanto com a história da cidade né do nosso município pessoas mesmo, as freiras colaboraram muito com educação me ensinaram muitas coisas”</i>	Sim ele tem um sentimento pelo monumento, pois sente saudade da escola. Sim, a entrevistada falou tão bem do prédio que dá pra perceber que há um carinho dela por esse monumento histórico.	Sim, uma das entrevistadas se emocionou muito ao dizer como funcionava e como está hoje. Sim, percebi um sentimento de saudade, orgulho de ter estudado no prédio.	Sim, já que o monumento faz parte da história de Santa Izabel e afetivamente nós fazemos parte diretamente ou indiretamente dessa história, há uma percepção de um sentimento que identifica nossa relação com o Colégio Antônio Lemos, onde os relatos de pessoas que estudaram ou trabalharam lá se fundem com a História social verdadeira do orfanato.

Fonte: elaborado pelo autor.

O trabalhado com as fontes orais se faz relevante, visto que, “é um recurso que desperta as perspectivas que falam em favor de um reforço da consciência histórica, científica, cultural, das pessoas e de suas comunidades” (Magalhães; Santhiago, 2015, p. 12) e na especificidade de nosso projeto, a consciência histórica dos moradores de Santa Izabel sempre foi o ponto de partida. As falas retiradas das entrevistas e expostas na tabela acima, referem-se a uma consciência histórica que revela um apego emocional ao passado, ponto de partida e chegada entre nossos objetivos.

Vale portanto, perceber que a consciência histórica identificada não precisa ser reformulada, mas sim orientada para perceber que o patrimonio estudado, muito embora seja digno de admiração também precisa ser alvo de olhares críticos frente a sociedade da época, tendo como consequência disto, a percepção de uma mudança nos olhares de uma suposta bela época que não se vivem.

Pergunta 2: O ensino de História local feito com entrevistas, permitiu você perceber que as pessoas mais velhas podem narrar a História de alguma forma?

Tabela 7: percepção dos estudantes após entrevista: A memória de pessoas mais velhas para a construção de uma identidade.

Categoria	Trechos chave	Percepções equipe 1	Percepções equipe 2	Percepções equipe 3
A memória de pessoas mais velhas para a construção de uma identidade. (Memória coletiva)	<i>“É uma história muito bonita que eu luto todo dia pra preservar, não como como moradora de Santa Izabel, mas como servidora como ex aluna, e eu acredito assim, que a maioria dos moradores de Santa Izabel pensam da mesma forma”</i>	Sim, por suas experiências, pessoas mais velhas tem diversas histórias pra contar.	Sim, as pessoas mais velhas tiveram mais vivencias que nós, isso faz com que consigamos entender coisas da História que a maioria das pessoas não falam.	Sim, as pessoas entrevistadas conseguiram dar uma grande percepção da História em seus pontos de vista, com a forma de suas vivências no colégio e testemunhos dos antigos relatos do orfanato.

Fonte: elaborado pelo autor.

Este questionamento, parte do pressuposto de que “ouvindo as histórias dos mais velhos, os alunos percebem mais facilmente que eles próprios têm um passado e que terão um futuro, compreendendo que suas ações têm repercussão no tempo. Os jovens passam a valorizar as experiências dos mais idosos, reconhecendo-as como conselhos úteis (Magalhães; Santhiago, 2015.p.14).

Além disto, a apropriação da percepção dos mais velhos através de suas falas é capaz de perceber a perpetuação da memória coletiva sobre o patrimonio a partir da História da cidade, tendo em vista a possibilidade de entender mais sobre o passado a partir de um testemunho vivo, que é no que concerne a História oral.

Pergunta 3: A partir das entrevistas, você conseguiu perceber diferenças entre a educação no passado e a atual? Comente.

As respostas para tal pergunta obtiveram percepção unanime, isto porque, a maioria dos entrevistados deixaram claro a maior rigidez no processo de ensino-aprendizagem, isto é, deixaram claro que a educação na época se dava de forma bem mais tradicional, observando ainda as aprendizagens domésticas que as internas da época recebiam, como a aprendizagem de corte e costura dentre outras que visavam formar as mulheres donas de casa da sociedade da época. Alguns alunos fizeram entender que acharam bem melhores as formas tradicionais de

aprendizagem que as atuais, percebendo que atualmente os desrespeitos de alunos a professores demonstram uma queda na educação.

Tabela 8: percepção dos estudantes após entrevista: educação no passado e no presente

Categoria	Trechos chave	Percepções equipe 1	Percepções equipe 2	Percepções equipe 3
Educação no passado e no presente	<i>“Minha mãe também estudou no passado e ela contava que na época que ela estudava no colégio já tinha uma parte que era interno e uma parte aberta só para mulheres nesse período é eles comentavam que as moca que viviam lá né ela era tinha uma educação muito rigorosa né eles eram bem rígidos mas assim eles eram bem assistidos né as irmãs elas tanto né ensinavam ela questão da educação como a questão dos bons modos”</i>	Sim, a educação de antigamente era mais rígida do que atualmente, por haver punições elas não quebravam as regras. Hoje em dia o respeito nas escolas está em falta. Existem relatos que as freiras eram muito rígidas e mesmo assim existia um respeito muito grande por elas.	A educação era mais rigorosa. Os alunos mantinham respeito aos professores no local, hoje em dia muita coisa mudou, os alunos não colaboram mais com os professores, há muita falta de respeito. Ainda existem muitas regras no colégio, que muitos não respeitam.	É bastante perceptível a enorme diferença entre as formas educacionais da época do orfanato e de hoje em dia, como por exemplo, o fato de que as internas que viviam no orfanato tinham menos tempo de educação do que hoje em dia e elas aprendiam e faziam seus trabalhos e tarefas para o seu próprio cuidado e cuidado do local onde vivam.

Fonte: elaborado pelo autor.

Pergunta 4: Após nossas aulas de visitação, e sabendo que a Belle Époque amazônica foi um momento de reprodução de desigualdades sociais, você conseguiu perceber nas falas dos entrevistados vínculos emocionais que se sobressaem as questões sociais que envolvem o monumento até hoje?

Esta última pergunta visava perceber se o maior objetivo de nosso projeto havia de fato sido alcançado: entender a Belle Époque amazônica como reprodutora de desigualdades sociais e deprender-se da ideia que o grande monumento representa para a cidade como símbolo máximo da cidade do já teve.

As respostas foram muito proveitosas, a maioria delas demonstram ter entendido mais sobre as questões sociais que envolvem o monumento/documento e perceberam que alguns dos entrevistados não tem apego emocional, mas outros sim, dando ênfase inclusive ao fato de saberem o contexto histórico por trás da construção do patrimônio e mesmo assim, não terem interesse em contestar as dimensões políticas ou sociais.

Tabela 9: percepção dos estudantes após entrevista: a visão dos entrevistados sobre o monumento.

Categoria	Trechos chave	Percepções equipe 1	Percepções equipe 2	Percepções equipe 3
A visão dos entrevistados sobre o monumento.	<i>“A minha proximidade com esse colégio é grande, eu considero que amo ele sim, ele faz parte de um bom período da minha história né, lá eu pude criar muitas conexões, tanto com a história da cidade”</i>	Não, a minha entrevistada não tinha apego emocional. No tempo em que ela estudou lá, ela sempre citava que a escola precisava de reforma. Ela falava que o prédio só era bonito de frente, que os corredores eram sombrios, que davam medo, ela sempre fala do prédio era feio por dentro.	A pessoa que meu grupo entrevistou tem um apego emocional ao prédio, mesmo sabendo do contexto social que ele foi construído.	Na maioria das entrevistas feitas, os entrevistados não tinham apego emocional, mas se percebeu mais a situação e o contexto social dos trabalhadores, das internas e de outras pessoas em suas respostas, como reclamações do descaso e abandono da educação pelo governo na manutenção do prédio, o que faz ser mais claro a história vista de baixo.

Fonte: elaborado pelo autor.

Por fim, trabalhar com a História oral em nosso projeto foi um dos momentos mais enriquecedores, isto porque ela [...] diversifica caminhos em direção ao conhecimento, porque valoriza a autonomia do aluno e proporciona um aprendizado ativo, participativo e colaborativo. Ela permite que o aluno não seja apenas um receptáculo de dados – e que passe para a condição de sujeito ativo, criativo, do conhecimento. (Santhiago; Magalhães. 2015, p. 10).

Uma vez que este aluno deixa de ser receptor de informações prontas e acabadas e vai a prática, trabalhar com entrevistas, tendo contatos com pessoas mais velhas e experientes, percebem que podem ser ativos na construção de uma História viva e própria de sua realidade,

isto os torna participantes no processo e o enriquecimento do projeto é ampliado de maneira extraordinária.

3.3 O website “Ensinando História local no patrimônio”: a culminância do projeto em uma ferramenta de tecnologia da informação no Ensino de História local.

O atual cenário da educação brasileira, traz um novo público de discentes. Estes “novos” estudantes, surgem com uma carga de vastas informações advindas de uma sociedade cada vez mais digital e que prima por notícias falsas e mal gerenciadas pela internet que se colocam de maneira cada vez mais instantâneas. Frente a este contexto, “o professor, como agente mediador no processo de formação de um cidadão apto para atuar nessa sociedade de constantes inovações, tem como desafios incorporar as ferramentas tecnológicas no processo de ensino e aprendizagem, buscando formação continuada, bem como mecanismos de troca e parcerias quanto à utilização destas” (Cantini, 2006, p. 876).

Logo, as TDIC - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, precisam ser percebidas como aliadas no processo de ensino das mais diversas componentes curriculares, pois “elas fornecem oportunidades sem precedentes para o engajamento dos estudantes, permitindo a personalização do ensino e o acesso a uma infinidade de recursos educacionais” (Schuartz; Sarmiento, 2020, p. 431). A BNCC orienta-nos como proceder diante das TDIC, e fundamenta como um dos objetivos do ensino:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BNCC, 2018, p. 9).

Isto porque, “o contexto digital requer um professor que não seja apenas um transmissor do conhecimento, mas também um provocador em uma sociedade que tem demandado sujeitos críticos, competentes, criativos e flexíveis. Nesse cenário, práticas pedagógicas endurecidas e enrijecidas devem ser flexibilizadas e a elas agregadas outras que coloquem os estudantes como produtores do conhecimento” (Schuartz; Sarmiento, 2020, p. 429).

Aliar-se as atuais tecnologias é uma eficaz estratégia que mescla a tarefa empírica do professor, o fomento ao interesse dos estudantes, e o desafio de tornar a aula de História mais hábil na construção de uma consciência histórica para além da formação de uma identidade na cidade, que se tornam os objetivos centrais na especificidade do ensino de História.

Ao voltar meu objetivo traçado entre o ensino de História local e a educação patrimonial, entra em cena a ferramenta tecnológica que se desdobra na dimensão propositiva deste trabalho, que talvez tenha sido uma das mais complexas tarefas de todo o percurso do Mestrado profissional em Ensino de História, justamente sua elaboração. Para mim, de fato foi, durante todo o percurso.

Desde a minha entrada no programa em início de 2023 até meados do 2024, eu ainda não havia conseguido definir o que de fato apresentaria como produto final de ensino. Meu orientador e eu, pensamos nas mais diversas possibilidades e inicialmente me veio a ideia de uma sequência didática, no entanto, logo me fiz percorrer uma possibilidade de trabalhar com os meios digitais e encontrar a possibilidade de trabalhar com as TDICs, pois são “artefatos que instigam a cooperação e parceria na produção do conhecimento e podem contribuir para processos educativos que superem os limites entre o físico e o virtual”. (Schuartz; Sarmento, 2020, p. 431).

Por muito tempo, me permiti pensar e a iniciar idealizações para a construção de um pequeno documentário, mas logo esta possibilidade mostrou-se inviável, primeiramente pelos custos de produção, segundo, curto tempo para realizar as gravações e edições, além da dificuldade de reunir os alunos que englobam ainda grande responsabilidade para ao professor.

Ao repensar a dimensão encorpada nas vias digitais, busquei inspiração em colegas de turmas anteriores do PROFHISTÓRIA, alguns deles realizaram websites fantásticos como suas dimensões propositivas, caso do professor Délcio Luis Balieiro Frazão com o site “Cabanos do Acará”²³ e o professor Roberto Souza Costa, com seu site “Ensinando História no local”²⁴ que foram trabalhos elogiáveis e de grande contribuição para os demais profissionais de suas respectivas cidades.

Repensando o objetivo do trabalho, que era de debruçar-me na educação patrimonial em perspectiva crítica para ensinar História local e conseqüentemente reafirmar uma identidade local nos estudantes e nos moradores locais, visando a mudança de ideia de uma “cidade do já

²³ <https://cabanosdoacara.wixsite.com/cabanosdoacara>

²⁴ www.ensinandohistorianolocal.com.br

teve” percebi que uma dimensão propositiva feita nos recursos digitais, não somente era viável, como se tornava necessária para melhor divulgação dos resultados obtidos com o projeto ao longo do ano e o maior alcance de pessoas. Isto porque:

“Entende-se, portanto, que dos professores é demandada uma competência pedagógica em relação às TDIC com o objetivo de colocar toda a curiosidade e habilidade dos estudantes no manuseio de tais recursos, a favor da produção do conhecimento. Destarte, pretende-se que o mero instrumento de comunicação ou de acesso à informação seja transformado em algo para além de um uso social.” (SCHUARTZ; SARMENTO, 2020, p. 431).

Diante da decisão, que foi tomada de forma um tanto quando tardia, resolvi elaborar um website! Porque esta ferramenta proporciona de forma mais eficaz o alcance da divulgação do trabalho, de modo a superar barreiras impostas pela distância. Tomando por objetivo, servir de fonte de pesquisa para estudantes da cidade, bem como de forma dinâmica agregar às aulas dos professores, tanto dos anos iniciais quanto dos anos finais do ensino fundamental, para obterem uma eficaz forma de ensino de História local em Santa Izabel do Pará, eis que nasce o “Ensinando História local no patrimônio”!

Além deste público alvo, o website também é acessível para a população em geral, o que nos coloca em um patamar de difusão da identidade izabelense entre as várias camadas da cidade.

Para tanto, precisei recorrer a um profissional da área (TI) para me auxiliar na construção do website, que assim o fez a partir do programa WordPress, que é um sistema livre e aberto de gestão de conteúdo para internet, baseado em PHP com banco de dados MySQL e MariaDB, executado em um servidor interpretador, voltado principalmente para a criação de páginas eletrônicas e blogs online.

O site aponta de forma bem ampla os projetos que foram construídos com a turma do 9 ano A da EMEFAL, turma escolhida para nosso trabalho, onde realizamos pesquisas com fontes orais, visita ao monumento do conjunto arquitetônico Antônio Lemos, como forma de narrar a história da cidade sob a óptica do patrimônio, em perspectiva social, além de ponderar resultados de pesquisas bibliográficas sobre a cidade de Santa Izabel do Pará, a partir de fontes de autores locais.

A nomenclatura foi complexa de se escolher, mas optei por algo bem simples e objetivo: “Ensinando História Local no patrimônio” que sugere de forma bem óbvia do que se trata o site. Esta ferramenta surge da ideia de analisar patrimônios da cidade por olhares das

peças que o cercam, nos distanciando das práticas corriqueiras de análise da educação patrimonial que tentem a vangloriar feitos de grandes personagens, sem a devida crítica dos interesses políticos que envolvem estas antigas e modernas construções.

No entanto, a criação deste site acabou por viabilizar outras formas de ensino de História local que vão além dos temas que relacionam patrimônio e a Belle Époque em Santa Izabel. Conforme mostrarei a estrutura do site, fiz uma categoria para tratar de outras formas de ensino de História na cidade para além da educação patrimonial.

A construção deste website, visou a possibilidade de ampliação e divulgação para além do chão da escola, levando até a comunidade e sociedade izabelense, novas informações sobre a História de sua cidade, para provocar a formação ou fortalecimento da identidade na cidade, desmistificando a ideia de uma cidade nascida e estagnada pela Belle Époque e construindo um ideal de um progresso eminente no qual a cidade se encontra no presente. Vejamos agora, toda a estruturação do website.

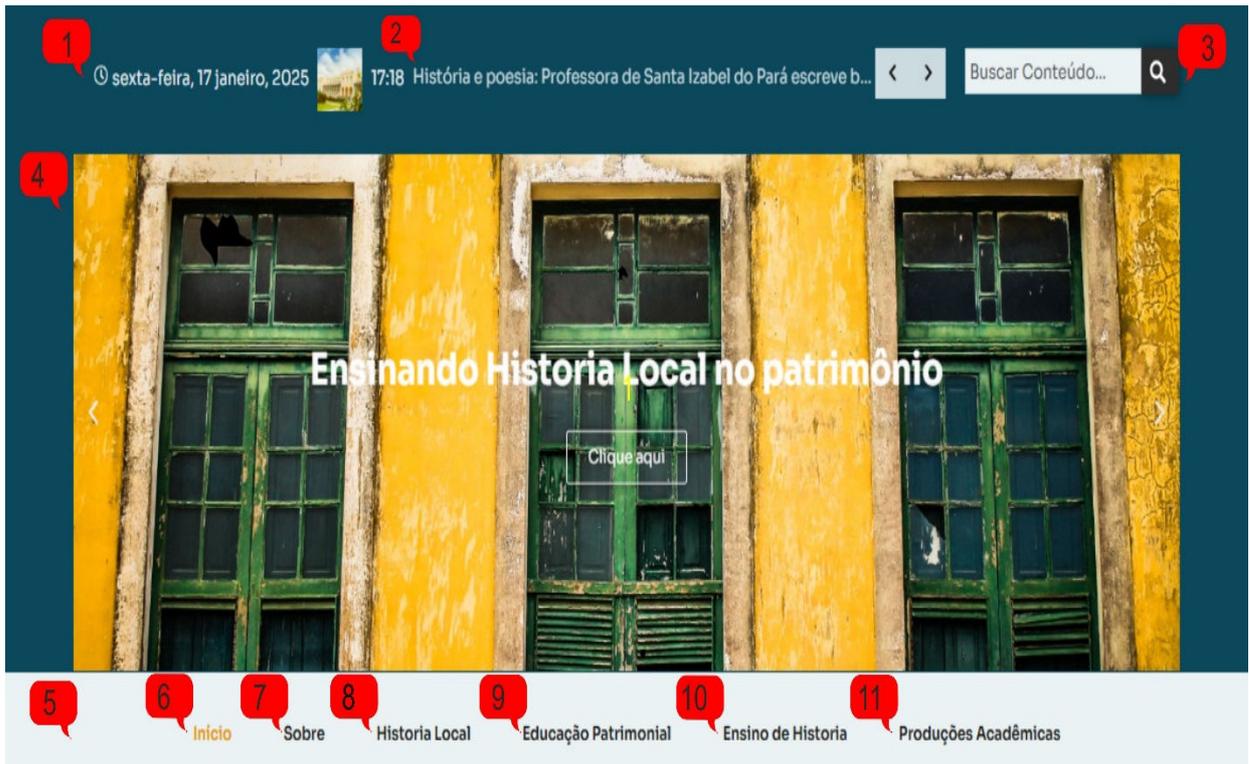
3.3.1 A estrutura do site: Menus e categorias.

O site possui características de um site de notícias e é dividido em menus e categorias. Entre os “Menus” temos dois: “Sobre” e “produções acadêmicas”. Menus do site são textos fixos que sugerem explicação e que não devem ser alterados, a não ser que alguma informação a respeito do site precise ser atualizada.

Categorias do site, dividi em três: “História local”, “Educação patrimonial” e “Ensino de História”. Estas categorias foram escolhidas de forma sucinta de modo a colaborar com a estrutura e design do site, por isso as nomenclaturas foram resumidas em palavras-chaves que possam orientar o leitor do site do que cada sessão apresentará.

Estas categorias podem ser alteradas a qualquer momento, sendo incluídas novas “notícias” que conforme a proposta do site, possa ter relação com a “História local de Santa Izabel” conforme a categoria 1; com a “Educação patrimonial” que abarca informações sobre o monumento estudado durante todo o projeto “Colégio Antônio Lemos” conforme a categoria 2; e por fim, a categoria 3 que aponta outras possibilidades de ensino de História em Santa Izabel do Pará, resumiu-se em “Ensino de História”.

Figura 21: página inicial do site.



Fonte: <https://alvistodebaixo.com.br/>

01 – Data e Hora.

02 – Barra de notícias móvel.

03 – Atalho para busca de conteúdo.

04 – Capa principal do site (mostra o nome e move constantemente diferentes imagens).

05 – Barra geral de opções.

06 – Início

07 – Menu Sobre

08 – Categoria “História Local”

09 – Categoria “Educação patrimonial”

10- Categoria “Ensino de História”

11 – Menu “Produções acadêmicas.

3.3.2 Início

O menu “Início” é responsável por mostrar de forma ampla e eficaz todas as publicações disponíveis no site. Ele projeta imagens em destaque e os títulos de cada “notícia” presente no site de forma móvel, na tentativa de mostrar de forma flexível e linear as categorias e seus respectivos conteúdos, ele promove a propaganda geral do site em uma única visão “geral” do site.

Mais abaixo o “Início” mostra um “banner” com o nome do site, o autor de cada publicação e as últimas notícias históricas em vertical de forma de temporal, pondo a mais recentes sempre no topo, conforme a imagem abaixo:

Figura 22: “Página inicial”



Fonte: <https://alvistodebaixo.com.br/>

3.3.3 O Menu “Sobre”

O menu “Sobre” é fixo, provavelmente não sofrerá alterações ao longo do uso do site, pois traz informações permanentes “sobre” os objetivos e o motivo da elaboração do site, a escola onde se desenvolveu o projeto, o autor e o orientador do trabalho, para informar os objetivos que levaram a construção deste website e os agente envolvidos ao longo do processo.

Esta aba, acaba por torna-se uma espécie de homenagem aos que tornaram o site possível, erguendo um tipo de página de gratidão aos estudantes, a equipe gestora, aos professores e ao orientador deste trabalho. Desta forma, informa o “como”, o “quando”, o “pra que” e o “para quem” o site foi criado, deixando o leitor a par de todo o processo, e orientando o caminho a seguir.

Figura 23: “Menu Sobre”



O site:

O presente site é a culminância do projeto desenvolvido ao longo dos anos de 2023 e 2024 (percurso do Mestrado profissional em Ensino de História) e que resultou em sua elaboração, sendo portanto a dimensão propositiva da dissertação final apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Pará (UFPA/campus Ananindeua), orientada pelo professor Dr. Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves.

O site aponta de forma sucinta os projetos que foram construídos com a turma do 9 ano A da EMEF Antônio Lemos, turma escolhida para nosso trabalho, onde realizamos pesquisas com fontes orais, visitação ao monumento do conjunto arquitetônico Antônio Lemos, como forma de narrar a história da cidade sob a óptica do patrimônio, em perspectiva social, além de ponderar resultados de pesquisas bibliográficas sobre a cidade de Santa Izabel do Pará, a partir de fontes de autores locais.

Um dos principais objetivos da criação deste site foi trazer uma ferramenta de apoio para as aulas de ensino de História local nas salas de aula de Santa Izabel do Pará, o que foi percebido durante a realização de entrevistas com professores dos anos iniciais do ensino fundamental, além de servir como fonte de acesso e pesquisa prática para discentes do município que tenham interesse em estudar Histórias da cidade.

Para isto se divide em duas vertentes principais: a fusão do tema “Belle Époque na Amazônia e suas heranças em Santa Izabel do Pará” com a educação patrimonial, como forma de perceber os interesses políticos por trás da construção de um monumento elencado; apontar outras possibilidades para o ensino de História local em Santa Izabel que saia das margens de patrimônios mais antigos e ressurgam nas relações sociais e políticas hodlernas.

A nomenclatura “Desconstruindo um monumento” surge da ideia de analisar patrimônios da cidade por olhares das pessoas que o cercam, nos distanciando da práticas corriqueiras de análise da educação patrimonial que tentem a vangloriar feitos de grandes personagens, sem a devida crítica dos interesses políticos que envolvem estas antigas construções. A criação deste site visou a possibilidade de ampliação e divulgação para além do chão da escola, levando até a comunidade e sociedade izabelense para provocar a formação ou fortalecimento da identidade na cidade, desmistificando a ideia de uma cidade nascida e estagnada pela Belle Époque e construindo um ideal de um progresso eminente no qual a cidade se encontra.

O autor: Adriel Eleris Ramos.

É estudante do Programa de pós-graduação em Ensino de História – PROFHISTÓRIA da Universidade Federal do Pará – UFPA, atua como professor de História a 10 anos e atualmente é lotado na EMEF Antônio Lemos, instituição integrante da Secretaria Municipal de educação de Santa Izabel do Pará – SEMED, tem experiência na área da educação com ênfase em ensino de História e Estudos amazônicos. Desenvolveu pesquisa no âmbito do livro didático de História e atualmente no ensino de História nos anos iniciais e educação patrimonial.

Fonte: <https://alvistodebaixo.com.br/>

Cabe ressaltar que anteriormente, eu havia criada uma página para cada informações destas separando o “Sobre o site”, “A escola” e “Os autores”, no entanto, por uma questão de

otimizar os espaços do website e contribuir para a facilitação do acesso e do design do website, decidi mesclar estas informações em um único menu, gerando um maior espaço na barra de opções e simplificando as informações.

3.3.4 Categoria “História Local”

Esta categoria é um espaço reservado para tratar do que foi produzido durante o projeto, mas que pertencem aos temas do ensino de História Local e da História de Santa Izabel do Pará. É um menu que deve ser alterado constantemente, sendo alimentado por outras novas pesquisas sobre a História do município ou ainda, pequenas matérias que possam aguçar a curiosidade dos moradores da cidade.

Até o presente momento, que trata da entrega deste trabalho e sua consequente defesa, temos como conteúdo para a abertura do site, quatro matérias: “Uma breve história de origem de Santa Izabel”; “A BNCC e o ensino de História local”; “O ensino de História local nos anos iniciais”; e “As sete Maravilhas izabelenses.”

Figura 24: Categoria “História local”

The image shows a website interface for 'História Local'. At the top, there is a navigation bar with links: Início, Sobre, História Local (highlighted), Educação Patrimonial, Ensino de História, and Produções Acadêmicas. Below the navigation bar is a dark blue header with the text 'História Local' in white. The main content area is a grid of four articles:

- Top Left:** A black and white photograph of a train station with people. Title: "Santa Izabel do Pará: uma breve História de origem." Date: 15 de dezembro de 2024. No comments.
- Top Right:** A diagram titled "CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS" with five surrounding boxes: "O EU, O OUTRO E O NÓS", "LÍNGUA E MOVIMENTOS", "TRAJECÓRIOS, SONS, CORES E", "ESPAÇO, TEMPO, QUANTIDADES", and "TRANSFORMAÇÕES". Title: "História local e BNCC: desafios para o ensino de História nos anos finais do ensino fundamental." Date: 15 de dezembro de 2024. No comments.
- Bottom Left:** A photograph of two people sitting at a table with a colorful tablecloth, looking at a laptop. Title: "A prática docente: o ensino de História local nos anos iniciais do ensino fundamental em Santa Izabel do Pará." Date: 15 de dezembro de 2024. No comments.
- Bottom Right:** A photograph of a child in a costume sitting on a decorated cart. Title: "As 7 maravilhas izabelenses." Date: 15 de dezembro de 2024. No comments.

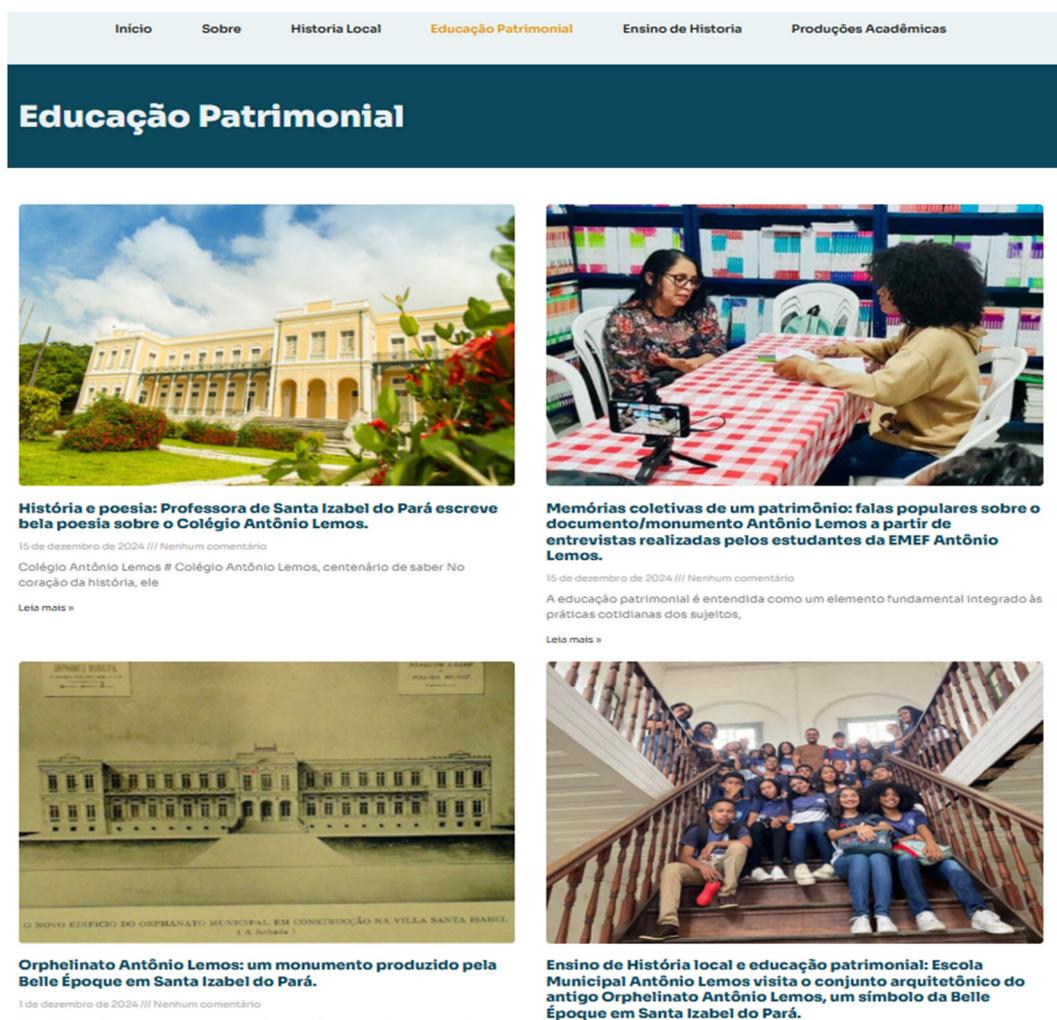
Fonte: <https://alvistodebaixo.com.br/>

Maiores pretensões para a continuidade do projeto surgem para que o site continue ao longo do próximo ano letivo, ergue-se novas possibilidades de pesquisa e projetos com os estudantes para que outras postagens sobre a cidade possam ser construídas. Ao longo do próximo ano, conforme a viabilidade, estimo ter o dobro de publicações nesta categoria.

3.3.5 Categoria “Educação patrimonial”

Esta categoria, desdobra-se como a mais importante de todo o trabalho, pois foi produzida em grande parte em conjunto com os alunos do 9º ano A ao longo do ano letivo de 2024, tendo como pretensão a participação destes discentes na organização e produção de diversas matérias.

Figura 25: Categoria “Educação patrimonial”



Fonte: <https://alvistodebaixo.com.br/>

O trabalho com a educação patrimonial em perspectiva crítica, como forma de desmembramento das antigas falas estapafúrdias que se referem a Santa Izabel do Pará como “a cidade do já teve” foi o objetivo central do trabalho, em uma tentativa de criar uma nova mentalidade a partir de um patrimônio que é a personificação de uma visão ultrapassada de uma suposta Bela época que a cidade haveria sido criada. Tendo isto em vista, foi sempre a pretensão maior organizar dinâmicas com os estudantes que pudessem confrontar o patrimônio em questão.

Os trabalhos da pesquisa sobre a História da cidade, entrevistas feitas pelos discentes, a construção de vídeos realizada entre professor e alunos, geraram uma série de novas “notícias históricas” que puderam mostrar no site nossos trabalhos feitos ao longo do ano. Esta categoria, trás uma série de referências ao monumento Antônio Lemos, mas fica aberta a recepção de novos pôsteres sobre outros patrimônios do município, pois abrange a “Educação patrimonial” como um todo.

3.3.6 Categoria: “Ensino de História”

Esta categoria objetiva ver o “Para além da Belle Époque” ou seja, trazer novas possibilidades para o ensino de História, que vão para outras vertentes além da educação patrimonial, além de outras metodologias que possam se retirar do tema Belle Époque e apresentar outros temas da componente curricular.

Observando a viabilização do site de modo a nos preocupar com o layout da página inicial, resumimos na palavra-chave “Ensino de História”. Esta categoria busca apresentar aos professores de Santa Izabel novas possíveis aulas de História, em algumas das publicações se acompanha o plano de aula e em outras slides que possam auxiliar os professores e alunos na construção de conhecimento histórico.

Alguns dos posts feitos atualmente abordam possibilidades de ensino de História em outras partes do município, como na Praça do expedicionário, o Rio Caraparu e em uma comunidade quilombola, onde apresento uma atividade feita com algumas turmas no mês de novembro de 2024. Além destas possibilidades, deixei disponível um trabalho feito durante a Especialização em Ensino de História do Campus de Ananindeua, que trabalha imagens em analogias da História, realizado com outros estudantes no ano de 2017.

Figura 26: Categoria “Ensino de História”

Início Sobre História Local Educação Patrimonial **Ensino de História** Produções Acadêmicas

Ensino de História

História e Natureza: uma possibilidade de ensino de História as margens do maior rio de Santa Izabel “O Caraparu”

22 de dezembro de 2024 // Nenhum comentário

O Rio Caraparu, é um grande patrimonio natural pertencente a cidade de Santa Izabel do

Leia mais »

Praça do Expedicionário: uma possibilidade de ensinar Segunda Guerra mundial no âmbito local de Santa Izabel do Pará.

22 de dezembro de 2024 // Nenhum comentário

Fonte: Cleverson Cancela, 2015 Promover o ensino de História a partir do melo local em

Leia mais »

Ensino de História para relações étnico raciais a partir de uma visita à Comunidade de remanescentes quilombolas Espírito Santo do Itá em Santa Izabel do Pará.

15 de dezembro de 2024 // Nenhum comentário

ALMANAQUE DE ENSINO DE HISTÓRIA: Uma proposta da aula de História com o auxílio da imagem.

15 de dezembro de 2024 // Nenhum comentário

Fonte: <https://alvistodebaixo.com.br/>

3.3.7 O menu “Produções acadêmicas”

O menu “Produções acadêmicas” é um espaço destinado a divulgação de outros trabalhos acadêmicos realizados por acadêmicos da cidade que tenham realizado pesquisas relacionadas a Santa Izabel do Pará. Neste espaço, temos a oportunidade de democratizar o conhecimento acadêmico para além dos âmbitos do ensino superior, fazendo-os chegar até os

meios sociais. Além disto, oferece divulgação de conhecimento histórico local aos discentes e docentes da cidade. Este espaço é aberto para receber novos trabalhos.

Figura 27: O menu “Produções acadêmicas”

The image shows a screenshot of a website's 'Produções Acadêmicas' (Academic Productions) menu. The menu is located at the top of the page and contains several navigation items: 'Início', 'Sobre', 'Historia Local', 'Educação Patrimonial', 'Ensino de Historia', and 'Produções Acadêmicas'. Below the menu, there are three article entries, each with a title, a summary, a download button, and a citation.

O HISTÓRICO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO ANTÔNIO LEMOS EM SANTA IZABEL DO PARÁ: UMA HERANÇA DA BELLE ÉPOQUE NA AMAZÔNIA

Resumo: O presente trabalho visa divulgar a história de um patrimônio arquitetônico projetado no período econômico do ciclo da borracha na Amazônia, o imóvel está situado na cidade de Santa Izabel do Pará, foi idealizado por Antônio Lemos - influente personalidade histórica na política paraense. Pretende-se fomentar a importância histórica e patrimonial desse bem, considerando que grande parte da população local desconhece a origem histórica desse patrimônio edificado.

Clique para baixar o arquivo completo.

Rosa, Larisse, E Melo, Diogo. "O HISTÓRICO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO ANTÔNIO LEMOS EM SANTA IZABEL DO PARÁ: UMA HERANÇA DA BELLE ÉPOQUE NA AMAZÔNIA" II Sebramus (2015) (2019): n. pág. Web. 24 Nov. 2024

O POTENCIAL PATRIMÔNIAL E MUSEOLÓGICO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO ANTÔNIO LEMOS EM SANTA IZABEL DO PARÁ

Resumo: O Conjunto Arquitetônico Antônio Lemos foi idealizado pelo Intendente Antônio Lemos (1843-1913) com pretensão de abrigar meninas órfãs do Orphanato Paraense. A construção foi viabilizada pela promulgação da Lei nº 370 de 28 de dezembro de 1903, a partir disso foi providenciado um terreno de setenta hectares na Vila de Santa Izabel para a edificação do prédio do orfanato. As obras foram iniciadas em meados de 1905, sendo paralisadas em 1911 por motivos políticos, e retomaram em 1926 no governo de Antônio Crespo de Castro (?-?) devido mobilização por parte da Fundação Mac-Dowell. O Conjunto Arquitetônico passou por diversas mudanças institucionais ao longo dos anos e atualmente sedia o Colégio Estadual Antônio Lemos. O referido imóvel é reconhecido como patrimônio da cidade de Santa Izabel por uma parcela da comunidade izabelense, tendo em vista a relevância histórica da construção e seu significado para o município. Destaca-se que parte do prédio do Conjunto foi tombada pela SECULT/DPHAC em 1982. Esse trabalho visa apresentar os diversos potenciais desse espaço, considerando seu significado patrimonial presente na oralidade de munícipes e pessoas vinculadas ao prédio. A metodologia se deu por meio de consultas em documentos oficiais, levantamento de dados, registro fotográfico e descrição arquitetônica da fachada. Pretendendo também expor alternativas para aperfeiçoar a ideia de pensar o lugar como futura instituição museal, e consequentemente preservar, pesquisar e divulgar o Conjunto Arquitetônico e seu acervo.

Clique para baixar o arquivo completo.

ROSA, Larisse de Fátima Farias da. O potencial patrimonial e museológico do conjunto arquitetônico Antônio Lemos em Santa Izabel do Pará. Orientador: Diogo Jorge de Melo. 2015. 64 f. Trabalho de Curso (Bacharelado em Museologia) - Faculdade de Artes Visuais, Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

MEMÓRIA A CERCA DA TOPONÍMIA IZABELENSE

Resumo: Este trabalho tem como tema a história social da Amazônia, buscando responder a problemática quanto à nomenclatura do município e seguindo o objetivo de promover debate acerca história local, entender e valorizar a memória social sobre a polêmica que envolve a origem do nome deste município usando uma Metodologia qualitativa. O estudo bibliográfico histórico intitulado Memória a cerca da Toponímia izabelense, estruturado em três capítulos e destinado à sistematização de uma fonte histórica que faça referência ao processo de construção da memória histórica da origem do nome do Município de Santa Izabel do Pará contada por escritores locais, consta de uma análise bibliográfica e documental pautadas na revisão de livros como o de Nestor Ferreira - História do Município de Santa Izabel do Pará e documentos como Relatório dos Presidentes e Ata de Instalação da colônia de Benevides, como também consulta em jornais e revistas sobre o referido assunto. Conclui-se que este tema polêmico que já existe há mais de um século, está repleto de pontos de vista diferenciados, de um lado a memória popular de outro a memória oficial. Portanto o trabalho, foca em uma questão local pretende contribuir com o debate acerca das questões sobre Memória e Identidade Cultural.

Clique para baixar o arquivo completo.

FERREIRA, Fábio Menezes do Nascimento Ferreira; COSTA, Párciles Ribamar Costa da. Memória acerca da toponímia izabelense. Orientador: Maria Raimunda Martins. 2013. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura plena em História) - FACULDADES INTEGRADAS IPIRANGÁ, Belém, 2013.

Fonte: <https://alvistodebaixo.com.br/>

Todas as publicações disponíveis no website permitem a participação dos expectadores que as visitarem. Isto é algo proposital e até mesmo necessário, pois permite a formação de identidade de qualquer camada social. Para tornar viável esta participação dos internautas, elaboramos no rodapé de cada publicação uma barra de comentários que permite saber a opinião e as lembranças e culmina na interação da comunidade com o site.

Figura 28: Espaço para interação das publicações (barra de comentários)



Deixe um comentário

O seu endereço de e-mail não será publicado. Campos obrigatórios são marcados com *

Comentário *

Nome *

E-mail *

Site

Salvar meus dados neste navegador para a próxima vez que eu comentar.

Publicar comentário

Fonte: <https://alvistodebaixo.com.br/>

3.3.8 Ampliando a dimensão: a divulgação do website.

Para a melhor chegada e a consequente aceitação do website “Ensinando História local no patrimônio” cumprindo assim o objetivo de levar o conhecimento histórico ao público geral, como estabelecido pela opção de trabalhar com o um recurso de tecnologia para o ensino de História, decidi partir para uma breve divulgação com a turma do 9º ano A.

Portanto, no dia 09 de dezembro de 2024, em fins do calendário do ano letivo, com certa necessidade e temendo pela saída dos estudantes da escola e um inevitável desaparecimento, decidi sair com os discentes colando e entregando panfletos com o Qr-code do site para que uma maior divulgação pudesse abranger a comunidade em geral, professores e estudantes.

O panfleto para divulgação foi distribuído para mais de 80 pessoas, e colados em diferentes pontos conforme o roteiro que ainda será apresentado. Este foi um momento de divulgação e legítima ampliação dos horizontes para o website e a consequente abrangência do ensino de História local, sendo importante também para a democratização do conhecimento produzido na academia.

Figura 29: Panfleto para a divulgação do website.



Fonte: elaborado pelo autor.

O percurso buscou por pontos de referência da cidade, que pudessem compartilhar o trabalho com a população em geral, além de entrarmos nos perímetros movimentados da cidade. Desta forma, a saída se deu da EMEF Antônio Lemos, sendo percorrida toda a Avenida Pedro Constantino com redimensionamento do percurso na Avenida da República (considerada a principal rua da cidade).

As paradas para colagem foram iniciadas no Estádio do Izabelense Futebol Clube, no Mercado velho, no Café do Aléx, Praça da República, seguindo pelo comércio da avenida da República, chegamos ao Centro cultural Silvio Nascimento e por fim encerramos o trajeto na praça do Expedicionário, popularmente conhecida como Praça da Bala, passando pelo tradicional café do Dimas (casa do suco) e a antiga churrascaria do Jorjão.

Figura 30: Discentes do 9º ano fazem entrega e colagem de panfletos com divulgação do site.



Fonte: Acervo do autor.

Vale ressaltar que os panfletos não foram todos colados, alguns foram entregues aos pedestres que transitavam nas avenidas que passamos. Os estudantes mostraram euforia durante o percurso e foi um momento, portanto, enriquecedor e de sentimento de dever cumprido.

Figura 31: Discentes Richard e Felipe do 9º ano fazem colagem de panfletos com divulgação do site.



Fonte: Acervo do autor.

Nas fotografias acima, o estudante da primeira imagens cola um panfleto em um poste próximo ao acesso do canal que faz esquina com a Avenida Pedro Constantino, O segundo estudante, cola o panfleto em um quiosque da Praça do Expedicionário, era enriquecedor ver alguns curiosos perguntando o que havia no Qr-code e os estudantes explicando sobre o processo de construção do site.

Figura 32: Chegada de nossa caravana ao Centro Cultural Silvio Nascimento.



Figura 33: Discentes Heva e Natália do 9º ano fazem a entrega de panfletos com divulgação do site na biblioteca municipal.



Fonte: Acervo do autor.

As imagens referem-se ao momento da chegada ao Centro Cultural Silvio Nascimento, onde fomos muito bem recebidos pela direção que faz parte da Secretaria Municipal de Educação. Neste momento entregamos os panfletos para a gestão na biblioteca municipal, tendo como foco a chegada do site para mais pessoas.

Ao finalizar nosso trajeto, prometi que levarei a placa oficial de acesso ao website para que fique permanentemente na biblioteca municipal, bem como levarei para que fique na Biblioteca do Colégio Estadual Antônio Lemos. A realização desta breve caminhada e a entrega destes panfletos foi fundamental para a divulgação pela cidade, o próximo passo serão as redes sociais que também podem levar nosso trabalho para âmbitos mais distantes.

É gratificante perceber, o quanto a nossa contribuição pode ser enriquecedora na formação ou ainda a reafirmação de uma identidade izabelense que vá além da paupérrima ideia de uma “Cidade do já teve”. Os estudantes envolvidos neste processo, foram impactados pelo nosso projeto e a eles conferi a missão de repassar o website e consequentemente serem agentes formadores de uma consciência histórica razoável em seu âmbito local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao propormos o estudo na perspectiva da educação patrimonial em interface da História local e o concluímos com apoio das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, pensamos em tornar o aluno mais crítico a partir de um exercício de analisar monumentos com o olhar não de um “pequeno historiador” mas de um sujeito pensante, capaz de decifrar, não somente a ostentação e a beleza de um patrimônio, mas que se auto instiga a analisar criticamente as relações sociais que o conceberam.

A pesquisa se iniciou com a aplicação de um questionário ainda no ano de 2023 para a turma do 9º ano C e prossegue com um novo questionário formal para a turma do 9º ano A no primeiro semestre de 2024. Os resultados obtidos com ambos levou a considerar as carências de orientação histórica local nos estudantes que chegam ao último ano do ensino fundamental, como emergenciais para nosso trabalho, além disto, percebemos a reprodução de um breve discurso de “cidade do já teve” anteriormente percebido em turmas anteriores e em falas informais de moradores da cidade de Santa Izabel do Pará, levando à necessidade de uma reafirmação da identidade.

Para entender a origem dessas carências, fui a campo em busca de respostas. Desta forma, as áreas da pesquisa foram duas escolas de educação infantil e anos iniciais de ensino fundamental, para que pudesse constatar como a História local tem sido trabalhada nestas séries, visto que, é nesta etapa da educação básica que estes temas são bem mais instigados pela BNCC.

As respostas obtidas a partir das entrevistas com as profissionais da área, mostraram que os temas da História local tem sido pouco trabalhadas principalmente nas primeiras séries dos anos iniciais, onde tem se priorizado a alfabetização e o letramento, em virtude do atraso provocado pela pandemia da COVID-19.

Nosso projeto mostrou-se necessário principalmente por erguer-se com o objetivo de criação de uma dimensão propositiva que visa contribuir também com o público dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental para a tarefa de ensinar História local, o que é uma das reclamações mais comuns entre os entrevistados “a falta de material didático que trate da História da cidade”.

Para a construção de uma dimensão propositiva eficaz, o projeto se desenvolveu na EMEF Antônio Lemos e buscou a construção de identidade da cidade a partir das memórias patrimoniais extraídas pelos estudantes e que são formadas por pessoas que o visualizam cotidianamente em Santa Izabel do Pará, o colossal (Atual Colégio e antigo Orphelinato) Antônio Lemos, foi nosso campo escolhido para realizar o sutil exercício para a tarefa crítica dos alunos participantes da pesquisa. Estas experiências que envolveram entrevistas com pessoas próximas tornou possível a observação mais próxima do estudante com as memórias evidenciadas por pessoas que tem suas próprias perspectivas sobre a construção histórica.

Realizamos esta pesquisa, associando diretamente a um tema curricular para não fugir do programa previsto para os estudantes, “A Belle Époque amazônica” estudada durante o 9º ano, dentro do tema macro “Primeira Guerra Mundial” o que proporcionou aos estudantes uma visão local do tema, a partir de uma releitura de um monumento erguido na cidade em pleno período da Belle Époque.

Resultados da pesquisa bibliográfica produzida por pesquisadores locais, além de outros que tratam do período da Belle Époque no Pará nos proporcionaram o entendimento do surgimento de viuvez que algumas cidades nascidas no referido período sentem como sendo a era auge do progresso, trazendo ao tempo presente a errônea ideia das “cidades do já teve”, identificada comumente entre moradores.

A visitação ao monumento que desperta a memória afetiva do município foi fundamental, muito embora em perspectiva crítica, de forma que os estudantes pudessem entender que o monumento foi construído com interesses próprios, bem como de exclusão de determinado público que representava um estorvo a sociedade belenense da época.

Por fim, como culminância do projeto, conseguimos construir como dimensão propositiva um website intitulado “Ensinando História local no patrimônio”. Um site que apresenta formatos de notícias históricas como fontes de pesquisa e informação a respeito do município de Santa Izabel do Pará.

O site tem por objetivo, levar conhecimento histórico tanto a profissionais do município que trabalhem com História local tanto nos anos iniciais como finais do ensino fundamental, como para alunos que precisem de fonte de pesquisa para trabalhos escolares. Além disto, é uma ferramenta que preza pela democratização do conhecimento acadêmico que precisa ser retirado dos muros da universidade e posto na sociedade.

Considero que os objetivos iniciais do trabalho foram cumpridos com excelência, uma vez que o website conseguiu alcançar novas esferas sociais, levando conhecimento histórico local para além do chão da sala de aula. Realizar este trabalho foi uma forma de contribuir para o fim de falácias como “a cidade do já teve” e a reafirmação de uma identidade fortalecida e reconstruída, como já dissemos antes, no movimento inverso, sendo conhecimento que partiu do chão da sala de aula e foi transpassado para o meio social como forma de construção de uma nova memória e a consequente consciência histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Kátia Maria. Ensino de história e Base Nacional Comum Curricular: desafios, incertezas e possibilidades. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halfred Carlos e VALÉRIO, Mairon Escorsi. Ensino de história e currículo: reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular: formação de professores e prática de ensino. Jundiaí: Paco editorial, 2017.

ARAÚJO, Carlos. História de Santa Izabel do Pará. Castanhal: Gazeta do Interior, 1981.

AVELAR, Alexandre. Os desafios do ensino de história: problemas, teorias e métodos. Curitiba: Intersaberes, 2012.

BARCA, I. Educação histórica: uma nova área de investigação. Revista da Faculdade de Letras. Porto, III série, v. 2, 2001, p. 13-21.

BITTENCOURT, Circe Maria F. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular. 2018

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia. Brasília, Secretaria de Educação Fundamental, 1998. V5. 168p. (Col. PCN's)

CAVALCANTI, Erinaldo. História e História local: desafios, limites e possibilidades. In: Revista História Hoje, v.07, nº13, p.272-292, 2018.

CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo? In. OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. História: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010: p.71 (Coleção Explorando o Ensino v. 21)

CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria ... CAINELLI, Marlene. Ensinar história. São Paulo: Scipione, 2004.

CERRI, Luis Fernando. Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

DIAS, A. E. S. S. Síntese Histórica, In: Diário Oficial SECULT/DPHAC, 1982.

FERREIRA, Nestor Herculano. História do Município de Santa Izabel do Pará. Belém: Editora Farângola, 1984.

FERREIRA, Víviam Cathaline de Sousa e SILVEIRA, Samia Sampaio da. A BNCC e o ensino de história local: relações possíveis. XIX Encontro de História da Anpuh-Rio. Rio de Janeiro, 2020.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HORN, Geraldo B.; GERMINARI, Geyso D. Ensino de história e seu currículo: teoria e método. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. 4. ed. Brasília: IPHAN, 1999.

LAVILLE, Christian. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 83 a 111, 123 a 127.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução Bernardo Leitão; 5ª edição; Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003;

MAIA, Mônica Emanuela Nunes, SOUSA, Maria Arleilma Ferreira e SÁ, Carlos Almeida de. BNCC E ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL: considerações para formação de professores de história. VII Congresso Nacional de educação Maceió. Alagoas, 2022.

MENDES, Breno. Ensino de história, historiografia e currículo de história. Revista

Transversos, Rio de Janeiro, n. 18, abr. 2020.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: Trajetória e perspectivas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n.25/26, p. 163-174, set. 92/ago.93.

Nora, P., & Aun Khoury, T. Y. (2012). ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMATICA DOS LUGARES. Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 2010.

NUNES, M. C. R. G. (2020). O “velho” Lemos como transformador do orfanato municipal. *Revista Brasileira De História & Ciências Sociais*, 12(24), 16–35.

OSSANA, Edgardo. “Uma alternativa em la enseñanza de la historia: o enfoque desde el local, lo regional”. In: VAZQUEZ, Josefina Zoraida. *Enseñanza de la historia*. Buenos Aires: Interamer, 1994.

PAZ, Raimundo Franciel. Nas correntezas e contra correntezas do rio Caraparu: memória e história em comunidades tradicionais na Amazônia Oriental (1912 – 1950). Dissertação (Mestrado). Belém: Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia - UFPA, Belém, 2012.

PEREIRA DE ARAÚJO, J.; CRISTINA MEIRA GARCIA, T.; MARTINHO DOS SANTOS SOBRINHO, D.; FERNANDA MEIRA GARCIA, T. USO DAS TDICs NO CONTEXTO ESCOLAR: POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES. *Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação*, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 177–195, 2023.

PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. Educação de Meninas no Orphanato Paraense (1893-1910). Tese (Doutorado), Universidade do Estado do Pará – UEPA, Belém, PA, 2013.

PIRES, Octavio. Tudo Pelo Orphanato. *Caridade*, Belém do Pará, Número Único, p.4, Junho de 1893.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, nº 10, p. 200-215, 1992.

ROSA, Larisse de Fátima Farias da. O potencial patrimonial e museológico do conjunto arquitetônico Antônio Lemos em Santa Izabel do Pará. Orientador: Diogo Jorge de Melo. 2015. 64 f. Trabalho de Curso (Bacharelado em Museologia) - Faculdade de Artes Visuais, Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

ROSA, Larisse, E Melo, Diogo. "O HISTÓRICO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO ANTÔNIO LEMOS EM SANTA IZABEL DO PARÁ: UMA HERANÇA DA BELLE ÉPOQUE NA AMAZÔNIA" *II Sebramus (2015)* (2019): n. pág. Web. 24 Nov. 2024

RÜSEN, Jörn. Tarefa e função de uma teoria da História.” In: *Razão Histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001, p. 25 a 48

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. História oral na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 35-54.

SARGES, Maria de Nazaré. Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870 – 1912). 3 ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SARGES, Maria de Nazaré; CHALHOUB, SIDNEY; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Memórias do “velho” intendente: Antonio Lemos - 1869-1973. Campinas, SP, p. 44, 1998. 304 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

SCHUARTZ, A. S.; SARMENTO, H. B. DE M.. Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e processo de ensino. Revista Katálisis, v. 23, n. 3, p. 429–438, set. 2020.

SECULT/DPHAC. Série Informar para Preservar. Vol.II, Belém, p. 17, 2002.

TOLENTINO, Átila B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In TOLENTINO, Átila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira (orgs.). Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016.

CHAVES, Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos. O plano de urbanização de Belém: cidade e urbanismo na década de 1940. 2016. 216 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em História.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de autorização do uso de imagem e voz

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM E VOZ

Neste ato, Eu, _____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador da Cédula de identidade RG nº. _____, inscrito no CPF de número _____, residente à Av./Rua _____, nº. _____, município de Santa Isabel do Pará-Pa, responsável pelo estudante _____ regularmente matriculado na turma do 9º ano A, turno matutino da EMEF ANTÔNIO LEMOS, código Inep. 15558193, AUTORIZO:

- () uso da minha imagem (e voz);
 () imagem (e voz) dos menores acima relacionados.

Para ser utilizada em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na produção do **WEBSITE**, intitulado **“Ensinando História local no patrimônio”** que será produzido para atender a construção da dissertação de mestrado do aluno Adriel Eleris Ramos intitulada **“Ensino de História local: a reconstrução da identidade em Santa Isabel do Pará na égide da educação patrimonial”** tendo como orientador o Prof. Drº Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves, e também nas peças de comunicação que será veiculada e nos canais da Pró-Reitoria de pós-graduação em Ensino de História - PROFHISTÓRIA da UFPA. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional, das seguintes formas: (I) home page; (II) mídia eletrônica (vídeo-tapes, televisão, cinema, website, entre outros).

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem, voz ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Santa Isabel do Pará, _____ de _____, 2024

Assinatura

APÊNDICE B – Modelo de carta de cessão.

CARTA DE CESSÃO

Eu, _____ (CEDENTE), autorizo que minha entrevista gravada em ____ de _____ de 2024 fique sob os cuidados do professor Adriel Eleris Ramos (CESSIONÁRIO), professor de História na escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Lemos, em formato gravado e escrito.

Autorizo também que minha entrevista seja utilizada para fins pedagógicos, de pesquisa, publicação e divulgação, podendo ser utilizada na íntegra ou em parte editada, em áudio, vídeo ou transcrição, diretamente pelo CESSIONÁRIO ou através de terceiros, podendo ser incluída em qualquer tipo de material ou produto, comercializado ou não, por quantas vezes a cessionária entender cabível, incluindo-se, mas não se limitando a mídia impressa (catálogos, impressos, artigos, jornais, revistas, capítulos de livros, livros, etc.), mídia eletrônica (internet, digital, televisão, rádio, banco de dados, etc.), apresentações públicas (seminários, palestras, debates, conferências, etc.) ou qualquer outro meio de divulgação, em todo o território nacional ou exterior, que exista ou venha a ser criado.

A cessão e a transferência de direitos autorais e patrimoniais da entrevista citada anteriormente são feitas a título gratuito, definitivo e irrevogável, estendendo-se aos meus descendentes, sem limitação territorial ou prazo de utilização. Assinam o presente documento, em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Santa Izabel do Pará, ____ de _____ de 2024.

CEDEnte

CESSIONÁRIO

APÊNDICE C – Questionário formal para as turmas de 9º ano

Nome:	
Turma:	
Cidade de origem:	

1- Você vislumbra oportunidades para seu futuro em Santa Izabel do Pará?

SIM NÃO

2- Você considera Santa Izabel um bom lugar para se viver?

SIM NÃO

3- Se possível, prefere permanecer ou mudar-se de Santa Izabel?

Mudar-se permanecer

4- Orgulha-se de ser cidadão izabelense?

SIM NÃO

5- Você já estudou a História de Santa Izabel do Pará antes?

SIM NÃO

6- Conhece a formação do município de Santa Izabel do Pará?

SIM NÃO

7- Você sabia que antes da formação do município, Santa Izabel do Pará era uma vila pertencente a Belém?

SIM NÃO

8- Algumas construções históricas foram erguidas antes de Santa Izabel do Pará ser um município, durante o período da “Belle époque”, conhece algumas destas?

Orphanato Antônio Lemos

Retiro de Moema

Escola Municipal Silvio Nascimento

9- Você sabe quem foi Antônio Lemos, nome de sua escola?

SIM NÃO

9- Sabia que por muito tempo Santa Izabel foi um distrito de Belém?

SIM NÃO

APÊNDICE D – **Proposta de roteiro para a entrevista**

PROPOSTA DE ROTEIRO PARA A ENTREVISTA

Dados de identificação

Nome do entrevistado:	
Idade:	
Profissão:	
Onde mora atualmente (bairro/cidade)	

Perguntas da entrevista

1. Há quanto tempo mora em Santa Izabel?
2. Você acha que pode considerar que ama Santa Izabel do Pará?
3. Qual sua relação com o Colégio Estadual Antônio Lemos? Você foi aluno, professor ou funcionário?
4. Você tem lembranças que envolvem este monumento que possa nos contar?
5. Comente como era a forma de ensino das internas do orfanato? Chegou a ter contato com elas?
6. Qual a sua proximidade afetiva com este monumento (CEAL) você considera que ama esta escola?
7. Você conhece uma História do orfanato que possa nos contar?
8. Quais significados você considera que existam neste monumento para a História de Santa Izabel do Pará?
9. Você acredita que há como melhorar as condições do colégio centenário, hoje?
10. Você acha importante conservar os monumentos históricos para que se tenha memória em Santa Izabel do Pará?

APÊNDICE E – Roteiro de entrevista dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental.

Nome completo do professor entrevistado (a): Carlos Eduardo Santana Ferreira

Local de atuação do professor (a) entrevistado: Escola M E F Irmã Marlene

Data da entrevista: 07 /06 /2024

Anos de experiência em sala de aula: 6 anos

Turma que leciona atualmente: 5º ano

Formação: Pedagogia.

1. Qual a frequência de aulas destinadas a componente curricular de História?

Não é muito, umas 3 a 4 horas mensais. Estamos trabalhando recomposição de aprendizagem.

2. Você trabalha a História local em suas aulas de História? (Se a resposta for sim, as outras 3 perguntas devem ser feitas, se a resposta for não, é melhor pular para a pergunta

Sim, parte da história local.

3. Tem articulado temas voltados a história da cidade em algum projeto interdisciplinar?

Sim, é necessário pela recomposição de aprendizagem. Tema sobre os saberes izabelenses, história da escola que os alunos estudam é muito importante, os alunos precisam saber onde estudam. Pego a História de Santa Izabel e tento envolver com o português e matemática, já que as aulas tem sido de recomposição dando mais importância para o letramento e a matemática.

4. Que conhecimentos e metodologias costuma utilizar para desenvolver tais temas?

Prioridade dada a leitura e a escrita. Produção de texto.

5. Você poderia apontar desafios para a dificuldade de ensinar história local em sua sala de aula?

Não vejo dificuldade de apresentar esses temas pra eles, tenho observado que eles tem aceitado temas locais, e é uma disciplina que gosto muito de trabalhar com os alunos. Entrego a resposta. Não encontro dificuldades.

Nome completo do professor entrevistado (a): Maria de Nazaré Sena Cruz

Local de atuação do professor (a) entrevistado: Escola M E F Irmã Marlene

Data da entrevista: 07 /06 /2024

Anos de experiência em sala de aula: 32 anos

Turma que leciona atualmente: 4º ano

Formação: Pedagogia.

1. Qual a frequência de aulas destinadas a componente curricular de História?

Pra falar a verdade não, o que vou passar para avaliar eles? Preciso passar uma atividade que traga a História, mas que priorize a leitura e a alfabetização, consegui trabalhar descobrimento do Brasil e relacionado ao índio, agora vou trabalhar os saberes izabelenses, onde vou montar uma atividade com eles. Agora na segunda avaliação vamos trabalhar somente letramento, onde precisamos priorizar a

leitura inclusive gravando agora. A leitura é um ponto de muita dificuldade, por isso a falta de aulas de história.

O foco é a português e matemática. O foco é na leitura e alfabetização.

2. Você trabalha a História local em suas aulas de História? (Se a resposta for sim, as outras 3 perguntas devem ser feitas, se a resposta for não, é melhor pular para a pergunta

Não tenho tido tempo, minha turma, por ser 4º ano, preciso priorizar a leitura e alfabetização, pra ensinar história, preciso primeiro fazer esses meninos aprender a ler e interpretar.

3. Tem articulado temas voltados a história da cidade em algum projeto interdisciplinar?

Sim, vamos ter um projeto na escola que é o “Saberes izabelenses” e acho que vou conseguir trabalhar bastante com eles, porque é algo que eles gostam.

4. Que conhecimentos e metodologias costuma utilizar para desenvolver tais temas?

Imagem, com eles tem que ter imagem, não adianta eu só falar na frente. Acho a história muito ampla, tenho que pegar a história e mostrar a imagem.

5. Você poderia apontar desafios para a dificuldade de ensinar história local em sua sala de aula?

Com certeza, olha eu tenho que estudar muita História, porque gosto muito de matemática e ciências, tenho muita dificuldade de ensinar História. Com relação ao tempo, não tenho dificuldades.

Nome completo do professor entrevistado (a): Edila Kerolina Sampaio do Rosário

Local de atuação do professor (a) entrevistado: Escola M E F Irmã Marlene

Data da entrevista: 07 /06 /2024

Anos de experiência em sala de aula: 11 anos

Turma que leciona atualmente: 3º ano

Formação: Pedagogia.

1. Qual a frequência de aulas destinadas a componente curricular de História?

Bem pouco, porque o índice de alfabetização está muito baixa e a gente precisa suprir a necessidade da língua portuguesa, por isso a História tem sido deixada um pouquinho de lado.

2. Você trabalha a História local em suas aulas de História? (Se a resposta for sim, as outras 3 perguntas devem ser feitas, se a resposta for não, é melhor pular para a pergunta

Sim, com eles eu trabalho mais a história do município mesmo. Tem coisas que eles não sabem, ficam surpresos com as curiosidades que trago para a aula sobre a cidade, é sempre muito bom trabalhar esses temas de História da cidade.

3. Tem articulado temas voltados a história da cidade em algum projeto interdisciplinar?

Eu trabalhei na avaliação, um projeto sobre os povos indígenas, mas na língua portuguesa, um projeto pra eles conhecerem os provos indígenas e saberem porque mudou o nome da data de “dia do índio” para “povos indígenas”

4. Que conhecimentos e metodologias costuma utilizar para desenvolver tais temas?

Muito difícil, é só pra suprir a pontuação da componente curricular.

5. Você poderia apontar desafios para a dificuldade de ensinar história local em sua sala de aula?

O maior desafio que a gente encontra foi os alunos não serem fluentes na leitura, porque ao meu ver a história é uma disciplina que trabalha muito texto e elas precisam entender a leitura para acompanhar, se o aluno está lendo é muito difícil dele compreender o que eu esteja explicando.

Nome completo do professor entrevistado (a): Dione do Socorro Baia Faro

Local de atuação do professor (a) entrevistado: Escola M E F Nestor Herculano

Data da entrevista: 26 /06/2024

Anos de experiência em sala de aula: 12 anos

Turma que leciona atualmente: 4º ano

Formação: Pedagogia.

1. Qual a frequência de aulas destinadas a componente curricular de História?

Todos os dias a gente trabalha história, dentro de outros objetos de conhecimento, é com muita frequência, pois a questão da localização é muito necessária.

2. Você trabalha a História local em suas aulas de História? (Se a resposta for sim, as outras 3 perguntas devem ser feitas, se a resposta for não, é melhor pular para a pergunta

Sim, pra ele localizar onde ele é inserido, a cidade, o bairro as ruas, porque muitas vezes os alunos chegam ao sexto ano sem saber o nome do bairro onde ele mora, nem o nome da escola, ou mesmo o nome da cidade.

3. Tem articulado temas voltados a história da cidade em algum projeto interdisciplinar?

No cotidiano, a gente trabalha muito com a língua portuguesa, porque hoje, se você trabalhar o português, você abrange outros componentes curriculares. Tudo dentro de uma aula, você trabalhando com um texto a gente faz essa interdisciplinaridade.

4. Que conhecimentos e metodologias costuma utilizar para desenvolver tais temas?

Trabalho muito com gêneros textuais, com os comprovantes de energia, comprovantes de água, o próprio conhecimento do aluno sobre o bairro, através de mapas para que ele possa interpretar o que ele está estudando, para que eu não possa trabalhar uma metodologia “lá das quantas” pra que ele possa terminar a aula se localizando, nisso a gente trabalha muito

5. Você poderia apontar desafios para a dificuldade de ensinar história local em sua sala de aula?

Vários, por exemplo um mapa, tão simples, a gente não tem um mapa do município, por tanto uso o meio do estudante (refere-se a falta de material didático) as vezes os métodos mais simples é onde encontramos os melhores objetivos.

Nome completo do professor entrevistado (a): Maria Cristiane Sousa dos Santos

Local de atuação do professor (a) entrevistado: Escola M E F Nestor Herculano

Data da entrevista: 26/06/2024

Anos de experiência em sala de aula: 6 anos

Turma que leciona atualmente: 5º ano

Formação: Pedagogia.

1. Qual a frequência de aulas destinadas a componente curricular de História?

2 ou 3 vezes por semana. A história, ela está inclusa em língua portuguesa, costumamos dizer assim: a gente trabalha língua portuguesa em todas as outras componentes curriculares. Quando a gente trabalha com história, a gente trabalha o meio em que vivemos, exemplo, começo língua portuguesa e já entro no meio social que estão inseridos.

2. Você trabalha a História local em suas aulas de História? (Se a resposta for sim, as outras 3 perguntas devem ser feitas, se a resposta for não, é melhor pular para a pergunta

Sempre falo pra eles, é importante saber o meio em que eles vivem, por vários motivos, sempre falo pra eles: se eu não souber onde eu vivo, como eu posso me encontrar se um dia eu me perder? Outra questão que torna a localidade importante é a questão dos alunos que se mudam constantemente.

3. Tem articulado temas voltados a história da cidade em algum projeto interdisciplinar?

Trabalhamos o componente curricular mais importante que é a língua portuguesa, mas incluindo no meio dela a História.

4. Que conhecimentos e metodologias costuma utilizar para desenvolver tais temas?

Livros, mapas, o meio da localização. Papeis de energia, com bastante frequência, dados pessoas, número da casa, as origens da cidade também são bem trabalhadas. Eles são muito curiosos, quando a gente traz as curiosidades da história da cidade eles ficam muito animados.

5. Você poderia apontar desafios para a dificuldade de ensinar história local em sua sala de aula?

Sinto dificuldades de aprendizagem em parte da turma, afirmo que 60% da turma não compreende bem a História quando ensinada.

Nome completo do professor entrevistado (a): Michelle do socorro da silva evangelista

Local de atuação do professor (a) entrevistado: Escola M E F Nestor Herculano

Data da entrevista: 26 /06/2024

Anos de experiência em sala de aula: 8 anos

Turma que leciona atualmente: 3º ano

Formação: Pedagogia.

1. Qual a frequência de aulas destinadas a componente curricular de História?

Uma vez por semana, quando é possível.

2. Você trabalha a História local em suas aulas de História? (Se a resposta for sim, as outras 3 perguntas devem ser feitas, se a resposta for não, é melhor pular para a pergunta

Pouquíssimo, no caso da minha turma que é o terceiro ano não dá tempo, eu preciso forçar tudo na alfabetização dos meus alunos.

3. Tem articulado temas voltados a história da cidade em algum projeto interdisciplinar?

4. Que conhecimentos e metodologias costuma utilizar para desenvolver tais temas?

Eu tenho 31 alunos, 3 crianças especiais, a maioria não são alfabetizadas, por isso que História, geografia e ciências trabalho 1 vez por semana, mas sempre com uma parceria com a língua portuguesa. Então não dá tempo.

5. Você poderia apontar desafios para a dificuldade de ensinar história local em sua sala de aula?

O tempo que não sobra, e a questão das poucas produções didáticas sobre história local, não temos.

APÊNDICE F - Termo de consentimento da instituição



TERMO DE CONSENTIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Pelo presente termo e na qualidade de responsável por essa Instituição, declaro que aceito a realização do projeto de pesquisa intitulado “**Ensino de História local: a reconstrução da identidade em Santa Izabel do Pará na égide da educação patrimonial**” pelo aluno Adriel Eleris Ramos, da Universidade Federal do Pará, sob orientação do Professor Dro. Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos Chaves.

Santa Izabel do Pará, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável